



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

**Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu -
Biblioteca:
Um Mundo Esquecido e Novas Propostas**

Ana Patrícia Correia Albuquerque

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Ciências Documentais

(2º ciclo de estudos)

Orientadores: Prof. Doutor António dos Santos Pereira
Doutor Ricardo Castro

Covilhã, outubro de 2012

ANA PATRÍCIA CORREIA ALBUQUERQUE

**FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU -
BIBLIOTECA:**

UM Mundo Esquecido e Novas Propostas

Dissertação/Relatório de Estágio, apresentado no âmbito do Mestrado em
Ciências Documentais

COVILHÃ
2012

Dissertação/Relatório de Estágio em Ciências Documentais apresentada à Universidade da Beira Interior, elaborada por Ana Patrícia Correia Albuquerque sob orientação do Professor Doutor António dos Santos Pereira e do Doutor Ricardo Castro, para obtenção do Grau de Mestre (2ºCiclo).

AGRADECIMENTOS

O relatório apresentado pretende ser testemunho do trabalho que desenvolvi ao longo do estágio em Ciências Documentais, na Fundação Aquilino Ribeiro. A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso do mesmo e para a elaboração deste relatório, fica aqui expressa a minha maior gratidão:

Ao Professor Doutor António dos Santos Pereira pela orientação, incentivo, compreensão e importantes contribuições para o desenlace do estágio e respetivo relatório.

Ao Doutor Ricardo Castro, orientador profissional, pela sua compreensão, atenção e disponibilidade.

Ao Presidente da Fundação Aquilino Ribeiro pela autorização dada para a realização do estágio.

A todos os funcionários da Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro e da Fundação Aquilino Ribeiro, pela amizade, acompanhamento e ajuda prestada.

Aos meus pais por tudo o que fizeram por mim, pelas oportunidades que me proporcionaram, pelo amor que sempre me dedicaram e por nunca terem deixado de acreditar em mim.

Ao meu namorado pela amizade, apoio e compreensão nos momentos mais difíceis.

A toda a minha família e amigos por sempre me terem apoiado.

A todos...

Obrigada!

ALBUQUERQUE, Ana. *Fundação Aquilino Ribeiro: Um Mundo Esquecido*. 2012. 158p. Relatório de Estágio, apresentado no âmbito do Mestrado em Ciências Documentais - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012.

RESUMO

A Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, instituída em 1988, na localidade de Soutosa é composta por um espaço/casa outrora utilizado pelo escritor. Dela constam memórias e coleções cujo valor é ainda desconhecido. A carência de manutenção e «acarinhamento» pelas tutelas e instâncias superiores resultaram numa degradação dos espaços e num esquecimento da obra de um dos maiores escritores portugueses, fazendo transparecer a ideia de *Um Mundo Esquecido*. No entanto, receando que o mundo esquecido lentamente dê origem apenas a um pedaço de História, é impreterível repensar o modo de atuação sobre os espaços e obra que visam eternizar e dignificar a memória de tão ilustre personalidade do panorama Literário Português.

Palavras-chave: Aquilino Ribeiro. Biblioteca. Coleção. Conservação. Divulgação. Escritor. Fundação. História. Informação. Memória. Museu. Preservação. Século XX. Soutosa.

ALBUQUERQUE, Ana. *Fundação Aquilino Ribeiro: Um Mundo Esquecido*. 2012. 158p. Relatório de Estágio, apresentado no âmbito do Mestrado em Ciências Documentais - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012.

ABSTRACT

Aquilino Ribeiro Foundation - House Museum - Library, created in 1988, in the locality of Soutosa consists of a space/house formerly used by the writer. It included memories and collections with unknown value. The lack of maintenance and affection of owners and higher instances resulted in a degradation of the spaces and forgetting the work of one of the greatest Portuguese writers, so the idea of A Forgotten World. However, fearing that the world forgotten slowly give rise only to a piece of History, is imperative to rethink the mode of action and work on spaces that aim to dignify and perpetuate the memory of so distinguished personality of Portuguese Literary scene.

Key-words: Aquilino Ribeiro. Collection. Conservation. Disclosure. Foundation. History. Information. Library. Memory. Museum. Preservation. Soutosa. Twentieth Century. Writer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tipo de Fundações Existentes em Portugal
Figura 2	Organograma da FAR
Figura 3	Alteração dos Estatutos da FAR
Figura 4	Instituição da FAR
Figura 5	Alçada Oeste da FAR (Loja de Conveniência)
Figura 6	Pormenor do Balcão de Atendimento da Loja de Conveniência
Figura 7	Fachada Principal da FAR
Figura 8	Fachada Interior da FAR
Figura 9	Sala de Jantar
Figura 10	Escritório de Aquilino Ribeiro
Figura 11	Sala de Entrada
Figura 12	Sala Sacra
Figura 13	Cristo do Século XVII
Figura 14	Retrato de Aquilino Ribeiro
Figura 15	Espaço Exterior da FAR
Figura 16	Fundação Aquilino Ribeiro - Pintura de Braga da Costa
Figura 17	Cozinha Aldeã
Figura 18	Quarto do Aldeão
Figura 19	Fachada Exterior da BAR
Figura 20	Atual Interior da BAR
Figura 21	Quadro Explicativo
Figura 22	Convite Comemorações Nascimento de Aquilino Ribeiro
Figura 23	Logotipo da FAR
Figura 24	Intervenção dos Oradores Convidados
Figura 25	Comemorações do Nascimento de Aquilino Ribeiro

Figura 26	A BAR antes da Intervenção
Figura 27	Planta da Reorganização da BAR
Figura 28	Cartaz Maratona Fotográfica 2012
Figura 29	Certificado de Participação Maratona Fotográfica 2012
Figura 30	Horário de Funcionamento na FAR, em vigor desde 1 de junho de 2012
Figura 31	Horário anteriormente praticado
Figura 32	Regulamento Cartão Amigo
Figura 33	Relatório e Contas
Figura 34	Plano e Orçamento
Figura 35	Inquérito aos Visitantes da FAR
Figura 36	Ficha de Inventário
Figura 37	Formulário para Marcação de Visita Guiada
Figura 38	Formulário para Marcação de Visita Guiada para Escolas ou Grupos
Figura 39	Requerimento - Pedido de Alteração de Férias
Figura 40	Mapa Anual de Férias
Figura 41	Boletim de Faltas
Figura 42	Pedido de Férias
Figura 43	Mapa de Fluxos Financeiros

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Proposta de Classificação apresentada por António Ponte
Quadro 2	Contatos e Horário de Funcionamento da FAR
Quadro 3	Edições Incunabulares existentes na BAR, segundo investigação de Manuel Matos
Quadro 4	Mapa Comparativo - Restauro de Três Pinturas

LISTA DE ACRÓNIMOS

BAR	Biblioteca de Aquilino Ribeiro
CBAR	Catálogo da Biblioteca de Aquilino Ribeiro
CDU	Classificação Decimal Universal
CMMB	Câmara Municipal de Moimenta da Beira
DEP	Divisão de Estudos e Projetos
FAR	Fundação Aquilino Ribeiro
ICOM	Conselho Internacional dos Museus
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IFEC	Instituto de Formação e Educação
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
UNESCO	Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE GERAL

	Página
Agradecimentos	VI
Resumo	VII
Abstract	VIII
Lista de Ilustrações	IV
Lista de Tabelas	X
Lista Acrónimos	XII
Introdução	16
Capítulo I - Contextos Teóricos de Partida: achegas de António Ponte à Casa Museu	19
1.1. Instituição de uma Fundação em Portugal	20
1.1.1. Abordagem Histórica das Fundações	20
1.1.2. Fundações: Definição e Tipologia	21
1.1.3. O Processo de Aquisição de Personalidade Jurídica das Fundações	24
1.2. O Universo das Casas-Museu	25
1.2.1. Casas-Museu: Definição e Tipologia	25
1.2.2. Razões para a Criação de Casas-Museu e seus Fundadores	29
1.2.3. A Casa-Museu como Estrutura Museológica	30
1.2.4. Casas-Museu em Portugal e sua Tipologia	34
Capítulo II - Estudo de Caso	39
2.1. Aquilino Ribeiro: A Herança Beirã	40
2.1.1. A Irreverência de Aquilino Ribeiro	42
2.2. Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca	44

2.2.1. Localização, Caracterização e Estrutura	44
2.2.2. História da FAR	46
2.2.3. Missão e Objetivos	47
2.2.4. Áreas de Intervenção	48
2.2.5. A História da Casa - Museu de Aquilino Ribeiro	48
2.2.6. A Casa e a Coleção de Aquilino Ribeiro	49
2.2.6.1. A Casa	49
2.2.6.2. A Coleção	51
2.2.7. O Museu Etnográfico: Casa do Aldeão	51
2.2.8. A Biblioteca de Aquilino Ribeiro	52
2.2.9. Recursos Humanos	53
2.2.10. Sustentabilidade Financeira	54
Capítulo III - Desenvolvimento do Estágio	55
3.1. Enquadramento Geral	56
3.2. Integração	57
3.3. Plano de Intervenção	58
3.4. Primeiras Ações Desenvolvidas	60
3.4.1. Comemorações do Nascimento de Aquilino Ribeiro	60
3.4.2. Remodelação e Reorganização da BAR	61
3.5. Análise da Coleção de Pintura em Exposição na FAR	63
3.6. Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - 2012	65
3.7. Rota Aquiliniana	66
3.8. Gastronomia Aquiliniana	67
3.9. Organização e Gestão da FAR	70
3.9.1. Horário de Funcionamento e Condições de Acesso à FAR	70

3.9.2. Relatório e Contas 2011 / Plano de Atividades e Orçamento 2012	72
3.9.3. Inquérito aos Visitantes da FAR	72
3.9.4. Inventário do Acervo Museológico	73
3.9.5. Recursos Humanos	74
Balanço do Estágio e Considerações Finais	75
Referências Bibliográficas	78
Legislação	79
Bibliografia	79
Webgrafia	82
Apêndices	LXXXV
Anexos	CXXVI

“ Se, ao folhear, estas páginas rescenderem ao tojo e ao burel azeitado quando torna dos
pisões, terei satisfeito o meu propósito...”

Aquilino Ribeiro in Terras do Demo, pg. 9, 1993

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, instituída por Aníbal Aquilino Ribeiro, filho mais velho de Aquilino Ribeiro, tem como objetivo homenagear o escritor e contribuir para a divulgação e promoção da sua obra. Dada a curiosidade em descobrir o enigmático espaço museológico sediado no Concelho da minha área de residência, com uma informação e divulgação bastante limitada, verificou-se o lugar ideal para iniciar a minha atividade profissional e, assim, aprofundar os conhecimentos sobre uma figura tão importante para a região, daí propor a realização do meu estágio curricular ao Conselho de Administração da FAR.

Face à necessidade em perceber o funcionamento do espaço em causa, foi indispensável desenvolver um estudo que permitisse um conhecimento sólido e objetivo sobre a forma como uma instituição deste género deveria evoluir e desenvolver-se. Os conceitos de fundação e casa museu são bastante abrangentes, daí a necessidade de definir os conceitos e apresentar os diferentes elementos que os constituem, de forma a permitir ao público, ter acesso à realidade museológica determinante para o estudo da vida e obra do escritor.

Este relatório sobre a FAR desenvolve-se ao longo de três capítulos, no primeiro é apresentada uma abordagem teórica aos conceitos de Fundação e Casa Museu, seus constituintes, tipologias, forma de organização e modos de criação, com intuito de compreender os objetivos adstritos a esta instituição. O segundo capítulo apresenta um estudo da Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, face ao pressuposto teórico desenvolvido no capítulo anterior. Será apresentada a vida e obra do escritor, de uma forma não muito extensível, a caracterização da estrutura e sua localização, missão e objetivos, áreas de intervenção, a casa e sua coleção, os espaços museológicos adjacentes, os recursos humanos existentes, suas funções e sustentabilidade financeira. Estando em “semifuncionamento” durante 24 anos, a FAR necessita, hoje, de uma grande intervenção, pensada e estruturada, com vista a dar resposta às necessidades atuais que uma instituição deste género implica. Finalmente, o terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas ao longo do estágio no sentido de melhorar a apresentação, divulgação e serviços prestados a todos os visitantes, dos quais se destacam: a remodelação e reorganização da FAR, a análise da coleção de pintura em exposição permanente na FAR e a organização e gestão da mesma.

Para a realização deste trabalho, foi fundamental realizar uma pesquisa bibliográfica e “webgráfica” sobre fundações e casas museu, procurando recolher informação que permitisse enquadrar a FAR nas várias tipologias apresentadas, a história da mesma, não esquecendo a extensa vida e obra do escritor, delineando assim o seu percurso histórico e

biográfico, a evolução do espaço e casa enquanto Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca.

De forma concludente, e apesar de algumas das ações desenvolvidas no decorrer do período de estágio, espera-se que este trabalho contribua para a compreensão da realidade existente na FAR, a divulgação do espaço há muito esquecido, bem como sensibilizar a tutela para a necessidade de investimento na requalificação dos espaços e serviços, de modo a dignificar a memória de um dos maiores escritores do panorama Literário Português.

CAPÍTULO I

CONTEXTOS TEÓRICOS DE PARTIDA

CAPÍTULO I

CONTEXTOS TEÓRICOS DE PARTIDA: ACHEGAS DE ANTÓNIO PONTE À CASA MUSEU

Este capítulo foi elaborado, essencialmente, com base em duas fontes bibliográficas, devido à escassez de bibliografia encontrada. Para uma melhor adaptação ao estágio, foi fundamental, numa primeira abordagem, perceber o conceito de Fundação, como se institui e por que lei é regida, tendo por base o livro *Como Criar uma Fundação - guia das fundações*, da autoria de Victor Mendes. Numa segunda abordagem, parece relevante analisar o universo das Casas-Museu, baseado na Dissertação de Mestrado em Museologia, da autoria de António Ponte, por ele disponibilizada, com o objetivo de ser um ponto de partilha de informação aos interessados, no seu *blogue*.

1.1. INSTITUIÇÃO DE UMA FUNDAÇÃO EM PORTUGAL

1.1.1. ABORDAGEM HISTÓRICA DAS FUNDAÇÕES

As fundações são instituições que sempre seguiram os princípios organizacionais das instituições da Igreja Católica, ou seja, fundações de Solidariedade Social, que deixaram de ser utilizadas como instrumento de evangelização ou de ação social após o surgimento das IPSS de cariz associativo. A história da sua existência remonta à Antiguidade, uma vez que, já então existiam pessoas com elevado poder, derivado de um vasto património, que ajudavam os mais carenciados através do uso de parte do seu património. Algumas situações envolvendo património apresentam características fundacionais, como foi o caso da doação da Biblioteca de Alexandria. O mesmo aconteceu na Antiga Roma, influenciada pela cultura grega, as fundações emergiram por razões humanitárias, com várias finalidades, como por exemplo, distribuição de alimentos, assistência aos enfermos, entre outras. Segundo Mendes,

“apesar de haver os chamados patrimónios autónomos, tendo por finalidade o culto e a caridade e cuja transferência se operava inter vivos ou por disposição testamentária, foi o Direito Canónico que primeiro deu personificação jurídica às pessoas coletivas fundações, tendo-se verificado, aliás, o mesmo fenómeno com as Associações e o chamado movimento cristão do cooperativismo” (Mendes, 2009:13).

Estas instituições também apareceram na Idade Média, pela iniciativa da Igreja Católica, com o objetivo de desenvolver uma ação social em prol dos mais desfavorecidos e carenciados, de modo a combater lacunas existentes, uma vez que o Estado não possuía políticas sociais que satisfizessem as suas necessidades.

Embora o termo fundação só apareça na terminologia jurídica no século XIX (1º Código Civil Português - 1867), existiram inúmeras, desde a Idade Média até então que apresentam o

paradigma daquela. Todavia, só em 1908 é que foi conhecida a primeira com estatutos conhecidos ao abrigo do 1º diploma legal, isto é, a Fundação Comendador Joaquim de Sá Couto. Durante o Estado Liberal, 1ª República e a Ditadura do Estado Novo, as fundações ligadas à Igreja sofreram diversas mudanças, chegando até a ver o seu património expropriado pelo Estado. De acordo com o que Mendes revela no livro *Como Criar uma Fundação*:

“no período da República, entre 1910 e 1926 a criação de instituições de cariz fundacional, ou seja, de fundos autónomos dispostos por doadores privados com fins culturais, sociais e outros estava claramente restringido devido à inexistência de legislação própria que o permitisse” (Mendes, 2009:14).

No entanto, as restrições mantiveram-se durante o Estado Novo, mas com exceções, como aconteceu com a instituição da Fundação Calouste Gulbenkian, cujo reconhecimento é feito pelo Decreto-Lei nº40690 de 18 de julho de 1956. O mesmo aconteceu com a instituição da Fundação da Casa de Bragança cujos fundadores, testamentários de D. Manuel II e do Governo, tinham como objetivo administrar os bens patrimoniais da antiga Casa Real.

Só em 1966, com a promulgação do novo Código Civil, que consagra as disposições gerais relativas às fundações, ainda em vigência e que incorpora a doutrina dos decretos de exceção que permitiram a instituição de várias fundações no nosso país, é que a pessoa jurídica e moral fundação aparece definitivamente consagrada. É de salientar que, em Portugal, a falta de tradição e o número reduzido de Fundações devem-se às constantes mudanças legais e políticas que sofremos, mas também a uma cultura política e empresarial desfavorável à existência de uma sociedade civil forte, engrandecida e financeiramente sustentável.

Portugal fica muito aquém do que era esperado e por isso, comparado com o resto da Europa, permanece numa situação muito desfavorável. Ao longo dos anos, o surgimento de fundações foi escasso, em 1950, apenas existiam dez fundações, a partir da década de 80, houve um crescimento moderado, mas sustentado, passando, em 2009, a existir cerca de 400 fundações, muitas delas estabelecidas em Lisboa. Em 2012, com os Censos realizados às Fundações, averiguou-se a existência de cerca de 800 fundações, presumindo-se a existência de muitas mais. (*vide* anexo A)

1.1.2. FUNDAÇÕES: DEFINIÇÃO E TIPOLOGIA

É o Capítulo II do Livro I do Código Civil que regula a base jurídica das fundações, mais concretamente os artigos 157º a 166º e 185º a 194º do mesmo. Todavia, não possui uma definição de fundação, apenas alguns elementos essenciais deste tipo de instituição, que pertence ao chamado terceiro setor, isto é, ao conjunto de instituições sem fins lucrativos, autónomas do governo e de empresas, cujo objeto social e fins são de interesse geral e em prol da sociedade.

Mendes apresenta-nos duas possíveis definições de fundação, a primeira tem por base a de Marcello Caetano “organização destinada a prosseguir um fim duradouro ao qual esteja afectado um património” (Mendes, 2009:9), a segunda é a definição, de natureza pública, dada pelo grande administrativista Freitas de Amaral “fundações são pessoas colectivas públicas, reguladas pelo Direito Administrativo. Trata-se, portanto, de patrimónios que são afectados à prossecução de fins públicos especiais” (Mendes, 2009:9). Com a Lei-Quadro das Fundações (Lei nº 24/2012) que altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei nº47 344, de 25 de novembro de 1966, é-nos apresentada uma nova definição, que passo a citar: “a fundação é uma pessoa coletiva, sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afetado à prossecução de um fim de interesse social” (DR, 2012:3553).

Em suma, por fundação entende-se uma pessoa coletiva, composta por um património, afeto a determinados fins de interesse geral, não lucrativo e ao qual é atribuída personalidade jurídica, por outras palavras, fundação é o património, sem este, esta não existiria.

Em relação à sua tipologia, Mendes apresenta-nos, no livro *Como criar uma Fundação*, nove géneros de fundações, como poderemos ver de seguida:

- FUNDAÇÕES PÚBLICAS
 - Pessoas coletivas de direito público;
 - Constituídas por iniciativa e ato do poder administrativo, por via legislativa;
 - Com fim de interesse público;
 - Constituídas por património público.

- FUNDAÇÕES PRIVADAS
 - De direito privado ou particular;
 - Constituídas por iniciativa privada, através de ato formal de escritura pública para reconhecimento do Estado;
 - Têm por objetivo dar continuidade aos diversos fins de interesse coletivo, sejam estes de âmbito cultural, educacional, recreativo, científico ou de solidariedade social.

- FUNDAÇÕES MUNICIPAIS
 - Criadas por iniciativa dos Municípios;
 - Gestão e intervenção a cargo do Município;
 - Este detém a sua titularidade ou a maioria do património que a compõe;

- FUNDAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
 - Os Municípios têm autonomia para realizar atividades, nomeadamente de cariz cultural e social.
 - Mais conhecidas por IPSS são fundações que prosseguem os fins de solidariedade social mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.
- FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS
 - Criadas por uma empresa ou grupo empresarial, cujo património é tutelado pela mesma.
- FUNDAÇÕES PESSOAIS OU FAMILIARES
 - Criadas por uma pessoa ou família;
 - A sua génese legal e patrimonial, gestão e denominação assenta na família que lhe deu origem.
- FUNDAÇÃO PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO
 - Permitem ao estado agilizar a administração pública;
 - É um tipo de fundação que economiza recursos.
- FUNDAÇÕES INTERNACIONAIS
 - Sede, personalidade e capacidade jurídica noutro país;
 - Instituições que pretendem desenvolver a sua atividade em Portugal;
 - Têm de pedir reconhecimento legal ao Ministério da Administração Interna.
- FUNDAÇÕES FIDUCIARIAS
 - Fundações sem personalidade jurídica;
 - Pessoa ou instituição que dispõe de uma determinada quantia ou património a favor de uma fundação já existente, indicando para essa doação a realização de certos fins sociais.

1.1.3. O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA DAS FUNDAÇÕES

O ato de conceder Personalidade Jurídica às pessoas coletivas é um dos princípios fundamentais do Direito Civil. Assim, a par da atribuição de Personalidade Jurídica aos seres Humanos, decidiu-se, igualmente, atribuir um conjunto de direitos e deveres a certas organizações coletivas, constituídas por um conjunto de pessoas e um património afeto a finalidades precisas. De imediato, serão apresentados os passos necessários para a aquisição de Personalidade Jurídica das Fundações Privadas e Públicas de âmbito Municipal, visto que, nas Públicas Estatais, o processo centra-se na iniciativa do governo e na sua institucionalização através de diploma legal.

Para constituir uma fundação é fulcral seguir as suas quatro grandes fases, que são: instituição, reconhecimento, registo e utilidade pública. Por instituição, entende-se a manifestação de vontade do instituidor na atribuição de um determinado património, para assim, dar continuidade ao fim duradouro, socialmente relevante a que se propôs. De acordo com o disposto no art.º 185º, nº1, do Código Civil, as fundações podem:

“ser instituídas por ato entre vivos ou «mortis causa», mediante escritura pública ou testamento, respectivamente, devendo a entidade instituidora imperativamente indicar, nesse acto de instituição, qual o fim a ser prosseguido pela fundação, bem como o património que lhe é destinado” (Marques, 2002: s.p.).

O seu reconhecimento “é o segundo elemento da constituição de uma fundação e traduz-se no reconhecimento do interesse social pela entidade competente” (Mendes, 2009:37). Este elemento é determinante para a existência de uma fundação, visto que, sem o seu reconhecimento, possuímos apenas uma fundação de facto, ou seja, uma fundação “que não constitui uma pessoa coletiva jurídica por falta da outorga do elemento essencial” (Mendes, 2009:40). No que respeita ao registo das fundações, este é um ato essencial para a aquisição da personalidade jurídica e deverá ser elaborado junto do Instituto dos Registos e Notariado, após este registo, em função da sua natureza especial, deverá ser efetuado um outro registo no organismo competente. É de salientar que, muitas vezes, por falta de informação, esta obrigatoriedade de registo não se vê cumprida. Por último, depois de se conseguir o seu reconhecimento e registo, as fundações devem obter o estatuto de utilidade pública, nos termos do Decreto - Lei nº 460/77, de 7 de novembro. Para Mendes,

“a definição de uma pessoa colectiva de mera utilidade pública é-nos dada por este diploma que determina como pessoas colectivas de utilidade pública, as Associações ou Fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local, estão em condições de merecerem da parte desta administração a declaração de «utilidade pública»” (Mendes, 2009: 41).

Esta atribuição é fundamental para qualquer fundação, uma vez que, só depois das condições estarem todas reunidas é que estas poderão desenvolver as suas atividades e usufruir dos benefícios que lhe estão inerentes.

1.2. O UNIVERSO DAS CASAS-MUSEU

1.2.1. CASAS-MUSEU: DEFINIÇÃO E TIPOLOGIA

A casa-museu é um:

“edifício que pertence ao património cultural de um país, em geral uma antiga casa particular recheada de colecções de obras de arte, objectos de interesse histórico e outras obras de valor, pertença do seu antigo proprietário, normalmente uma personalidade importante, e que se encontra aberta ao público” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 722).

Quanto à morfologia desta expressão *Casa-Museu*, é de salientar que a mesma é composta por duas palavras em justaposição, cujos significados são de dimensões completamente opostas. O conceito *casa* tem um sentido privado, pessoal e significa um tipo de estrutura, cuja finalidade é a habitação ou alojamento. No que respeita ao conceito *museu*, este significa “estabelecimento público que funciona como local de preservação e de exposição de objectos de valor histórico e cultural, nos domínios artísticos, científico, técnico-profissional, etnográfico...” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 2555). Uma casa-museu pode ser simultaneamente uma casa histórica, porém, não significa que seja museu, isto é, a casa histórica está relacionada com o imóvel que apresenta histórias e leituras, não tem implícito o trabalho e a função museológica, é uma estrutura que está relacionada com uma figura pública importante, a nível nacional, local ou regional, ou com algum acontecimento da história do país ou de um determinado local. Assim sendo, esta só poderá ter a designação de casa-museu após aplicação da função museológica e quando se verificar uma alteração no tratamento do imóvel, passando a ter preocupações ao nível da exposição, conservação, estudo das colecções e de outras documentações de interesse museológico.

António Ponte evidencia que:

“a casa-museu deverá reflectir a vivência de determinada pessoa que, de alguma forma, se distinguiu dos seus contemporâneos, devendo este espaço preservar, o mais fielmente possível, a forma original da casa, os objectos e o ambiente em que o patrono viveu, ou no qual decorreu qualquer acontecimento de relevância nacional, regional ou local, e que justificou a criação desta unidade museológica” (Ponte, 2007: 5).

Em suma, as instituições com as características daquela são espaços que permitem o encontro com alguém que se admira e que se distinguiu numa determinada época. O ambiente doméstico, que estas unidades museológicas reproduzem, tende a representar a maneira como alguém viveu, refletindo assim os seus aspetos pessoais, isto é, a forma de se situar no mundo, suscitando o interesse e a curiosidade desses tempos às pessoas que as visitam.

É determinante que a organização da casa-museu seja o mais próximo possível com o espaço doméstico e privado de quem a habitou, ou seja, da personalidade homenageada, pois só assim motivará o público para a visitar, uma vez que, todo o cidadão tem curiosidade de saber como é que se organizava a vida doméstica em determinada sociedade ou cultura,

perceber a maneira de pensar, de agir, inteirar-se “do seu ambiente familiar, da sua época, da sua economia, da sua envolvência social e educativa” (Ponte, 2007: 6). No seu espaço doméstico e habitacional, o visitante deverá encontrar todas as variantes que formam a personalidade da pessoa homenageada. Todavia, há exceções, pois existem inúmeras casas-museu que não refletem, nem apresentam as realidades do seu patrono. Apesar de algumas apresentarem realidades e espaços domésticos, não passam de museus regionais, outras deveriam ter a denominação de museus de arte. Só deverão assumir a denominação de casas-museu, os espaços museológicos que se apresentem como cenários de vida, todos os outros poderão assumir-se como meio de manutenção de uma coleção intacta (Ponte, 2007:7). De forma concludente, com a casa museu não se pretende a reprodução da vida de alguém, mas sim a sua representação. Esta deverá oferecer um conjunto de interpretações, narrativas, símbolos e relações do local com a pessoa que nela residiu, criando-se, a partir da história da casa e das vivências do patrono, um puzzle que o visitante deverá construir à medida que vai deambulando pelo espaço museológico.

Após a definição de casa-museu, é fundamental perceber o tipo de instituição que se visita, através da análise da terminologia integrante do seu nome, para isso, analisaremos, de seguida, as propostas de classificação internacionais. Segundo o artigo publicado em 1934, *Les Maisons Historiques et leur Utilization Comme Musées*, António Ponte indica, a partir dos bens musealizados, três grupos de casas-museu (Ponte, 2007:23):

- CASAS DE INTERESSE BIOGRÁFICO
 - Pessoas coletivas de direito público;
 - Constituídas por iniciativa e ato do poder administrativo, por via legislativa;
 - Com fim de interesse público;
 - Constituídas por património público.

- CASAS DE INTERESSE SOCIAL
 - Apresentam objetos que documentam a vida quotidiana dos ocupantes.

- CASAS DE INTERESSE HISTÓRICO LOCAL
 - O acervo é composto por objetos de diferentes períodos e de diversas utilizações.

Porém, de acordo com a tipologia dos seus habitantes, António Ponte utiliza a expressão *Casas Históricas* para classificar três categorias de imóveis (Ponte, 2007: 24):

- MUSEUS-PALÁCIOS E CASTELOS DE SOBERANIA - Espaços relacionados com a residência das classes dominantes.
- PALÁCIOS, CASTELOS E CASAS PRIVADAS
 - Espaços que apresentam problemas de funcionamento;
 - Abertos ao público temporariamente;
 - Cobrança de bilhete.
- CASAS DE NOTÁVEIS E DE PESSOAS CÉLEBRES
 - Espaços ligados à celebração de pessoas notáveis.

Tendo em conta a obra de Butcher-Youngmans são-nos apresentadas pelo Professor Pinna, fundador do DEMHIST, três novas propostas de classificação tipológica de casas-museu (IMC, 2010:1):

1. CASA-MUSEU DOCUMENTAL
 - Espaço que apresenta a vida de uma personalidade ou um lugar de interesse histórico/cultural;
 - Decoração original.
2. CASA-MUSEU DE REPRESENTAÇÃO
 - Espaço que representa uma época ou um estilo de vida;
 - Podem utilizar objetos não originais.
3. CASA-MUSEU ESTÉTICA
 - Local de exposição de objetos e obras de arte de determinado período e tipologia;
 - Espaços de cariz doméstico sem vivência;
 - É indiferente o seu patrono ou o acontecimento que aí poderá ter ocorrido.

Em 1997, Rosana Pavonni e Ornella Selvafolta, apresentaram uma proposta mais pormenorizada de classificação tipológica de casas-museu que determinam as seguintes categorias (Ponte, 2007: 26):

- PALÁCIOS REAIS
 - Elevado valor representativo.
 - Espaços onde nasceram e/ou viveram pessoas ilustres;
- CASAS DE PESSOAS EMINENTES
 - As personalidades são identificadas através dos seus objetos pessoais.
- CASAS CRIADAS POR ARTISTAS
 - Casas criadas para promoverem um artista e/ou divulgarem uma obra.
- CASAS DEDICADAS A UM ESTILO OU ÉPOCA
 - Contextualizam peças de mobiliário ou artes decorativas, tendo por base a interpretação dos museólogos.
- CASAS DE COLECIONADORES
 - Local onde viveu (ou não) um colecionador;
 - Não se observa um discurso museológico;
 - Local onde exibem e protegem as coleções pessoais.
- CASAS DE FAMÍLIA
 - Nascem e desenvolvem-se como museus familiares;
 - Representam um determinado meio social e cultural.
- CASAS COM IDENTIDADE SOCIAL CULTURAL ESPECÍFICA
 - Representam gostos de grupos sociais ou profissionais;
 - O seu acervo é composto por objetos de trabalho.
- CASAS ONDE SÃO CONSERVADAS COLEÇÕES
 - Não têm ligação com a história da casa.

Em 2006, a investigadora Linda Young apresentou uma nova proposta de classificação tipológica das casas-museu, tendo por base diferentes unidades museológicas (Ponte, 2007: 27):

- CASAS DE HERÓIS
 - Espaços onde viveram/passaram pessoas importantes;
 - Local onde se pode interpretar a história do homenageado.

- CASAS DE COLECÇÃO
 - Espaço onde estão presentes coleções específicas, ou material com elevado valor intrínseco para a casa;
 - Este tipo de casa-museu, é facilmente confundido com um museu generalista.

- CASAS DE DESIGN
 - Local onde a casa é apresentada como criação artística com o propósito de apreciação estética pelos visitantes.

- CASAS DE ACONTECIMENTOS OU CASAS DE PROCESSOS
 - Espaços relacionados com acontecimentos importantes da história;
 - Esses acontecimentos nada têm a ver com os seus habitantes, nem com a história da casa.

- MUSEOLOGIA DAS CASAS DE CAMPO INGLESAS
 - Residência de famílias nobres, apresentando o seu estilo de vida.

- CASAS DE SENTIMENTO
 - Espaços criados sem grande sentido;
 - Apresentam um espólio diversificado.

1.2.2. RAZÕES PARA A CRIAÇÃO DE CASAS-MUSEU E SEUS FUNDADORES

São vários os motivos apresentados, por parte dos seus fundadores, para a criação de casas-museu, sendo os mais comuns de carácter pessoal e de índole institucional, que vão desde a auto-homenagem, consagração e perpetuação, ao enriquecimento do sentido histórico de determinado país. Ao homenagear uma determinada pessoa, com a criação de uma casa-museu, estamos a legitimar a sua memória pessoal, transpondo-a do domínio privado para o domínio público. Isto poderá acontecer face á enorme projeção obtida na época em que viveu e/ou devido á influência que exerceu sobre as gerações vindouras (Ponte, 2007: 18). A propósito, diz-nos o autor que temos vindo a seguir que:

“além das motivações pessoais, identificam-se outras de carácter patriótico ou de identidade nacional. A apresentação de uma determinada forma de organização doméstica, numa época, numa sociedade, de um determinado grupo, pode motivar a criação de uma qualquer casa-museu” (Ponte, 2007: 20).

No que concerne aos fundadores das casas-museu, estes podem ser denominados patronos ativos e patronos passivos. Patrono ativo é aquele que intervém na organização da casa-museu:

“uma vez que ao longo da sua vida programou o seu espaço, que posteriormente se converterá num equipamento público, permitindo que os visitantes possam fruir esse espaço do quotidiano, observando os seus objectos e assim compreender a sua forma de viver, os seus gostos, e aprender a sua individualidade garantindo-se desta forma a «imortalidade» da personalidade em causa” (Ponte, 2007:11).

O patrono passivo é aquele que:

“poderá não organizar a sua casa no momento da sua transformação em casa-museu, podendo esta passagem operar-se após a sua morte, por vontade de um familiar ou através de um grupo de amigos que lhe são próximos, existindo assim um acto de doação ou de venda a favor da instituição a tutelar a casa-museu” (Ponte, 2007: 12).

Geralmente tais funções são deixadas a um parente próximo, como por exemplo, esposas, filhos ou outros familiares da pessoa que se pretende evocar.

Em suma, “doador, patrono ou criador, todos devem ser considerados benfeitores face àquilo que deixam ao público, na medida em que permitem ao visitante o conhecimento da intimidade de alguém importante” (Ponte, 2007:13).

1.2.3. A CASA-MUSEU COMO ESTRUTURA MUSEOLÓGICA

Aqui, reportamos a casa-museu na mesma linha do autor, que temos vindo a seguir, que diz que:

“Torna-se imperioso proceder à conversão do espaço doméstico, que se pretende manter, num espaço musealizado, onde os visitantes vão em busca de histórias de pessoas, que são apresentadas com o apoio dos objectos existentes no espaço quotidiano e que refletem uma vivência” (Ponte, 2007: 38).

Após a apresentação da definição e tipologia das casa-museu e das razões para a sua criação e seus fundadores, cumpre-me abordar o tema supra citado para uma melhor compreensão dos serviços museológicos que devem estar implícitos neste tipo de instituição. Com o objetivo de criar uma estrutura consistente e com sucesso no futuro, é fundamental a elaboração de um plano museológico que integre todas as funções do museu e todas as ideias sobre a instituição, com vista a dar resposta a médio prazo, isto é, por um período de cinco anos, findo o qual será necessária a sua revisão. É essencial que, antes mesmo da definição do plano museológico, seja efetuado um inventário detalhado de todos os bens existentes na instituição e, simultaneamente, fazer a avaliação daqueles que serão os pontos fracos e

fortes da mesma, pois só assim se poderá conhecer a coleção, identificar todos os bens pertencentes à casa-museu e elaborar um plano que vá de encontro às necessidades sentidas. Para atingir o sucesso, é necessário que as instituições deste género tenham em atenção alguns pontos fulcrais: a sua missão e objetivos; a história do espaço onde a mesma está integrada (o espaço da casa-museu); o estudo e a gestão das coleções existentes; a definição de conteúdos; os suportes informativos; os serviços educativos; a conservação preventiva; a segurança e os recursos humanos.

Ao definirmos a missão de uma unidade museológica, estamos a identificar, de forma sucinta, o seu principal objetivo. Assim, para que toda a sua atividade se relacione com o objetivo a alcançar, é necessário que a sua missão e o plano de ação estejam de acordo um com o outro. Depois de tudo isto, serão definidos os objetivos gerais e específicos da casa-museu, pois só assim é que a mesma poderá garantir o seu sucesso (Ponte, 2007:40). “A missão e os objetivos do Museu são dois passos fundamentais na definição da política de gestão de coleções, que orienta a recolha, podendo ser um instrumento fundamental na defesa do próprio museu...” (Ponte, 2007. 40).

Um outro aspeto a ter em consideração, antes de analisarmos a instituição e os seus serviços técnicos e sociais, é a história do espaço da casa-museu, visto ser importante realizar um estudo para se apurar o significado histórico da casa e dos seus contextos. Findo o estudo da estrutura física da mesma, é necessário que a instituição realize um outro estudo, desta vez, um estudo das coleções existentes na casa-museu, identificando e caracterizando os bens culturais incorporados ou incorporáveis, o seu valor e a sua importância na relação com a personalidade homenageada, para fins de documentação, conservação, interpretação, exposição e educação.

Após o estudo do espaço da casa-museu e das suas coleções, é imprescindível que se defina aquilo que se pretende transmitir aos visitantes, de acordo com os interesses do público em causa. Para esse efeito, é importante que se estudem os visitantes e a própria casa, pois só assim será possível “seleccionar a história para camadas de população com menos instrução e as narrativas que se contam a grupos, por exemplo, investigadores” (Ponte, 2007: 41). Não obstante, é preciso que as equipas destas instituições, antes de iniciarem qualquer processo de intervenção, procurem, “através da análise documental, uma reconstituição da história do edifício, restituindo-lhe o seu estado ao tempo de vivência do patrono” (Ponte, 2007: 42).

Atendendo às necessidades sentidas, por muitos dos visitantes à casa-museu, é fundamental que as mesmas procedam a diferentes formas de comunicação, para assim se facilitar a compreensão da mensagem a ser transmitida. Para que assim seja:

“reitera-se a necessidade de criar desdobráveis e brochuras que apresentem a história da casa, que os visitantes podem transportar consigo e assim, a todo o momento,

recorrer às informações disponibilizadas; preparar programas multimédia que possam integrar o público na história da casa, dos seus habitantes e dos seus acontecimentos, realizar exposições temporárias que explorem pormenores das histórias centrais que se contam; organizar visitas guiadas e/ou áudio-guiadas que transmitam um conjunto informativo preciso” (Ponte, 2007: 43).

Tendo em conta o objetivo primordial dos museus, a transmissão de cultura, é essencial que no plano museológico seja integrado e planificado o serviço educativo. Desde há muito tempo que os museus deixaram de ser estruturas fechadas e passaram a envolver-se mais com a comunidade. “Esta atitude social e educativa tem por objetivo criar uma estrutura formativa e de bem-estar para a sociedade, visando, também o aumento do número de visitantes e conseqüentemente, aumentar a sua influência comunitária” (Ponte, 2007: 44). Os museus não só devem desenvolver, de forma sistemática, programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuem para a facilidade de acesso ao património cultural e às manifestações cultural, como também lhes compete promover o respeito pela diversidade cultural tendo em consideração a educação permanente, a participação da comunidade e a conseqüente diversificação dos públicos (Lei nº 47/2004 de 19 de agosto: 5384).

O plano museológico deverá ainda conter um programa detalhado de conservação preventiva, realizado por pessoal com formação adequada, para assim garantir as condições adequadas a implementar as medidas preventivas necessárias à conservação dos bens culturais que tem em sua posse. Inicialmente, deverão ser apresentados os principais problemas verificados nas coleções e na casa, como por exemplo, fazer a identificação dos agentes de deterioração, dos diferentes tipos de acervo, níveis de temperatura e humidade, verificação do tipo de construção e das condições que esta apresenta, analisar o meio envolvente, saber se é propícia a alguma catástrofe, pragas, etc., e “identificar as necessidades de conservação preventiva e a atitude a ter com cada tipologia específica de material” (Ponte, 2007: 46), para se poder agir em conformidade, pois qualquer intervenção ou alteração realizada, de forma incorreta, poderá ditar a destruição do acervo e/ou edifício.

“A casa-museu, devido à sua estrutura original, que não se encontra adaptada para receber centenas ou milhares de visitantes em curtos espaços de tempo, a par da colocação de peças em regime livre, sem barreiras nem vitrinas, levanta também grandes problemas de segurança que devem ser equacionados antes da sua abertura ao público” (Ponte, 2007: 47).

Deste modo, é necessário estabelecer uma estrutura de segurança, para a casa e para o acervo, contra dano, furto e incêndio e também garantir a protecção dos visitantes e do respetivo pessoal.

Atendendo às características de cada museu, estes podem estabelecer restrições à entrada por motivos de segurança, limitando-se estas, ao estritamente necessário, consistindo na obrigação de deixar depositados na área de acolhimento objetos, que pela sua natureza, possam prejudicar a segurança ou conservação do acervo e das instalações. Todavia, tendo em conta a natureza e valor dos mesmos, a instituição poderá recusar a entrada dos visitantes, caso a mesma não tenha condições de segurança para guardar os

objetos. Para além do registo de imagens dos visitantes, cada museu dispõe de vigilância presencial, todavia, poderão também estar equipadas com detetores de metais ou aparelhos radiográficos para controlo dos visitantes. Todos os meios de segurança, anteriormente mencionados, devem estar devidamente sinalizados na área de acolhimento dos visitantes (Lei nº 47/2004 de 19 de agosto: 5383).

Todas as atividades devem ser planificadas, pois só assim é que se consegue determinar o quadro de pessoal necessário para dar resposta às atividades que se pretendem desenvolver e assim perceber as grandes carências ao nível dos recursos humanos nestas instituições museológicas que, muitas vezes, dependem de um grupo ou da pessoa que instituiu a casa-museu, sem formação profissional, não se observando assim uma equipa técnica de qualidade. “Esta situação acaba por arrastar as casas-museu para situações de debilidade ao nível da interpretação, estudo, criação de atividades para os visitantes, bem como do ponto de vista da conservação preventiva” (Ponte, 2007: 49). Para que se possam cumprir as diversas atividades de cariz museológico, é necessário que os profissionais que integram o quadro de pessoal dos museus tenham formação profissional, nomeadamente, os guias, pois são estes funcionários que transmitem a mensagem que o museu quer passar, isto é, são a “face” desta instituição museológica. No entanto, para um melhor desempenho das suas funções (se necessário), os museus de pequena dimensão podem estabelecer parcerias ou acordos com outros museus/instituições.

Antes de se instituir uma casa-museu, o fundador da mesma deve estudar a sua sustentabilidade financeira e garantir o futuro da mesma, porque muitas das debilidades sentidas tem a ver com a sua fragilidade financeira. Assim, a par com o plano museológico deve ser elaborado um plano de gestão que permita avaliar “a instituição, o público, os meios de gestão, os financiamentos, os recursos existentes, a criação de fontes de receita, o plano de marketing, enfim, todos os pressupostos que viabilizam o funcionamento da unidade museológica” (Ponte, 2007: 50).

De forma concludente, a elaboração de um plano de ação que aborde a totalidade dos serviços dos museus, bem como a criação de documentos específicos para determinadas áreas são de extrema importância, pois só assim será possível, de maneira eficiente, orientar e contribuir para uma melhor compreensão dos métodos utilizados nas instituições.

1.2.4. CASAS-MUSEU EM PORTUGAL E SUA TIPOLOGIA

A par da sua importância na conservação e divulgação do património histórico e cultural, as casas-museu de acordo ao autor que seguimos:

“assumem uma missão com especificidades próprias, que se relaciona com a presença de um patrono, personalidade homenageada pela instituição, uma casa que deverá ter sido habitada, mesmo que por pouco tempo, pela pessoa que merece destaque por se ter evidenciado em qualquer domínio da vida pública, ou ter sido palco de um acontecimento histórico relevante” (Ponte, 2007: 1).

Em Portugal, o panorama museológico mostra-se bastante diversificado, tendo vindo, ao longo dos anos, a afirmar-se como um setor dinâmico, mas igualmente heterogéneo, revelando, em muitos casos, fragilidades preocupantes, como por exemplo, a nível da sua organização interna, recursos humanos e conservação preventiva. Ainda que muitas casas-museu usufruam de um grande potencial do ponto de vista patrimonial móvel e imóvel, há aquelas que foram instituídas apenas como forma de salvaguarda de colecções artísticas, sem qualquer relação com o patrono, originando unidades museológicas estáticas e sem grande interesse para o público, uma vez que, na verdadeira acepção da palavra, nada têm a ver com casas-museu, isto é, não lhes está conferida “a vivência dos homenageados ou a ocorrência de acontecimentos nesse espaço, permitindo estabelecer uma relação entre espaço, objeto e memória” (Ponte, 2007: 2).

Relativamente às fragilidades sentidas, ao nível dos recursos humanos, as mesmas intensificam-se quando analisamos um serviço fundamental das casas-museu, ou seja, as visitas guiadas, pois verifica-se que estas, na maioria das vezes, são realizadas por profissionais inexperientes, sem formação, em muitos casos o único recurso humano existente, que assim transmite uma mensagem diminuta, memorizada aquando do início da sua atividade, “dando uma imagem de um museu parado no tempo, sem conseguir captar a atenção do público” (Ponte, 2007: 2). Uma outra fragilidade encontrada nas instituições deste género tem a ver com a conservação preventiva, uma vez que em Portugal, foram detetados casos com elevados sinais de degradação, em que é inevitável intervir num curto espaço de tempo, sob pena de perda total do edifício ou bens. Assim sendo, não chega ter motivação para a sua instituição, é preciso que a maioria das mesmas dignifique a categoria museológica das casas-museu, porque nos dias de hoje é inadmissível tal facto.

Depois de uma breve análise do panorama museológico em Portugal, é fundamental que se analisem as propostas de categorias de classificação das casas-museu portuguesas, em muito diferentes das apresentadas no subcapítulo *Casas-Museu: Definição e Tipologia* (Ponte, 2007:56).

1. CASA-MUSEU ORIGINAL

- Localiza-se no edifício onde a personalidade que se pretende homenagear

habitou, por um determinado período de tempo;

- Preserva não só o seu espaço arquitetónico original, como também a decoração dos espaços;

- É o livro de memória da personalidade homenageada;

- Permite o contato direto entre a pessoa que a visita e a figura que residiu nesse lugar, incluindo as coleções existentes.

- Localização indiferente (edifício onde habitou a personalidade homenageada ou outro edifício com a reconstituição original dos ambientes e decoração);

- Tem por objetivo a percepção e o contato com os espaços íntimos e sociais do quotidiano da personagem que se ilustra na casa-museu, os seus gostos, coleções e personalidade;

- Apesar de não serem espaços originais, devem ser uma representação fiel dos mesmos.

- Localizados nos espaços de vivência do homenageado;

- Têm como objetivo a apresentação das coleções que este reuniu ao longo da sua vida;

- Neste caso, a decoração da mesma pode ser alterada com vista a uma melhor percepção do acervo exposto, mantendo a organização ao longo dos diferentes espaços domésticos.

- Estão organizadas em espaços de vivência originais ou noutros que recriem espaços íntimos e sociais do quotidiano doméstico do patrono;

- Pode não ter referências pessoais específicas;

2. CASA-MUSEU RECONSTITUÍDA

3. CASA-MUSEU ESTÉTICA

4. CASA-MUSEU DE ÉPOCA

- Têm por objetivo a transmissão de conhecimentos sobre tipos de decoração ou formas de vida em determinada época;
- A decoração tanto pode ser original como reconstituído.

Após a apresentação das propostas de categorias de classificação das casas-museu portuguesas, apresentam-se também as unidades museológicas que se inserem noutras tipologias de museus, isto é, aquelas que não preenchem os requisitos para serem casas-museu (Ponte, 2007: 60).

- MUSEU ETNOGRÁFICO

- Tem por objetivo a preservação de acervos patrimoniais, testemunhos e tradições de uma localidade, região ou país;
- Instituições que não fazem referência ao quotidiano de alguém.

- MUSEU DE ARTE

- Têm como objetivo a apresentação de coleções de pintura, escultura, fotografia, cerâmica, entre outras;
- Não obedecem a qualquer tipo de organização de tipologia doméstica;
- Podem-se localizar em espaços de vivência quotidiana, mas sem carácter intimista e demonstrativo de que aí residiu.

- MUSEU DE EMPRESA

- Instituições museológicas que apresentam a história de determinada empresa;
- Localizam-se em lugares específicos das entidades tutelares ou nas antigas instalações da mesma;
- Demonstram a evolução e o crescimento empresarial.

- MUSEU DE PERSONALIDADE

- Unidades museológicas que desenvolvem a sua ação em torno da investigação da vida e/ou obra de determinada personalidade;
- Apresentam documentos e objetos que

ilustram a vida e obra do homenageado;
Não tem por objetivo representar o cotidiano de alguém, mas sim a vida de uma forma alargada.

- MUSEU DE HISTÓRIA

- Consagram a sua atividade à investigação e apresentação de determinados períodos da história de uma localidade, região, país ou tema específico.

- CENTRO CULTURAL/ESTUDOS/
DOCUMENTAÇÃO

- Estão vocacionados para a realização de atividades culturais diversificadas;
- Não apresentam sinais de vivência quotidiana.

Terras do Demo

“A serra é agreste, primitiva, mas tem carácter, sem dúvida. Comprazes-te em pintar-lhe as virtudes e encantos sem sombras, e não serei eu que te acoime de parcial. As tintas escuras são para o novelista e tens razão. Decerto eu, ao chamar-lhe Terras do Demo, não quis designá-las por terras do pecado, porque o pecado seja ali mais grado ou revista aspecto especial que não tenha algures. Nada disso. A serra é portuguesa no bem e no mal. Chamei-lhe assim porque a vida ali é dura, pobrinha, castigada pelo meio natural, sobrecarregada pelo fisco mercê de antigos e inconsiderados erros e abusos, porque em poucas terras como esta é sensível o fadário da existência. Só por isto”.

In Prefácio de Aquilino Ribeiro ao livro do padre Manuel da Gama “Terras do Alto Paiva”, 1940

CAPÍTULO II

ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO II

ESTUDO DE CASO

2.1. AQUILINO RIBEIRO: A HERANÇA BEIRÃ

Aquilino Ribeiro é uma das mais características personalidades da literatura portuguesa, sendo considerado por muitos, o maior prosador do século XX. Apesar da sua dimensão humana e literária, desconhece-se a existência de uma biografia que descreva com exatidão a vida e obra do autor. Os breves parágrafos que a seguir se apresentam, pretendem apenas documentar alguns momentos da sua biografia, incluindo a referência a algumas facetas da sua personalidade. Utilizando uma escrita muito própria, de grande riqueza, variedade e precisão, a sua obra confere um autêntico renascimento da literatura portuguesa, tendo como principal referência as suas origens, ou seja, o mundo rural.

A sua vocação como escritor ter-se-á manifestado bastante cedo, quando um professor de português pediu aos alunos para que escrevessem um diálogo entre uma abelha e um piano, de acordo com o testemunho do autor:

“O estalo de graça é privativo daqueles que o dedo Deus escolheu para gozar da sua presença eterna. É verdade que tudo tem um princípio. Como foi o meu? Recordo-me que o professor de Português, um bom clérigo que estava encarregado da correspondência, em Latim, da diocese com o vaticano, deu certo dia este tema para composição: diálogo entre uma abelha e um piano era Rambouillet requintado! O meu trabalho foi lido na aula e elogiado pelo velho eclesiástico como uma revelação. E foi assim que um rapazito se deitou ao pego!” (Mendes, 1977: 63)

Aquilino Gomes Ribeiro nasce a 13 de setembro de 1885 em Carregal de Tabosa, concelho de Sernancelhe, filho de Joaquim Francisco Ribeiro e de Mariana do Rosário Gomes, é batizado em Alhais, concelho de Vila Nova de Paiva. A 11 de março de 1895, vai residir com seus pais para Soutosa, na Nave, concelho de Moimenta da Beira.

O seu percurso escolar tem início a 10 de julho de 1895, ao entrar para o colégio de N.ª Sr.ª da Lapa, onde, no mês seguinte faz exame de instrução primária, permanecendo até 5 de outubro de 1900, altura em que orientado pela família para formação eclesiástica, transita para o colégio Roseira, ou do Padre Alfredo, em Lamego. Passados dois anos, a 16 de junho segue para o seminário de Viseu, onde estuda Filosofia por pouco tempo, transferindo-se a 16 de outubro para o seminário de Beja, ingressando no curso de Teologia, fazendo aí o primeiro ano e parte do segundo, de onde é expulso por se revelar contra o critério de disciplina vigente nesse estabelecimento de ensino, acabando por regressar a Soutosa devido à desorientação quanto ao seu futuro, aproveitando para estudar os espaços e as gentes locais, recolhendo a cultura e o linguajar típico local. Em Lisboa, para onde foi residir em 1906, dedicou-se à tradução e à escrita de artigos de opinião, vendo-os publicados na

Vanguarda, começando a redigir com José Ferreira da Silva o romance em fascículos *A Filha do Jardineiro*.

Após o atribulado período provocado pela sua adesão à causa republicana, é preso. Consegue evadir-se da esquadra do Caminho Novo, a 12 de Janeiro de 1908, exilando-se em Paris, onde conviveu com artistas, escritores e intelectuais portugueses também aí refugiados por motivos políticos. Depois de obter equivalência dos seus diplomas secundários, decide ingressar na Faculdade de Letras, na Sorbonne, seguindo durante três anos as lições dos grandes mestres de Filosofia Francesa e de Sociologia, período em que conhece Grete Tiedemann, de Mecklenburgo, Alemanha do Norte, que viria a ser sua primeira esposa, de quem teve o seu 1.º filho, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro, a 26 de fevereiro de 1914, que mais tarde viria a seguir a carreira da magistratura. Durante este período, apesar do tempo ocupado com o curso de Filosofia, escreve o seu primeiro livro *Jardim das Tormentas*, composto por contos dedicados a Grete, publicado em 1913.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, Aquilino Ribeiro vê-se forçado a regressar a Portugal sem terminar a sua licenciatura. Em Lisboa, leciona no Liceu Camões e, em 1919, a convite de Raul Proença, assume o cargo de Segundo Bibliotecário na Biblioteca Nacional, colaborando também nas revistas *Seara Nova*, *Homens Livres*, *Lusitânia* e no *Guia de Portugal*.

Participante ativo na revolta contra a ditadura militar, em 1927, vê-se obrigado a procurar o exílio novamente em Paris, durante cerca de um ano. Regressa a Portugal clandestinamente e refugia-se em Soutosa, altura em que ocorre o falecimento da primeira mulher. Posteriormente, depois da participação numa ação do movimento do regimento de Pinhel contra o governo, é preso e enviado para o presídio do Fontelo, em Viseu, de onde consta:

“foge uma vez mais - e uma vez mais rumo a Paris onde, no ano seguinte casa em segundas núpcias com Jerónima Dantas Machado, filha do Presidente Bernardino Machado, também ele exilado em França. Julgado à revelia no Tribunal Militar de Santa Clara, é condenado” (Caldeira, 1994: 249).

A 6 de abril de 1930, em Baiona, nasce o filho do seu segundo matrimónio, Aquilino Ribeiro Machado, que viria a ser Engenheiro de profissão. No ano seguinte, vai viver com a família para a Galiza, e em 1932 entra semiclandestinamente em Portugal, sendo posteriormente amnistiado pelo governo, devido ao reconhecimento público da sua obra. Instalado definitivamente em Portugal, dedica o seu tempo à escrita, continuando a produção ensaística e ficcional, que junta à colaboração com a imprensa e ao trabalho de tradução. Marcado pela vivência da sua juventude, é impulsionado, através da sua consciência política e cívica, a participar em ações críticas à Ditadura Salazarista, e a aderir ao movimento de unidade democrática, ao apoio da campanha Presidencial de Norton de Matos, bem como à militância na candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

Para além das grandes homenagens efetuadas em vários países, em 1960, Aquilino Ribeiro vê o seu nome proposto ao Nobel da Literatura por vários artistas, homens públicos e destacados nomes das Letras lusas; o que nunca viria a acontecer, para espanto de muitos ilustres da sociedade portuguesa. Anteriormente, em 1956, fundou a Sociedade Portuguesa de Autores, de que foi presidente; em 1958, assiste à instauração de um Processo Judicial de natureza sensória, pela publicação de *Quando os Lobos Uivam*, romance que denuncia a prepotência e a corrupção contra os humildes, onde defende as populações serranas e a manutenção dos direitos tradicionais ao baldios, vindo a ser arquivado por uma amnistia feita à medida.

Em maio de 1963 a Sociedade Portuguesa de Autores decide homenagear, no Porto, Aquilino Ribeiro pelos seus cinquenta anos de trabalho literário onde, inesperadamente adoece, vindo a falecer no hospital da C.U.F. em Lisboa às 12h30 do dia 27.

A vasta obra legada por Aquilino Ribeiro retrata o mundo rural português de forma ímpar. Apesar de ter optado por uma literatura de tradição, é muito difícil sistematizar a sua temática. Em cinquenta anos de carreira literária, de 1913, com *Jardim das Tormentas*, a 1963 com *A Casa do Escorpião*, Aquilino Ribeiro publicou cerca de setenta obras, além de um surpreendente espólio que abrange a ficção, o jornalismo, a crónica, textos memorialísticos, o ensaio, estudos de etnologia e história, biografia e autobiografia - erudição e polémica, traduções e literatura infantil.

Apesar de ser considerado um dos mais importantes escritores portugueses do século XX, não existe consenso quanto à sua inserção em escolas ou movimentos. A obra de Aquilino Ribeiro foi recebida pelos leitores com muito entusiasmo, fazendo transparecer a imagem de um país ancestral, perdido num tempo e espaços genesíacos, onde a ação do homem dependia da natureza, dos instintos, de uma cultura próxima da credice e da superstição (Infopédia, 2003).

No universo da literatura portuguesa, a obra publicada pelo escritor tem um lugar à parte, merecendo especial destaque algumas de ostentação internacional, entre as quais *Terras do Demo* (1919), *O Malhadinhas* (1922), *Andam Faunos Pelos Bosques* (1926), *O Romance da Raposa* (1924), *A Casa Grande de Romarigães* (1957) e *Quando Os Lobos Uivam* (1958). (vide anexo B)

2.1.1. A IRREVERÊNCIA DE AQUILINO RIBEIRO

A irreverência e a ideologia do escritor fizeram dele uma das principais figuras portuguesas do início século XX. Apesar da sua vasta obra estar constantemente interligada

com os acontecimentos marcantes da sua vida «política», optei por separar as duas temáticas, intervenção cívica e literatura, com o intuito de as realçar.

Após várias passagens pelo estudo eclesiástico, sem sucesso, Aquilino Ribeiro muda-se para Lisboa, onde se dedica à escrita de artigos de opinião, à propaganda republicana e à crítica de figuras do regime monárquico. A sua filiação nos grupos anarquistas que colaboravam com os Republicanos para o derrube do regime, leva-o à prisão na sequência de uma explosão que ocorre no seu quarto, na rua do Carrião, vitimando dois amigos correligionários:

“Mil novecentos e sete é um ano agitado na vida nacional. É também um ano agitado para Aquilino: uma bomba artesanal explode no seu quarto, no momento em que dois amigos do escritor a manipulavam. Os dois têm morte imediata. Aquilino, que assistia à preparação é preso e levado para a esquadra do Caminho Novo, de que se evade, na noite de doze de Janeiro de 1908” (Caldeira, 1994: 248).

Com a sua evasão da prisão, refugia-se em Paris, onde é protegido pelas forças radicais europeias no poder, permanecendo até à eclosão da Primeira Guerra Mundial, com uma breve incursão a Portugal em 1910, depois de proclamada a República. Apesar de se desconhecerem fontes claras que afirmem a participação de Aquilino Ribeiro no regicídio, ocorrido a 1 de fevereiro de 1908, na Praça do Comércio, em Lisboa, resultando na morte do Rei D. Carlos e seu filho herdeiro, príncipe real D. Luís Filipe, existem vários indícios de que tal tenha acontecido.

Aquilino Ribeiro desde sempre manteve uma participação ativa na vida social do país, o que o levou a exilar-se por três vezes, a viver na clandestinidade, andar a monte, a participar em conspirações e, por ser arreigado defensor de certos valores e direitos civis, foi um dos principais opositores ao regime salazarista. Quarenta e quatro anos depois da sua morte, após proposta da Assembleia da República ao Parlamento, foram concedidas honras de Panteão a uma personalidade de grande mérito nacional, tratando-se sobretudo de um reconhecimento da sua obra. Dado o seu Grandioso Percurso caracterizado pelo empenho, intervenção e o alcance dos seus ideais, adaptou como *ex-libris* «Alcança quem não Cansa», escolhendo para seu *epitáfio* a expressão «Mais não pude» ...

2.2. FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU - BIBLIOTECA

2.2.1. LOCALIZAÇÃO, CARATERIZAÇÃO E ESTRUTURA

A Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca (adotando a sigla FAR), instituída a 25 de julho de 1988 pelo Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, primeiro filho de Aquilino Ribeiro, possui atualmente um vasto espólio artístico e literário, composto por obras de arte que pertenciam a Aquilino Ribeiro e a aproximadamente oito mil documentos da sua biblioteca particular. Sita na Rua Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, em Soutosa, concelho de Moimenta da Beira, a Casa Museu, sede da FAR, era considerada a casa grande de Aquilino Ribeiro, a casa onde este, sempre que podia, gostava de voltar:

“O meu pátio não é grande... Mas é acolhedor, aconchegado e aberto a quem vem. Dilo à boqueira aquele S. Pedro em Mármore de Pêro Pinheiro, que ainda não despregou as chaves da ilharga para fechar o que quer que seja. As tílias, que circundam e recobrem de sombras e perfume plantei-as eu, e ano após ano as fui acalentando e tutelando. Por isso, quando arribo de Lisboa, recebem-me luxuriantes, sonoras das abelhas que lhes chupam o pólen, todas elas voltejantes e doiradas como as estrelas que reclamam nos painéis os halos das Virgens” (Ribeiro, 1983:34).

A Fundação Aquilino Ribeiro Casa Museu - Biblioteca foi reconhecida oficialmente com estatuto jurídico pela Portaria publicada no nº 259, de 15/10/88, da 2ª Série do Diário da República, e obteve Declaração de Utilidade Pública por despacho do Primeiro-Ministro de 24/10/89 (D.R. II Série, nº 259, de 10/11/89). Carateriza-se por ser uma instituição privada, sem fins lucrativos, que tem como princípio a divulgação e promoção da obra e do legado histórico do Mestre Aquilino Ribeiro. Quanto ao seu setor de atividade, está inserida na secção S, secção essa que está associada às Outras Atividades de Serviços. Assim, tratando-se de uma Instituição Cultural, a FAR pertence ao grupo 941, ou seja, às Atividades de Organizações Económicas, Patronais e Profissionais. Todavia, mais especificamente, ainda se divide na classe 9499 (Outras Atividades de Organizações Associativas, n.e.) e na subclasse 94991 afeta às Associações Culturais e Recreativas. A especificidade desta subclasse “compreende as actividades das associações polivalentes de carácter recreativo dominante (círculos poéticos e de literatura, clubes históricos, clubes de jardinagem, de cinema, de colecionadores, de fotografia, de música, de arte, os clubes praticantes de ofícios, associações filatélicas, etc.). Inclui associações de defesa do património cultural” (INE 2007:268).

Em relação à sua caraterização, a unidade museológica em análise, segundo o estudo realizado por António Ponte, pode integrar várias tipologias de museus. Assim, no que concerne à sua integração nas propostas de classificação das Casas Museu, esta abrange cinco tipologias diferentes (*vide* quadro 1). Relativamente à proposta de classificação das casas museu portuguesas, também apresentada pelo autor supra citado, a FAR apenas integra a categoria 2, isto é, Casa Museu Reconstituída, que se caracteriza por ser um espaço onde a

personalidade homenageada habitou, ou um espaço que, recorrendo a coleções e objetos do homenageado, foi possível reconstituir os ambientes e a decoração original.

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICA
Casa de Interesse Biográfico	Coleção constituída por manuscritos, correspondência, escritos, biografias, recortes, objetos pessoais, trabalhos diversos.
Casa Histórica (pertença de notáveis, artistas, escritores ou cientistas)	Espaço que se relaciona com as coleções de pessoas notáveis.
Casa Museu que combina as seguintes categorias: Casa Museu Documentaria, Representativa e Estética.	Em alguns espaços, apresenta a decoração original aquando da vivência do patrono e noutros apresenta exposições temáticas de diferentes tipologias de coleções; Utiliza espaços existentes como sedes de sociedades históricas ou dá abrigo a museus etnográficos.
Casa criada por artistas	Criadas para promoção de um artista ou da sua obra.
Casa de Heróis e museologia dos significados intangíveis	Espaço, onde viveram ou passaram pessoas importantes, que permite interpretar a história do homenageado; Está associada à necessidade de criar um panteão de heróis.

Quadro 1: Proposta de Classificação apresentada por António Ponte

Estatutariamente a FAR é composta por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Conselho Técnico-Consultivo (*vide* figura 2). O Conselho de Administração é constituído pelos Presidentes de Câmara dos três concelhos limítrofes, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, e por dois vogais, um dos quais exercerá funções de secretário executivo. A Presidência deste mesmo Conselho de Administração cabe aos Presidentes dos três Municípios supra citados, em regime de rotatividade, por mandatos de dois anos. O Conselho Fiscal é composto por três membros que são designados pelo Conselho Técnico-Consultivo, constituído pelo Presidente do Conselho de Administração e por um número variável de conselheiros, nunca inferior a 15 elementos. (*vide* anexo C)

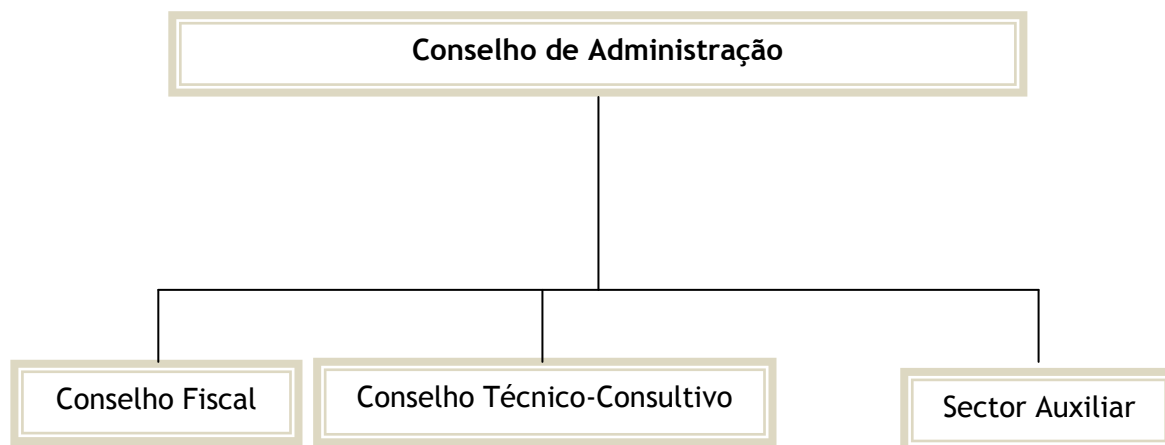



Figura 2: Organograma da FAR

2.2.2. HISTÓRIA DA FAR

A história da Fundação Aquilino Ribeiro remonta ao final da década de 80, mais concretamente, a 1988, ano da sua Instituição. Após a morte de Aquilino Ribeiro é o filho mais velho, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro, que herda a casa de Soutosa. Entre 1986 e 1988, aquele decide intervir no edifício, que se encontrava bastante degradado devido ao abandono de que foi alvo entre 1963 e 1986, a fim de o adaptar a museu, criando, a 25 de julho de 1988, a Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, instituída por escritura pública, publicada no DR, III Série, nº 185, de 11 de agosto de 1988, com o objetivo de organizar exposições permanentes e temporárias de arte, bibliografia e etnografia. (*vide* anexo D). A FAR foi dirigida inicialmente pelo filho mais velho do escritor, e após a sua morte, em 1999, pela sua nora Dr.^a Josefa Campos, durante 15 anos. Após o falecimento desta, em Fevereiro de 2010, as três autarquias onde o autor das «Terras do Demo» deixou marcas, propuseram uma gestão partilhada da fundação ao Conselho de Ministros, que viria a ser aprovada no mesmo ano.

 <p>Fundação Aquilino Ribeiro</p>	Horário
	Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca <u>Inverno</u> (de 1 de Outubro a 31 de Maio) Terça a Sábado 09h00 às 12h30 / 14h00 às 17h30 Domingo 14h00 às 17h00 Encerra às Segundas e Feriados
Contatos	<u>Verão</u> (de 1 de Junho a 30 de Setembro) Terça a Sexta 09h30 às 12h30 / 14h00 às 18h00 Sábado 10h00 às 12h30 / 14h00 às 18h30 Domingo 14h00 às 17h00 Encerra às Segundas e Feriados
Rua Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, Soutosa 3620-443 Peva, Mta da Beira Telefone /Fax: 232 607 293 E-mail: fundacaoaquilinoalbuquerque@gmail.com	

Quadro 2: Contatos e Horário de Funcionamento da FAR. **Fonte:** Ana Albuquerque

2.2.3. MISSÃO E OBJETIVOS

A Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu Biblioteca, constituída a 25 de julho de 1988 e aberta ao público desde o dia 14 de março de 1989 tem como objetivo primordial eternizar a memória do escritor contribuindo para a divulgação e promoção da sua obra e garantir um destino unitário aos bens culturais existentes, valorizando-os através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação com objectivos científicos, educativos e lúdicos. Para além do mencionado anteriormente, tem como função tornar acessíveis ao público interessado e investigadores as obras de arte e a biblioteca particular do escritor.

Depois dos objetivos gerais, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Estimular a cooperação com outros serviços públicos ou privados que possuam espólio aquilino;
- Fomentar a realização de conferências, ou outras acções adequadas aos seus fins;
- Realizar atividades de promoção do desenvolvimento local;
- Disponibilizar, *online*, a Biblioteca particular de Aquilino Ribeiro;
- Apoiar e promover o estudo e a investigação da vida e obra de Aquilino Ribeiro, facultando para consulta as suas espécies documentais;
- Garantir a continuidade da publicação dos vários periódicos já existentes sobre a temática aquilino.

2.2.4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A FAR intervém ao nível Cultural, Turístico e Comercial. A intervenção a nível Cultural vai de encontro tanto ao Serviço Educativo, ou seja, as visitas guiadas ao espaço museológico, as atividades formativas, as conferências e seminários aquilinos e as atividades promocionais, como à organização de atividades culturais, por exemplo, o Concerto de Verão, as Comemorações do Aniversário de Aquilino Ribeiro, entre outras.

A intervenção feita ao nível turístico tem como principal objetivo promover a Gastronomia Aquilina e os Percursos Pedestres previstos, para além da Rota Aquilina já traçada.

Por último, a intervenção comercial concerne a venda de obras do autor, associada ao projeto em curso de construção de uma loja de conveniência (*vide* anexo E), onde se poderá encontrar diversos materiais, entre os quais, vinhos, compotas, artesanato local, entre outras coisas.

2.2.5. A HISTÓRIA DA CASA-MUSEU DE AQUILINO RIBEIRO

“A Casa-Museu Aquilino Ribeiro parece ficar um pouco nos confins do mundo, e fica, fica nessas «Terras do Demo» que não foram trazidas de todo, neste findar de século, ao encontro fácil de todos os caminhos”. (Almeida, 1997: 119)

A Casa de Aquilino Ribeiro, sede da FAR, classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Ministério da Cultura, através da Portaria nº443/2006 (2ª Série), de 9 de março de 2006, está inserida numa quinta constituída por antigos espaços agrícolas e florestais. Para além de ser um edifício representativo da arquitetura rural beirã, trata-se de um testemunho cultural relevante, pela sua profunda ligação ao grande escritor Aquilino Ribeiro.

A sua origem remonta ao século XIX, não possuindo informação da data da sua construção, era pertença do avô do escritor, Francisco José, almocreve de profissão, posteriormente herdada pelo seu pai Joaquim Francisco Ribeiro. Com apenas dez anos de idade, abandona a sua aldeia natal, Carregal da Tabosa, com a sua família, e instala-se na casa da Soutosa, local que, enquanto estudante, não descurava, regressando sempre durante as férias. “A casa tinha, então, dois pisos. No primeiro, ficava a sala de entrada revestida a forro de madeira em forma de abóbada. No piso de baixo, situava-se a loja, com cinco janelas, onde se deixavam as arcas do cereal, o feno e a palha, e a cozinha com lareira típica” (Ribeiro, 1997:13).

Em 1918 com o falecimento de seu pai, Aquilino Ribeiro herda, entre outros bens, a tão afamada casa da Soutosa. Casa essa que aparece sempre como refúgio na vida atormentada de Aquilino como transparece do texto imediato:

“Durante a efervescência política dos anos 20, na qual Aquilino estará bastante envolvido, a casa da beira será sempre um refúgio. E com as idas e vindas de Aquilino ao estrangeiro, Grete passa grandes temporadas na aldeia. O casarão estava, na altura, completamente desprovido de conforto: não havia água quente, nem electricidade, os lobos rondavam a casa e o clima mantinha-se desfavorável” (Ribeiro, 1997:14).

Regressado definitivamente do seu segundo exílio em Paris, em 1932, Aquilino refugia-se na Soutosa, dando início a grandes obras de restauração, de maneira a melhorar as suas condições de habitabilidade. No seu interior, modificou alguns compartimentos, como por exemplo, abriu divisórias para a tornar mais habitável, procedeu à abertura de mais janelas, construiu a varanda que se abre para o terreiro. No seu exterior, alargou o terreiro e plantou um conjunto de tílias, tornando-se assim um pátio mais agradável. Com a sua morte, é o seu primeiro filho que fica com a casa da Soutosa, instituindo, em 1988, a Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, com o objetivo de homenagear este grande Ícone do Panorama Literário Português.

2.2.6. A CASA E A COLEÇÃO DE AQUILINO RIBEIRO

A casa e a coleção polivalente de peças várias, que ficam descritas à frente, fazem o essencial do património visível da Fundação. A casa forma aquele:

“(…) Espaço íntimo com seu mobiliário austero do quarto de dormir, o aconchego da cozinha, a largueza de um pátio, tudo constituindo um universo de vida que um homem povoou por um tempo e para sempre povoa. A Casa Museu haverá de ser o livro aberto de fácil leitura onde uma lição de bem se aprenda sempre que se visite” (Boletim da Fundação, 1990: 3). (vide anexo F)

2.2.6.1. A CASA

A sua arquitetura é marcada por uma grande depuração, destacando-se, no entanto, a escadaria de dois lanços que, na fachada posterior, permite o acesso ao piso nobre, com porta protegida por alpendre. É um edifício constituído por dois andares onde é possível observar espaços de vivência e espaços expositivos. Dispõe de um número reduzido de compartimentos, no seu conjunto de pequenas dimensões, sendo de destacar duas áreas fundamentais, o escritório e a sala de jantar de Aquilino Ribeiro. O pátio, pela sua relação com o escritor, não deve ser esquecido.



Figura 16: Fundação Aquilino Ribeiro - Pintura de Braga da Costa. Fonte: FAR

R/Chão

No R/C encontra-se a *Sala de Jantar*, com paredes revestidas de painéis de azulejos, estilo D. Maria, século XVIII, uma baixela de louça inglesa (48 peças), marca Afeganistão, século XVIII, para além de mobiliário e outros objetos da coleção; a *Cozinha Típica*; o *Quarto*, que nunca terá sido utilizado por Aquilino Ribeiro; o *Corredor* que está decorado com azulejos hispano - mouriscos, século XVI; e o *Escritório*, onde se encontra a secretária que o escritor usou em Lisboa e em Santo Amaro de Oeiras, comprada em 1925 por 1100 escudos, para além de pintura, há também diversas primeiras edições de várias obras.

1º Andar

O 1º andar é composto por 5 salas e pelo corredor. A *Sala de Visitas*, onde se encontram várias pinturas de vários autores, um armário Boulle Luís XIV, do século XVIII, cerâmica e outros objetos da coleção. A *Sala Sacra*, na qual estão expostas esculturas, uma coleção de cilícios, um Pentecostes, escola Vasco Fernandes, do século XVI, entre outras pinturas. A *Sala Memórias de Aquilino*, onde podemos observar vários objetos da coleção, na sua maioria dedicados à sua primeira mulher, como por exemplo, a primeira edição do livro *Terras do Demo*, exemplar de *Jardim das Tormentas*, primeira edição, oferecido e dedicado a Grete; o relógio que esta usara, a sua certidão de batismo, a certidão de casamento de Aquilino e de Grete, a 28 de Fevereiro de 1913, na Igreja Luterana de S. Nicolas, em Scheverin; um conjunto de gessos da mão direita e a máscara mortuária de Aquilino, do escultor Vasco da Conceição, um exemplar do “ex-libris”, entre outros objetos. A *Sala dos Contemporâneos*, na qual estão expostos trabalhos de Abel Manta, Stuart Carvalhais, Manuel Jardim, Amadeo de Sousa Cardoso, Anjos Teixeira e uma coleção de cerâmica de Rosa Ramalho que ele conheceu. A *Sala Africana*, composta por objetos originários de África, como

por exemplo, uma espada fula, imagens em marfim, entre outros objetos. Por fim, temos o corredor, embora de reduzidas dimensões, alberga uma importante coleção de vários tipos de trabalhos, entre os quais, paisagens, caricaturas, e uma escultura, em madeira policromada, de Cristo na Cruz, Século XVII.

2.2.6.2. A COLEÇÃO

Nos últimos anos da sua vida, o autor de “Terras do Demo” conseguiu reunir na casa da Soutosa, uma importante coleção de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica), peças de mobiliário e obras literárias antigas e modernas, de ampla gama cronológica e dos géneros mais variados. Destacam-se do conjunto, as peças de arte sacra dispersas pela casa e pelo pátio, provenientes do Convento de S. Francisco, Vila da Rua.

Merecem também particular menção diversas pinturas dos séculos XVI, XVII e XVIII (essencialmente das escolas portuguesas), vários móveis dos séculos XVII, XVIII e XIX. Enriquece-se a coleção com várias gravuras, cerâmicas, faianças, estanhos, bronzes, entre outros, para além das pinturas e desenhos de artistas contemporâneos como Abel Manta, Stuart Carvalhais, Amadeo de Sousa Cardoso, Manuel Jardim e Leal da Câmara que conheceu.

Não se pode deixar de referir os vários exemplares existentes no seu escritório, entre os quais, exemplar encadernado a couro com cantos em bronze, da autoria de Anjos Teixeira, obras completas de Aquilino, ilustradas, editadas pela Bertrand, obras encadernadas de Goethe e Schiller, edições traduzidas das obras de Aquilino. De valor incalculável é todo o espólio *Aquilino Ribeiro*, com os seus manuscritos, as provas tipográficas, as primeiras edições, os textos fragmentados e as muitas cartas e bilhetes-postais que recebeu, que se encontra, sob reserva, na Biblioteca Nacional, desde o dia 27 de janeiro de 2000.

2.2.7. O MUSEU ETNOGRÁFICO: CASA DO ALDEÃO

Saindo do corpo central da Casa-Museu, e, num edifício anexo à Biblioteca de Aquilino Ribeiro outrora denominado de Casa de S. João, situa-se a Casa do Aldeão, edifício que representa a casa de um aldeão local. Este espaço reúne e apresenta a coleção de etnografia, onde se encontra alguma utensilagem, outrora usual nos pequenos burgos do interior da Beira (exterior da casa). Está dividida em três compartimentos, de pequenas dimensões, que representam o quotidiano de uma casa rústica com as suas divisões, utensílios e trajés. Na cozinha pode-se observar todos os utensílios utilizados na altura, desde maceiras, louça de barro, potes para cozinhar, entre outros objetos da coleção. O quarto é composto por uma cama de ferro com colchão de palha, um berço de madeira para recém-nascidos, entre

outros. Na última divisão da casa, pode-se observar alguns dos instrumentos utilizados no ciclo do linho, entre os quais, um sarilho, uma dobadeira e um tear. (*vide* anexo G)

2.2.8. A BIBLIOTECA DE AQUILINO RIBEIRO

O espaço onde se situa a actual Biblioteca, mais conhecida por Casa de São João, contígua à Casa do Aldeão, era anteriormente uma habitação independente da atual quinta, vindo posteriormente a pertencer à mesma pela mão do Fundador da Fundação Aquilino Ribeiro – Casa Museu – Biblioteca, o Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro.

Esta biblioteca particular surge devido ao grande interesse do Escritor pela História do Livro, pelos Estudos Clássicos e Humanísticos, culminada com as suas constantes andanças entre Lisboa, Paris e outros lugares, ganhando particular ênfase a partir do momento em que, em 1919, passa a desempenhar funções de bibliotecário na Biblioteca Nacional em Lisboa (*vide*, anexo H). Confere-se, entretanto, que:

“À medida que a biblioteca de Aquilino Ribeiro foi crescendo delinearam-se, no seio desta, algumas vertentes de colecionismo que denunciam, de igual modo, o desenvolvimento da *forma mentis* do bibliógrafo e, até, do Escritor” (Matos, 2007: 52).

Dado o objetivo da FAR em classificar, preservar e tornar acessível ao público interessado e investigadores a biblioteca particular do escritor, foi celebrado, no início de 2000, um protocolo entre a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a FAR com o propósito de realizar o tratamento biblioteconómico dos cerca de 8000 volumes que constituem o espólio documental de Aquilino Ribeiro, entre os quais, livros escritos por Aquilino, primeiras edições, exemplares raríssimos do livro antigo, livros modernos de outros autores, obras de referência, publicações periódicas, parte da biblioteca particular de Bernardino Machado, entre outros, que anos mais tarde, em 2004, viria a dar origem ao CBAR, com o objetivo de dar a conhecer o fundo bibliográfico que constitui a biblioteca particular do escritor, organizado por ordem alfabética segundo a Norma Portuguesa de Informação e Documentação: NP-405-1, 1994, composto por 640 páginas e com chancela da FAR.

Foi por este trabalho moroso e complexo de tratamento biblioteconómico e posterior CBAR que ficámos a saber que, dos cerca de 8000 volumes existentes, 119 entradas são relativas a Camilo Castelo Branco, 36 a João Chagas, 19 a Cervantes, 18 a Tomás da Fonseca, 16 a António Sérgio, 14 a Eça de Queirós (Carvalho, 2007: 25), e que a obra mais antiga da CBAR é o Incunábulo de Bernardinus de Bustis, *Mariale*, de 1492. Além disso, é também devido a este trabalho que possuímos a informação de que muitas obras que fazem parte do fundo bibliográfico que constitui a biblioteca particular, têm o “testemunho manuscrito - por via inclusivamente do apontamento, da nota circunstancial de leitura, do leitor e até do

comentador que (também) foi Aquilino” (Matos, 2007:52). Além disso, ficámos também a saber que:

“em termos estritamente científicos, a colecção de fundos do livro antigo de Aquilino Ribeiro - não muito abundantes, como é reconhecido, em espécies incunabulares - é particularmente valiosa pelas edições seiscentistas e setecentistas, em particular da tipografia francesa, espanhola e até Italiana” (Matos, 2007: 52).

No que concerne às edições incunabulares, a biblioteca de Aquilino Ribeiro possui apenas quatro volumes (*vide* quadro 3), face ao que se verifica em relação às edições seiscentistas e setecentistas, que registam um total de 196 e 481 volumes cada, respetivamente.

Período Incunabular
Século XV
01: Itália - Milão, 1492 Bernardinus de Bustis
02: França - Lyon, 1498 Olivier Maillard
03: França - Lyon, 1498 Olivier Maillard
04: França - Lyon, 1498 Olivier Maillard

Quadro 3: Edições Incunabulares existentes na BAR, segundo a investigação de Manuel Matos

2.2.9. RECURSOS HUMANOS

A equipa de funcionários da FAR é bastante reduzida, limitada, sem formação, e sem grande preparação para o serviço que efetua. Apenas duas pessoas asseguram a totalidade das tarefas a realizar, que vão desde as visitas guiadas à manutenção da casa e espaços adjacentes. Concomitantemente acumulam funções de vigilância, acolhimento e administração da unidade museológica.

A coordenação e programação de grande parte das atividades para o normal funcionamento da FAR, aquando do meu estágio curricular, ficava a cargo do Gabinete da Cultura da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, visto não existir, em permanência, uma estrutura central na instituição que desenvolvesse essas mesmas funções. No entanto, é a inexistência desta estrutura central permanente que mais se faz sentir, quer ao nível das

visitas guiadas, uma vez que a falta de formação e preparação não lhes permite analisar os conteúdos informativos que deverão ser transmitidos no decorrer deste serviço, como, por exemplo, saber adequar e definir os diferentes discursos expositivos mediante a tipologia dos visitantes; quer ao nível da conservação dos espaços e da coleção, pois não sabem definir as ações de conservação, nem as metodologias de limpeza a tomar para cada tipo de acervo e material existente.

Face ao cenário traçado, do ponto de vista dos recursos humanos atuantes numa estrutura deste género, podemos perceber que, muitas vezes, o visitante, bem como a própria estrutura, não recebem a tratamento mais adequado.

2.2.10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A FAR, sendo uma estrutura privada, tutelada por si própria, vai sobrevivendo com alguma dificuldade, apesar das valiosas obras de arte no seu interior. As receitas vêm apenas do resultado das cobranças nas bilheteiras, dois euros, e pela venda de livros. Brevemente pretende-se alargar o seu financiamento à comercialização de diversos materiais na loja da FAR. De resto, não há nenhuma instituição pública ou privada que apoie a atividade do museu e da fundação.

Assim sendo, é necessário que a direção da FAR procure meios alternativos de financiamento, como por exemplo, através do estabelecimento de protocolos com outras entidades que se queiram associar à FAR, o que não é difícil, desde que as entidades observem que esta associação lhes irá trazer alguns benefícios, e desde que sintam que as ações e as suas funções estão completamente enraizadas na sociedade.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

3.1. ENQUADRAMENTO GERAL

Com a realização deste Estágio Académico, pretendia-se um alargamento da minha formação em Ciências Documentais que me permitisse adquirir mais competências e aplicar em contexto profissional as valências aprendidas durante a parte teórica da graduação. O primeiro contato com a FAR deu-se antes do início do estágio. Inicialmente fui recebida pelo Presidente do Conselho de Administração da FAR, José Eduardo Ferreira, que desde logo se disponibilizou a receber-me na Instituição e, posteriormente, fui encaminhada para o Dr. Ricardo Castro, responsável pelo Gabinete da Cultura, que simpaticamente explicou o propósito do estágio, do qual viria a ser orientador.

Previamente acordado entre os interessados, o início do estágio foi antecipado, não só por ser uma forma de aprofundar a integração na FAR, mas também porque previa iniciar trabalhos que importava acompanhar para adquirir conhecimentos práticos mais sólidos. Neste primeiro contato, fui informada de que o meu trabalho seria desenvolvido na Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro, em Moimenta da Beira, pois a FAR não tinha condições para me alojar; fui também informada de alguns projetos que gostariam de implementar, mas sempre com a ressalva de que, como instituição com gestão partilhada por três Municípios, estes projetos estariam sempre pendentes da aprovação do Conselho de Administração. Desde o primeiro momento, senti um grande incentivo para intervir mais ativamente no dia-a-dia da FAR e em todos os projetos que pudessem surgir, pois era essencial a integração de novos valores na equipa, com outras perspetivas para a sua expansão, ao invés do que acontecia, isto é, a existência de pessoas que se focavam, somente, na obtenção de lucros, sem que nada fizessem para que isso acontecesse.

Assim sendo, os objetivos para este estágio, com a duração de cerca de quatro meses, que se viria a prolongar por mais sete meses, não só passariam por um cariz teórico como também prático, isto é, pela investigação, gestão e projeção da FAR. A minha função seria, pois, através de todos os conhecimentos adquiridos durante a minha formação, delinear, projetar, investigar e criar métodos eficientes para a gestão e desenvolvimento da FAR, trabalho esse que começou pela elaboração de um plano de intervenção que fosse ao encontro das limitações sentidas. Todos os ensinamentos e confiança transmitidos, tanto pelo Presidente do Conselho de Administração como pelo meu orientador, e a minha capacidade para responder aos desafios que iam surgindo, permitiram-me assumir mais responsabilidade e trabalhar com mais autonomia nos projetos propostos.

3.2. INTEGRAÇÃO

A integração no estágio passou por uma fase de adaptação ao local de trabalho e, concomitantemente, à equipa com quem iria trabalhar diretamente. A adaptação à realidade do trabalho da FAR não foi difícil, embora necessitasse de algum tempo para perceber toda a sua história, inclusivamente, a história de vida da personalidade homenageada, porque, apesar de ser uma instituição sedeadada no concelho onde resido e estudei, é há muito um mundo esquecido...

Nos primeiros dias integrei visitas guiadas à FAR, com grupos e individuais de diferentes idades, para deste modo ouvir todas as informações e explicações que eram dadas sobre os espaços museológicos, a coleção e o escritor. Apesar desta primeira atividade não fazer parte das minhas funções, enquanto estagiária da FAR, permitiu-me perceber a opinião com que os visitantes ficavam perante o que observavam, tanto os aspetos positivos como os negativos, para assim se poder efetuar substanciais melhorias, indo de encontro com as expectativas dos admiradores do Mestre Aquilino Ribeiro.

A receção acolhedora, que me proporcionaram, facilitou, em muito, a minha adaptação ao estágio, tendo como principal responsável o Dr. Ricardo Castro, que, para além de meu orientador, era a pessoa que trabalhava diretamente comigo na execução de projetos, disponibilizando-se, sempre que necessário, para esclarecimentos e ensinamentos. Nos primeiros dias de trabalho, fui de imediato integrada na organização do evento comemorativo do nascimento de Aquilino Ribeiro (126 anos), que se realizou na FAR, em Soutosa, no dia 13 de setembro de 2011, onde tive um papel bastante ativo.

3.3. PLANO DE INTERVENÇÃO

Aquando da apresentação dos espaços museológicos é possível, desde logo, verificar várias deficiências. A degradação dos espaços exteriores preconizava graves carências no seu interior, o que se veio a confirmar. As várias tentativas efetuadas para recuperar a vivência dos espaços por pessoas sem qualquer formação são notórias. Para além disso, é possível verificar madeiras com fendas, várias infestações, inexistência de isolamentos a nível da estrutura e caixilharia, estrutura elétrica deficiente, enfim, todo um conjunto de problemas posteriormente comunicados aos superiores.

O asseio, por mais básico que fosse, era praticamente inexistente, e quando efetuado utilizavam-se técnicas completamente inapropriadas, por vezes, negligentes, demonstrando a necessidade de cuidados urgentes, em praticamente toda a sua coleção (*vide* anexo I). O inventário existente, elaborado por pessoa sem formação e em formato de papel «batido à máquina», apresenta bastantes limitações, contendo apenas informação básica e desorganizada, quando legível, com números colados nos móveis, pinturas, etc.

Com a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os processos utilizados na gestão dos equipamentos, foi possível verificar uma contabilidade «desorganizada», falta de planificação geral e, praticamente, a ausência de regras e regulamentos. Perante tal situação, urge travar o processo de deterioração verificado, acabar com métodos e práticas inadequadas e enraizadas ao longo dos tempos, e implementar regras de gestão e planeamento.

Alertados os responsáveis pela FAR sobre as principais carências existentes nos espaços, bem como, das principais ações a desenvolver para dignificar a memória do escritor e sua obra, foi necessária bastante insistência para se começar a pensar em algumas ações a desenvolver, apesar do conhecimento geral de várias destas situações. Sensibilizados para a realização de obras de manutenção primordiais, iniciou-se um levantamento sobre os espaços a intervir, nomeadamente a nível da manutenção dos telhados, substituição de caixilharias e reorganização dos espaços expositivos. Ao nível da coleção do escritor foi efetuado um estudo para restauro de algumas pinturas e monografias existentes na sua biblioteca particular. Para além destas ações, verificou-se a necessidade da realização de várias desinfestações, aquisição de um termohigrómetro (equipamento utilizado para controlar a temperatura e a humidade relativa), remodelação da rede de energia elétrica, nomeadamente, a implementação de um sistema de iluminação adequado, etc...

Em termos de responsabilização futura, existe a necessidade urgente de efetuar um processo de estudo e conhecimento da realidade, através da realização de um inventário pormenorizado, registando peças não inventariadas; proceder ao registo fotográfico dos espaços e da coleção e traçar um plano de ação no sentido de evitar erros, involuntariamente

cometidos no trabalho. Para além disso, é impreterível a elaboração de um programa de gestão e planificação museológico que responda às diferentes valências desenvolvidas.

Não menos importante, existe ainda a necessidade de executar e elaborar um programa de formação para os recursos humanos existentes, nomeadamente para o guia de visitas de forma a adaptar o discurso às várias tipologias de visitantes. Implementar uma rede de sinalética apelativa e informativa, facilitando as visitas disponibilizadas ao público, remodelar os espaços exteriores, tornando-os atrativos e acolhedores que transmitam a inspiração retratada por Aquilino Ribeiro na sua obra, e criar uma rede de sinalética rodoviária eficaz que permita localizar facilmente a FAR.

3.4. PRIMEIRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

3.4.1. COMEMORAÇÕES DO NASCIMENTO DE AQUILINO RIBEIRO

A FAR comemora anualmente o aniversário do Mestre Aquilino Ribeiro, por tudo aquilo que ele representou para estas terras, apelidadas por ele de *Terras do Demo*, e por tudo o que ele representa para o país, sendo um dos maiores vultos da nossa literatura. A iniciativa tinha como propósito lembrar um dos romancistas mais fecundos da primeira metade do século XX, que nasceu no Carregal, Sernancelhe, em 1885, mas que cresceu e viveu, por largos períodos da sua vida, na sua Soutosa, aldeia do Concelho de Moimenta da Beira. (*vide* figura 22)

O evento comemorativo começou com alguma antecedência, pois era necessário organizar e preparar tudo ao pormenor para que nada faltasse e/ou corresse menos bem. Foi elaborado um convite/programa, posteriormente enviado à comunidade local e a todos os elementos que fazem parte da lista de contatos da FAR, desde Presidentes de Câmara, Párcos, Instituições, Associações, Escolas, Personalidades, entre outros. Após esta etapa foi elaborada uma ficha de trabalho com todas as tarefas que tinham de ser cumpridas, desde manutenção dos espaços exteriores, aluguer de tenda e sua montagem, *catering*, iluminação, exposição, etc. O dia 13 de setembro foi um dia preenchido, as horas passavam, o trabalho não terminava e era imprescindível que às 19h30 estivesse tudo pronto para que um grupo de jovens alunos e seus professores, do curso de restauração do IFEC iniciasse o jantar dos convidados e dos responsáveis pelo Conselho de Administração, enquanto se ultimavam os últimos pormenores do evento.

O início das celebrações aconteceu por volta das 21h, numa tenda instalada nos espaços exteriores da Casa Museu, com uma mensagem dos responsáveis pela FAR a todos os presentes, cerca de duas centenas de pessoas. No âmbito desta cerimónia, realizou-se uma conferência subordinada aos temas «Aquilino Ribeiro - Símbolo unificador de um território» e «Eros: A Lídima Fonte» proferida por dois oradores de sangue aquiliniano, Dr. Alberto Correia e Dr. António Augusto Fernandes, que assim dedicaram a Aquilino duas “preleções saborosas, bárbaras e carregadas de cheiros bucólicos” (Bondoso, 2011: 11) finalizada com um concerto a solo de guitarra clássica, a cargo do jovem promissor José Dias.

Durante a homenagem ao escritor, foi também apresentada a nova imagem da FAR, vinte e três anos depois da sua criação, isto é, foi apresentado o logotipo, inspirado no cunho idealizado pelo escritor na década de 1930. Segundo o designer, é uma imagem mais estilizada, mais moderna, compatível com o rumo dos tempos de mudança que o novo Conselho de Administração pretende inculcar. (*vide* figura 23)

As comemorações do nascimento de Aquilino Ribeiro terminaram com a inauguração da exposição, no átrio empedrado da FAR, «Aquilino...Desconhecido», amavelmente cedida

pelo Centro Cultural de Paredes de Coura, composta por telas que apresentavam uma cronologia da vida e obra do escritor, através de textos, ilustrações, fotografias e depoimentos que relatam memórias da vida do homenageado e por um Demo de Honra, também ele servido no átrio junto às tílias quase centenárias plantadas pela mão do escritor. (vide anexo J)



Figura 22: Convite Comemorações Nascimento Aquilino Ribeiro 2011. Fonte: Biblioteca Municipal



Figura 23: Logotipo da FAR. Fonte: FAR

3.4.2. REMODELAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DE AQUILINO RIBEIRO

A Biblioteca do Mestre Aquilino, por si só, desperta a curiosidade de qualquer visitante, pois todo o amante da literatura “anseia” descobrir as fontes de inspiração de um grandioso escritor. No entanto, a primeira impressão ao entrar em tal espaço, deixava qualquer um desgostoso, com as condições em que se encontravam milhares de volumes. Com uma estrutura desapropriada para o efeito, o espaço onde se encontra a biblioteca apresenta várias incongruências. Sem qualquer isolamento, a humidade vai degradando o pavimento e o teto de madeira, já com alguns sinais de infestação, tal como acontece com as paredes em que a pintura vai dando lugar a manchas de fungos. Os volumes encontravam-se mal

acondicionados em estantes de madeira espalhadas pelo espaço, por vezes encostadas às paredes e sem qualquer sinalética. O espaço demonstrava grandes carências de higienização, com teias de aranha, grandes camadas de sujidade, detritos de roedores, etc. (*vide* figura 26)

Foi, sem dúvida, dos maiores desafios que encontrei na FAR, e no qual foi possível pôr mãos à obra com os poucos recursos existentes. O espaço em causa merecia maior dignidade. Com luvas calçadas, máscaras por causa do imenso pó existente e com a ajuda de uma funcionária, foram retirados todos os volumes das estantes, e apesar de superficial, foram limpos um a um, com uma flanela, separados de outros bastante deteriorados e com graves sintomas de infestação. As estantes, depois de limpas e ordenadas, foram afastadas das paredes cheias de humidade, e reposicionadas de forma a permitir a entrada de luz natural, mas sem incidir diretamente nas obras (*vide* figura 27). Não foi fácil “incutir” o quão delicado é manusear um simples livro e a limpeza do espaço onde estes se situam. Para aquelas funcionárias, tudo podia ser feito com uma simples vassoura. Organizadas as estantes, dentro do possível, foram acondicionados e ordenados todos os volumes tendo em conta a CDU, alfabeticamente, por autor. Os mais degradados foram colocados num depósito improvisado à espera de restauro e de uma desinfestação por anóxia, para a erradicação de pragas de insetos infestantes na coleção.

A Biblioteca de Aquilino Ribeiro merece, sem, dúvida um tratamento que dignifique a importância que o escritor representa para a sociedade. De forma a prolongar a vida de muitas das obras que se encontram naquele espaço e que deveriam ser devidamente quantificadas e classificadas, segundo o seu estado de conservação, grandes remodelações e intervenções aos vários níveis teriam de ser feitas, nomeadamente a nível estrutural. (*vide* apêndice A)



Figura 26: A BAR antes da reorganização.

Fonte: Ana Albuquerque

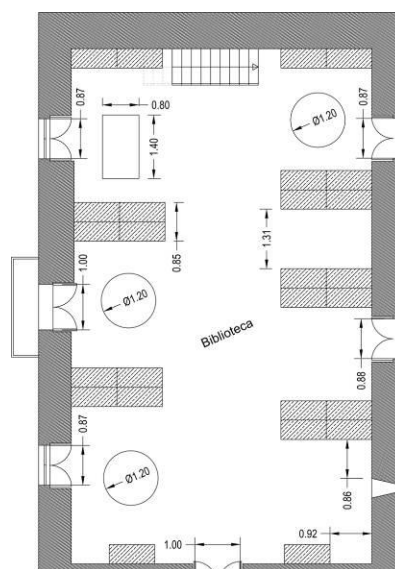


Figura 27: Planta da Reorganização

da BAR. Fonte: Ana Albuquerque

3.5. ANÁLISE DA COLEÇÃO DE PINTURA EM EXPOSIÇÃO NA FAR

A FAR tendo como objetivo dinamizar e valorizar o espaço e bens outrora do escritor, dispõe de várias pinturas que necessitam de uma urgente intervenção, com risco de se vir a perder este valiosíssimo património.

Deste modo, e após sensibilizar os responsáveis da sua importância, foram efetuadas diligências no sentido de recuperar três pinturas, duas delas a óleo sobre tela e uma a têmpera sobre castanho. Nelas, estão representadas uma cena mitológica alusiva à Descida de Cristo da Cruz (Escola Portuguesa; Século XVI), a representação de Santa Clara (Escola Portuguesa; Século XVI) e outra cena mitológica alusiva a Santa Isabel de Portugal (Escola Portuguesa; Século XVII). Neste contexto, é pretensa da FAR a restituição da estabilidade material, concedendo a coesão dos diversos suportes, e a integridade estética das superfícies pictóricas, permitindo a coerente leitura da mensagem iconográfica.

Em todas as pinturas é perceptível um estado de degradação particularmente avançado, tanto ao nível estrutural como da camada pictórica, colocando em causa a integridade histórico-artísticas das mesmas. As intervenções tornam-se deste modo um fator prioritário. Feita uma análise pormenorizada das pinturas foi possível detetar que todas elas apresentam orifícios dos insectos xilófagos, depósito de excrementos de mosca e de morcego, manchas esbranquiçadas da superfície, possivelmente provocadas por fungos, e o acentuado depósito de sujidade. Em relação à pintura alusiva à *Descida da Cruz*, esta apresenta vários rasgões e lacunas do suporte e do destacamento da camada pictórica, a representação de *Santa Clara* apresenta várias lacunas da camada pictórica, suporte debilitado devido a agressões atmosféricas (água) e existência de fissuras principalmente na zona anexa ao nó de madeira do suporte. A outra cena mitológica alusiva a Santa Isabel apresenta várias lacunas de suporte, existência de rasgões diversos no suporte da tela, além disso, podem-se observar vários remendos aplicados no tardo (verso).

Para este efeito, foram solicitados orçamentos a três empresas de Conservação e Restauro: Fundação Ricardo do Espírito Santos Silva (instituição de referência na área); *Pintura Livre, Conservação e Restauro, LDA* (não dispomos de referências); e *20|21 Conservação e Restauro* (empresa com ligação a Serralves e de referência na área). Das três empresas, é de salientar que, apenas a 20|21 se deslocou à Fundação Aquilino Ribeiro para elaborar um diagnóstico pormenorizado do estado de conservação de cada peça, as outras duas empresas fizeram-no com base no levantamento fotográfico. Ambas apresentaram um orçamento para restauro das obras acima mencionadas consideradas por mim prioritárias, à excepção da 20|21, que dada a sua deslocação à FAR para elaborar um diagnóstico pormenorizado do estado de conservação de cada peça, os responsáveis acabaram por analisar todas as obras expostas considerando outras prioritárias, aconselhando-me, no imediato, a proceder à retirada de algumas obras expostas por motivo de infestação.



FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO

MAPA DE COMPARATIVO

Informação N.º 01-12/2011

NOME DO FUNCIONÁRIO REQUISITANTE: Estagiária Ana Albuquerque

PERTENCENTE AO SERVIÇO DE: Fundação Aquilino Ribeiro

DESTINO DO BEM OU SERVIÇO/EVENTO: Restauro de três Pinturas

DESIGNAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS A ADQUIRIR:	QT	EMPRESA	EMPRESA	EMPRESA	TOTAL
		FRESS	Pintura Livre	20 21	
		TOTAL	TOTAL	TOTAL	
Pinturas prioritárias para a FAR	3	10.620,00 €	6.660,17 €	10.477,00 €	
Sub-Total		10.620,00 €	6.660,17 €	10.477,00 €	-
IVA	23%	2.442,60 €	1.531,84 €	2.409,71 €	
TOTAL		13.062,60 €	8.192,01 €	12.886,71 €	

Quadro 4: Mapa Comparativo - Restauro de Três Pinturas. Fonte: Ana Albuquerque

3.6. COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS 2012

Para assinalar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o ICOMOS elegeu como tema de celebração, para 2012, o Património Mundial, assinalando o 40º aniversário da Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural da UNESCO. Esta comemoração teve como objetivo sensibilizar o público para a diversidade e vulnerabilidade do património, bem como para o esforço envolvido na sua proteção e preservação.

Tendo por base esta iniciativa, a FAR, em parceria com o Município de Moimenta da Beira, desenvolveu, no dia 18 de abril de 2012, uma Maratona Fotográfica subordinada ao tema “Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança”, a incidir no espaço geográfico do Conselho de Moimenta da Beira.

A iniciativa por nós escolhida tinha como objetivo primordial envolver a população local com a riqueza patrimonial do Concelho e assim despertar para o património histórico existente. Tratava-se de uma proposta de experiência pessoal e artística que fosse de encontro com a herança e o legado, numa perspectiva de enaltecer o processo criativo. Pretendia-se que a imagem fotográfica, enquanto fragmento da realidade, revelasse um olhar individual sobre o tema proposto. Foi elaborado, por mim, um Cartaz para divulgação da iniciativa, o Regulamento, a Ficha de Inscrição para os interessados e posteriormente, os critérios de avaliação, assim como a divulgação dos resultados. A iniciativa destinava-se a maiores de 18 anos e cada participante poderia concorrer com o máximo de duas fotografias. Os participantes da maratona fotográfica foram 15 e a iniciativa contou com 30 fotografias a concurso. Após a entrega das mesmas, foi elaborada uma exposição, com todos os trabalhos, que esteve patente na Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro ao invés da Galeria Municipal, por motivos de logística. (*vide* apêndice B e anexo K)

3.7. ROTA AQUILINIANA

As «Terras do Demo», assim denominadas por Aquilino Ribeiro, são terras cujo passado deixou um vastíssimo conjunto de monumentos de inquestionável valor, desde o património edificado, natural ao gastronómico, recantos que serviram de inspiração ao escritor de que deixo o trecho:

“subitamente atravessava-me a faísca eléctrica do frenesim e, sentando-me à banca, escrevia, escrevia. Que escrevia eu? Escrevia com mão vertiginosa e espírito trepidante, a torto e a direito, contos, novelas, ensaios. Até uma peça de teatro garatujei. Escrevia em estilo difícil e alcandorado, dum barroquismo inexecedível, matizado de latinismos e plebeísmos pitorescos, com os olhos numa realidade entrevista através de lentes mais grossas que vidro de garrafa. Escrevia e, felizmente insatisfeito com o que escrevia, rasgava” (Ribeiro, 2008: 30).

Mestre Aquilino Ribeiro deixou-nos uma obra Literária de referência a nível nacional e internacional, que pelas especificidades que apresenta e que personifica o autor e o seu meio original, suscita o interesse e a curiosidade dos visitantes e da comunidade intelectual. Essas terras situam-se nos Concelhos de Sernancelhe, Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva.

O interior do país, apesar de contar com muitas atrações de interesse turístico, sofre de um processo de desertificação humana, provocando uma baixa atividade empresarial e insuficiente oferta turística. O caso das «Terras do Demo» não é exceção, daí a necessidade de criar uma rota que colocasse o visitante perante dois desafios: viajar pelo interior do país e conhecer as «Terras do Demo», suas paisagens, tradições e monumentos de referência, pela mão do nosso escritor Aquilino Ribeiro. Propositadamente não foi delineada uma rota, preferindo deixar ao critério de quem nos visita, tendo por base os pontos de referência dos três Concelhos que integram as «Terras do Demo». Todavia, será sempre uma rota incompleta da vida e obra do escritor, uma vez que se centra só na Beira, nos Concelhos acima mencionados. Poderá ser feita começando em qualquer um dos pontos traçados, sem seguir uma ordem cronológica, uma vez que em qualquer um dos espaços a visitar será sempre feita uma contextualização.

Esta riqueza da literatura e paisagem, cultura e património do mundo rural criou um espaço único, singular, de identidade e memória de um povo, a paisagem Aquiliniã. (*vide* apêndice C)

3.8. GASTRONOMIA AQUILINIANA

“Fidalguia sem comedoria é como gaita que não assobia”

Aquilino Ribeiro in *Terras do Demo*

Através da singular riqueza do seu vocabulário, Aquilino Ribeiro demonstra um conhecimento profundo do espaço físico, natural, social e cultural das “Terras do demo”. Como um bom beirão, o escritor é um devoto das iguarias regionais, em que a presença do vinho é uma constante.

Nele, a gastronomia é objeto cultural por excelência, “cultivada por mãos pacientes e entendimentos cheios, requisitos indispensáveis em arte tão substancial quanto á conservação do individuo e seu regalo” (Ribeiro, 1995:139). Aqui e ali, demonstra o orgulho das gentes da beira, “em ser um bom garfo; jantar que dignifique o anfitrião e convidados tem de acabar em dispepsia” (Ribeiro, 1995:140).

È a matança do porco que tempera os sabores da gastronomia Aquiliniana. Em torno desta tradição invernal degustam-se as febras assadas, carne entremeada, os torresmos e o fumeiro... Os pratos regionais variam consoante a imaginação de cada família e a herança deixada por seus antepassados, mantendo uma forte ligação à terra e aos sabores tradicionais, usos e costumes, sendo disso exemplo os pratos da caça, da pesca, da quinta e das épocas festivas, não esquecendo a doçaria e os vinhos.

O vinho é sem duvida uma presença assídua na sua gastronomia, que “marca sacramentalmente os momentos altos da narrativa, tal como era de lei que assinalasse os tempos fortes de qualquer comunidade rural de finais do séc. XIX” (Fernandes, 2005: 31). Alguns momentos mais marcantes daquelas gentes acontecem diante de um copo de vinho, onde se fecham negócios, nascem as grandes amizades, divaga-se por tudo e nada, e já pingueiros ocorrem desavenças. Por vezes, nada havendo para comer bebia-se, e homem que apanhasse uma «piela» aos domingos, dias santos e nos outros por devoção não era necessariamente um bêbado. Os tempos mudaram e os conceitos também...

Tendo por base a forma arrojada que o escritor utiliza na descrição da gastronomia em toda a sua obra, foi elaborado um levantamento das principais iguarias beirãs que poderão ser conjugadas em diversas ementas. Criem-se as receitas...:

Entradas

- ✓ Broa ou bolo de trigo;
- ✓ Chouriça de carne;

- ✓ Morcela;
- ✓ Chouriça moira;
- ✓ Presunto;
- ✓ Queijos da Lapa;
- ✓ “Bolos de Bacalhau com batata e salsa, a tirarem para o vinagre, que fariam perder o jejum a um santo” (Ribeiro, 1963: 199).

Sopas

- ✓ “Sopa de feijão e couve troncha, adubada a salpicão e vaca” (Ribeiro, 1995: 313);
- ✓ Caldo de castanhas piladas com que se “inteigava cristão” (Ribeiro, 1963: 124);
- ✓ Canjinha “coberta de oiro líquido das enxúndias. (...) Fumegava uns vapores tão aromáticos que até o Nosso Senhor Jesus Cristo da parede pareciam acordar da morte” (Ribeiro, 1983: 66).

Prato Principal

Carne

- ✓ “ (...) De comer à tripa-forra, tirar o ventre de miséria, fartar o apetite (...), derriçando marrã, forficada em fornos ou em sertãs, até cansar as mandíbulas e não caber mais na pança” (Ribeiro, 1985: 50);
- ✓ Cabrito assado no forno é “peça de honra no Norte da província” (Ribeiro, 1995: 139);
- ✓ Salpicão e febras de presunto com ovos na sertã acompanhadas com batatas cozidas em panela de barro;
- ✓ Arroz de cabidela;
- ✓ “Uma sertãzada de carne fresca de porco, de que rescendia pela taverna o aroma inebriador” (Ribeiro, 1983: 87);
- ✓ “Lebre com arroz” (Ribeiro, 1983: 75);
- ✓ Guisado de coelho;
- ✓ “Feijão barriga-de-freira afogado em caldo perfumado a tromba de porco e mão de vaca” (Ribeiro, 1983: 66);
- ✓ “Capões loiros entre loiras rodela de batatas” (Ribeiro, 1983: 67);
- ✓ “Orelha de porco e feijão manteiga” (Ribeiro, 1983: 95);
- ✓ Papas de milho com moira.

Peixe

- ✓ Inguias da Feira Franca de Viseu;
- ✓ Peixe vário de escabeche;

- ✓ “Bacalhau, couve troncha, bolo trigo, cebola às rodelinhas, azeite e um dente de alho; ao que estava de fino, nem manjar para mulher parida!” (Ribeiro, 1963: 199);
- ✓ “Trutas de escabeche com batatas rachadas” (Ribeiro, 1985: 153).

Doces

- ✓ Fálgaros da Tabosa;
- ✓ Cavacas de Freixinho;
- ✓ Bolos da Teixeira;
- ✓ Pão-de-ló;
- ✓ “Arroz-doce com polvilhamentos fulvos de canela sobre brancura de jaspe” (Ribeiro, 1983: 69).

Sobre vários momentos do ano agrícola em tarefas em que se comia melhor diz Aquilino:

“O comer era à lauta, do melhor, caldo de leite com abóbora, sopa doce, arroz com gravanços, reixelo guisado com trigo, iguarias estas de provar e mugir por mais. Punha-se à prova o dedo das cozinheiras. Também causava um despesão o jantar das malhadas; com o sol a ferrar no cachaço, vinho a rodos, o espírito todo no mangual, os homens eram debiqueiros e retraçavam mais do que comiam. Tirava o ventre de miséria, a parentela dos malhadores que varria as caçoilas, sopeava das almofias, relhavam os ossos que nem bando de olharapos” (Ribeiro, 1951: 184).

3.9. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FAR

A FAR sendo uma instituição privada de direito público, sem fins lucrativos, é autónoma na sua organização e gestão, ou seja, depende apenas de si própria para manter a sua atividade. Assim, um dos propósitos do estágio tinha como objetivo avaliar a sua funcionalidade, bem como o sistema administrativo até então praticado.

3.9.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E CONDIÇÕES DE ACESSO À FAR

Tendo como princípio a divulgação e promoção da obra e do legado histórico do Mestre Aquilino Ribeiro verificou-se que o horário praticado era bastante limitado e sem qualquer tipo de informação, o que condicionava qualquer visitante que pretendesse efetuar uma visita espontânea aos espaços, sujeitando-se a vir ao local e não atingir os seus propósitos.

Ao analisar o número de visitantes da FAR, facilmente se percebeu de que algo não estaria a correr bem, pois as potencialidades que o legado apresentava faziam crer que o número de visitantes fosse bastante superior ao verificado. Após analisar os horários praticados pelos diversos museus e fundações culturais, verificou-se não existir nenhum horário de funcionamento normalizado, o que leva a crer que estes fossem pensados caso a caso, local a local, etc. Neste contexto, foi apresentado ao Conselho Administrativo uma proposta de reestruturação do horário de funcionamento, indo de encontro às necessidades dos diferentes públicos, proporcionando a todos os visitantes a possibilidade de o fazer num período mais alargado, inclusive ao fim de semana, o que não acontecia. (*vide* figura 30 e 31)

		2.ª Feira	3.ª Feira	4.ª Feira	5.ª Feira	6.ª Feira	Sábado	Domingo
		INVERNO	Manhã	09:00h	09:00h	09:00h	09:00h	09:00h
12:30h	12:30h			12:30h	12:30h	12:30h	12:30h	
	Tarde	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h
		17:30h	17:30h	17:30h	17:30h	17:30h	17:30h	17:00h
		2.ª Feira	3.ª Feira	4.ª Feira	5.ª Feira	6.ª Feira	Sábado	Domingo
		VERÃO	Manhã	09:30h	09:30h	09:30h	09:30h	09:30h
12:30h	12:30h			12:30h	12:30h	12:30h	12:30h	
	Tarde	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h
		18:00h	18:00h	18:00h	18:00h	18:00h	18:30h	17:00h

Figura 30: Horário de Funcionamento na FAR, em vigor desde 1 de Junho de 2012. Fonte: Ana Albuquerque

	2. ^a Feira	3. ^a Feira	4. ^a Feira	5. ^a Feira	6. ^a Feira
Manhã	09:00h	09:00h	09:00h	09:00h	09:00h
	12:00h	12:00h	12:00h	12:00h	12:00h
Tarde	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h	14:00h
	17:00h	17:00h	17:00h	17:00h	17:00h

Figura 31: Horário anteriormente praticado. Fonte: Ana Albuquerque

No que diz respeito às condições de acesso à FAR era praticado o custo de ingresso para cada visitante de 2,00€/pessoa, a partir dos 10 anos de idade, independentemente da forma organizada com que se apresentavam.

Após análise cuidada dos custos e condições de acesso à FAR, concluiu-se que os mesmos deveriam ser atualizados, tal como tem acontecido em diversos Museus e Fundações Culturais. Assim sendo, foi proposto a aprovação o seguinte:

- **Ingresso**

Bilhete Normal: 2,00€ (visita à Casa Museu / Casa do Aldeão e Biblioteca);

Frequência nos espaços exteriores: 0,50€;

Permanência na Biblioteca: 0,50€

- **Descontos**

50% Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos; portadores de deficiência;

Bilhete Família - filhos menores (15-18 anos) desde que acompanhados por um dos pais: 1,00€;

60% Portadores de cartão Jovem: 0,80€

Visitas de estudo: Entrada livre para os acompanhantes (1 por cada 10 alunos);

1,00€ por aluno.

- **Isenções**

Crianças até aos 14 anos;

“Amigos da FAR”.

- **Cartão Individual “Amigo da FAR”**

Além do exposto anteriormente, sugeriu-se também a criação de um Cartão Individual AMIGO DA FAR, cujos custos associados seriam no valor de, jóia de admissão 20,00€ e uma anuidade de 5,00€, para usufruir dos seguintes benefícios (*vide* apêndice D):

a) Acessos

- Entrada gratuita na Casa Museu / Casa do Aldeão / Biblioteca e Espaços Exteriores;
- Informação sobre iniciativas.

b) Benefícios

- Convites para Visitas Orientadas Exclusivas para Amigos;
- Convites para eventos;
- Desconto em atividades diversas;
- 10% na aquisição de obras do Mestre Aquilino Ribeiro;
- 10% em todas as compras efetuadas na Loja da FAR.

3.9.2 RELATÓRIO E CONTAS 2011 / PALNO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2012

Com a entrada em vigor dos novos estatutos da FAR, verificou-se que, até então, os documentos elaborados referentes ao relatório e contas, plano de atividades e orçamento eram pouco explícitos, não se sabendo muito bem a sua origem. Confrontados com esta realidade, vimo-nos obrigados a repensar na forma em que os mesmos deveriam ser apresentados. Para o efeito, fui analisando vários documentos do mesmo género para se conseguir obter um modelo homogéneo. Após verificar a passividade na decisão da realização dos documentos em causa, tomei a iniciativa de os efetuar e apresentar dentro dos prazos mencionados nos estatutos. (*vide* apêndice E)

3.9.3 INQUÉRITO AOS VISITANTES DA FAR

Um dos recursos essenciais disponibilizados pela FAR, para transmitir a vivência e o legado do Mestre Aquilino Ribeiro, resulta das visitas guiadas pelos espaços museológicos disponibilizados ao público. Para se perceber a satisfação dos visitantes da FAR, no que diz respeito às expectativas por eles criadas, chegou-se à conclusão que seria muito útil obter essa informação de forma clara e devidamente documentada. Para o efeito foi elaborado um inquérito, simples e objetivo, no sentido de perceber o grau de satisfação dos visitantes, bem como obter a sua opinião sobre o desenrolar das visitas. Assim, e após analisar os inquéritos

em causa, poder-se-ia efetuar as alterações necessárias no sentido de melhorar os serviços disponibilizados a todos os visitantes.

O inquérito em causa tem como propósito evidenciar a tipologia do visitante que mais procura a FAR, permitindo-nos conhecer o objetivo da visita; o seu grau de escolaridade; a avaliação dos serviços da FAR no que diz respeito aos conhecimentos e comportamentos dos funcionários, (de forma a analisar a sua competência no relacionamento com o público); a avaliação do edifício e da sua coleção; a avaliação da comunicação, ou seja, perceber a qualidade e a minúcia da informação apresentada; e a opinião de cada inquirido.

Apesar dos esforços criados para que o inquérito fosse, desde logo, disponibilizado a todos os visitantes da FAR, pelas várias razões já mencionadas, o mesmo não se verificou, uma vez que até à data ainda espera aprovação superior. (*vide* apêndice F)

3.9.4 INVENTÁRIO DO ACERVO MUSEOLÓGICO

Um inventário consiste, basicamente, no levantamento individualizado, sistemático, atualizado e exaustivo dos bens culturais relativos a uma instituição, com o objetivo de registar, identificar e classificar um determinado bem, logo após a sua admissão no museu. Além disso, a sua existência, precisa e acessível, é fundamental para uma melhor gestão do acervo, investigação e serviço público.

Aquando da minha integração na instituição, deparei-me com a inexistência de um sistema de inventário que fornecesse um maior número de informação sobre o acervo existente. O que se verificou foi uma descrição de todas as peças que compõem o espólio da FAR, numeradas, contendo apenas a sua denominação, data e, embora que diminutas vezes, a sua proveniência.

Sendo este um dos serviços fundamentais para assegurar todas as funções da FAR, a par com a importância que este serviço detém na segurança e pesquisa do acervo museológico, deparei-me com a necessidade de investigar os sistemas existentes, no mercado português, de gestão de património cultural e móvel, no sentido de averiguar os seus custos e a possibilidade de aquisição. Todavia, conhecendo o escasso orçamento existente para este tipo de aquisições, tomei a liberdade de criar um modelo de ficha de inventário, baseada em estruturas técnicas gerais e especializadas, tendo em conta o seu espólio heterogéneo, numeroso, frágil e valioso, que permitisse a organização de toda a informação, correspondente a um determinado bem cultural, de uma forma muito concisa. (*vide* apêndice G)

Apesar dos esforços criados para que se desse início à inventariação de todo o espólio existente na FAR, pelas várias razões anteriormente mencionadas, o mesmo não se

verificou, uma vez que, à semelhança do que já foi mencionado ao longo deste trabalho, só se poderá pôr em prática qualquer tipo de ação após aprovação superior.

3.9.5 RECURSOS HUMANOS

Para além da FAR ser uma entidade com diminutos recursos humanos, verificou-se que os mesmos apresentavam graves carências de formação, o que, no meu entender, implica a falta de motivação para atingirem os objetivos esperados. Assim, uma das maiores dificuldades encontradas passou por incutir algumas regras básicas, como por exemplo, cumprir do horário de trabalho estipulado, respeitar as tarefas propostas, etc.

Apesar dos poucos meios existentes, foram efetuados vários esforços no sentido de melhorar a qualidade dos serviços desempenhados, utilizando técnicas corretas, nomeadamente no manuseamento e higienização do acervo. Em relação ao método utilizado na condução das visitas guiadas, verificaram-se várias deficiências, que se tentaram minimizar, quer ao nível do vocabulário utilizado na transmissão da mensagem, provocado pela falta de formação e conhecimento da história de vida e obra do autor; bem como no encaminhamento da visita pelos espaços museológicos, uma vez que era efetuado de forma desorganizada.

Neste sentido, e para além das ações já mencionadas, foram efetuados vários formulários de forma a organizar e planear os procedimentos administrativos com o intuito de controlar e assegurar o bom funcionamento da instituição. (*vide* anexo L)

BALANÇO DO ESTÁGIO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

BALANÇO DO ESTÁGIO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a exposição dos momentos e das ações marcantes no desenrolar do Estágio, pretendo agora fazer o balanço final deste processo de aprendizagem. Todo o trabalho efetuado ao longo do estágio levou-me a conhecer e a admirar a vida e obra do Mestre Aquilino Ribeiro, bem como a descobrir a importância que este representa para a sociedade portuguesa. A experiência enriquecedora obtida no estágio representa um processo global e contínuo de desenvolvimento de múltiplos saberes: saber-ser, saber-saber e saber-fazer.

A realização do estágio permitiu-me aprofundar os conhecimentos obtidos durante a parte teórica da graduação em Ciências Documentais, obtida na Universidade da Beira Interior, nomeadamente na estruturação de uma fundação e de uma casa museu. A integração na equipa de trabalho da FAR não foi um processo difícil, devendo-se em parte à disponibilidade do responsável pelo Gabinete da Cultura da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, orientador de estágio, que sempre manteve um papel ativo na transmissão de conhecimentos e competências adquiridas.

Nas últimas décadas, o número de fundações aumentou em Portugal de forma significativa. Beneficiando de complementos financeiros do Estado no seu orçamento muitas correm hoje o risco de serem extintas dadas as dificuldades que atravessamos. Seguimos uma das fontes mais próximas de nós na caracterização destas instituições. O trabalho de António Ponte parece-nos com efeito precioso e estamos atentos à sua obra para implementar o que falta a uma fundação tão preciosa para a Beira Alta como a FAR.

Apesar do grandioso nome associado à fundação, verificou-se um incompreensível “abandono” dos espaços museológicos, que se traduz na decepção de muitos dos que a visitam. A FAR deveria ser considerada uma estrutura onde a presença do discurso é fundamental para o visitante, devendo ser estudada através da interligação dos diversos fatores, tais como, a casa e os seus espaços, a personalidade e os seus ambientes com os objetos legados pelo escritor. É esta combinação que poderá transmitir a informação que os visitantes procuram, só com esta conjugação se conseguirá alcançar a verdadeira essência da FAR. Contudo, e após detetar grandes falhas, foi desenvolvido o trabalho possível, no sentido de melhorar os espaços visitáveis, bem como os serviços prestados.

Dado um conjunto de condicionantes ao nível da ação museológica que uma instituição deste género apresenta, para além da sua especificidade temática e conceptual, sendo um espaço doméstico, com estruturas por vezes deficientes e deterioradas, existe a necessidade de adotar algumas medidas, de conservação do espaço e acervo, estudar a personalidade homenageada, a casa e as suas coleções, e, simultaneamente, garantir a comunicação com os diferentes tipos de público e assegurar sua funcionalidade, procurando manter a vivência dos tempos de então.

No que respeita às ações, bastante diversificadas, desenvolvidas ao longo do estágio, merecem especial destaque a organização de eventos culturais, a remodelação e reorganização da Biblioteca de Aquilino Ribeiro, a análise da coleção de pintura em exposição na FAR, bem como a realização de ações, no sentido de melhorar a organização e gestão da FAR. Dada a ligação criada com a FAR, foi-me ainda solicitado que mantivesse um papel ativo em todos os projetos que se desenvolvessem em torno da entidade, dos quais se destacam o projeto de comunicação e divulgação da FAR, nomeadamente, na criação do Logótipo, modelos administrativos personalizados e a página WEB, bem como o projeto de adaptação do espaço outrora utilizado para arrumos / garagem, numa loja de conveniência, onde serão disponibilizados vários produtos locais, a obra do escritor, entre outros.

A FAR, como elemento essencial de memória e identidade do escritor, merece, por parte da tutela, uma atenção especial na sua preservação, salvaguarda e valorização, estimulando o seu reconhecimento, cuja vida e obra se constituem como elementos basilares para completar o conhecimento e valorização de uma herança multifacetada de uma sociedade tradicionalmente ali enraizada, necessitando de um maior investimento, conferindo-lhe maior dignidade.

Perante a satisfação do Conselho de Administração, no que diz respeito às ações e trabalho desenvolvido, foi-me proposto um estágio profissional, que me irá permitir continuar a desenvolver ações de beneficiação dos espaços, bem como, a dinamizar e a atrair as diversas tipologias de visitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO

Código civil português, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

Código civil português, Coimbra, Livr. Almedina, 1966.

Lei n.º 460/1977, de 7 de novembro.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto.

Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001), *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 1: A-F, pp. -1846, vol. 2: G-Z, pp. 1847-3809, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian.

ALMEIDA, Henrique (coord.) (1997), *Viagem às “Terras do Demo”: Itinerário Aquilino*, Viseu, Centro de Estudos Aquilinos.

ALMEIDA, Henrique (2003), *Aquilino Ribeiro: o fascínio e a escrita da terra*, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

ARAÚJO, Alexandra (2004), “Casas-Museu em Reflexão”, *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, nº12. Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, pp. 18-19.

BONDOSO, Rui (2011), “Aquilino Homenageado em Soutosa”, *Alcançar*, nº07, Moimenta da Beira, Município de Moimenta da Beira, pp. 11.

CALDEIRA, Alfredo e ANDRINGA, Diana (1994), *Em Defesa de Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Terramar.

CAMACHO, Clara e FIGUEIREDO, Cláudia (2004), *Roteiro de Museus*, Lisboa, Instituto Português de Museus | Rede Portuguesa de Museus.

CARVALHO, Abílio Pereira de (2007), “O Catálogo da Biblioteca de Aquilino”, *Letras Aquilinas*, nº1, Viseu, Confraria Aquilina, pp. 25-30.

CORREIA, Alberto (2003), *Viajar com... Aquilino Ribeiro*, Porto, Caixotim.

CRUZ, Júlio (coord.) (2006), *Tornas para um escritor - Aquilino Ribeiro*, Viseu, Confraria Aquiliniana.

CRUZ, Júlio (coord.) (2008), *Aquilino Ribeiro no Panteão Nacional - Factos e Documentos*, Viseu, AVIS.

FERNANDES, António A. (2005), “O Vinho em o Malhadinhas”, *Cadernos Aquilinos*, nº16, Viseu, Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, pp. 31-37.

GAMA, Carlos Manuel Fonseca da (1940), *Terras do Alto Paiva - Memória Histórico Geográfica e Etnográfica do Concelho de Vila Nova de Paiva*, Lamego.

GOMES, Elviro da Rocha (1988), *Glossário sucinto para melhor compreensão de Aquilino Ribeiro*, Porto, Porto Editora.

GORGAS, Mónica Risnicoff (2002), “Casas Museo. El Desafio de ir más allá de la Gestion”, *New Forms of Management for Historic House Museums?*, Actas da 2ª Conferência Anual Demhist - Barcelona, Demhist - ICOM, pp. 31-35.

MATOS, Manuel Cadafaz de (2007), “Aquilino Ribeiro como bibliógrafo e algumas das edições da sua coleção: I - Do período incunabular à tipografia peninsular quinhentista - breves notas”, *Letras Aquilinas*, nº2, Viseu, Confraria Aquiliniana, pp. 51-64.

MENDES, Manuel (1977), *Aquilino Ribeiro: a Obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia.

MENDES, Victor (2009), *Como criar uma Fundação: Guia prático das Fundações*, Porto, Legis Editora.

MOREIRA, Marta Rocha (2006), *Da Casa ao Museu - adaptações arquitectónicas nas casas-museu em Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, FAUP.

NAMORA, Fernando (1963), *Aquilino Ribeiro: o filme e a vida de Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Galeria Artis.

NETO, Paulo, MACHADO, Aquilino Ribeiro, [e tal] (2009), *Aquilino - Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, nº1, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe.

NETO, Paulo, MACHADO, Aquilino Ribeiro, [e tal] (2010), *Aquilino - Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*, nº2, Sernancelhe, Câmara Municipal de Sernancelhe.

NEVES, José Soares e SANTOS, Jorge Alves dos (2001), “Museus Portugueses: evolução recente do seu levantamento (1999-2001)”, *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, nº1, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus.

OLIVEIRA, Artur (apoio téc.) (2003), *Museu Eduardo Tavares*, Câmara Municipal de S. João da Pesqueira.

PEREIRA, António dos Santos (2007), “Aquilino Ribeiro, ao caleidoscópio, entre Paris, por Lisboa e a Beira Profunda”, *Letras Aquilinianas*, nº 1, Viseu, Confraria Aquiliniana, pp. 37-67.

PIMENTEL, Cristina (2005), *O Sistema Museológico Português (1833-1991): Em direcção a um novo modelo técnico para o seu estudo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, Aquilino (1974), *Um Escritor Confessa-se*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1958), *O Malhadinhas*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1963), *Cinco Reis de Gente*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1983), *Volfrâmio*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1983), *Andam Faunos Pelos Bosques*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1985), *Cinco Reis de Gente*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1985), *A Via Sinuosa*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1993), *Terras do Demo*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1995), *Arcas Encoiradas*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino (1995), *Aldeia: terra, gente e bichos*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Paula e VILHENA, João Francisco (1997), *Casas Descritas*, Lisboa, Círculo de Leitores.

TOSCANO, Maria da Graça Alvarez (coord.) (2004), *Catálogo da Biblioteca de Aquilino Ribeiro*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

VASCONCELOS, Taborda (1965), *Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Presença.

WEBGRAFIA

BOYLAN, Patrick J. (2009), *Apontamentos e Referências: Como Gerir um Museu*: Disponível em: <<http://afonsotrabalhos.blogspot.pt/2009/04/como-gerir-um-museu.html>>.

[acedido a 10.10.2011]

BRYANT, Julius, BEHRENS, Hetty (2007), *The Demhist Categorisation Project for Historic House Museums*: Disponível em: <<http://pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Casas-Museu/CategorizationProject.pdf>>.

[acedido a 08.09.2011]

CARVALHO, João M. S. (s.d.), *O Desempenho nas Organizações sem fins Lucrativos*: Disponível em: <<http://www.superior.maiadigital.pt/NR/rdonlyres/CC263BA1-CF6F-4B91-85AA-C4AB2EA716C3/0/ODesempenhonasOrganiza%C3%A7%C3%B5esSemFinsLucrativos.pdf>>.

[acedido a 06.09.2011]

GUERREIRO, Alberto (2007), *Gestão de Museus em Portugal*: Disponível em: <<http://artecapital.net/opinioes.php?ref=39>>.

[acedido a 22.12.2011]

CASSARES, Norma Cianflone (s.d), *Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas*: Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_14_Como%20fazer%20conservacao%20preventiva%20em%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf>.

Acesso em: 22 dez. 2010.

ICOM (2004), *Código Deontológico do ICOM para Museus*: Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigolCOM_PT%202009.pdf>.

[acedido a 09.09.2011]

ICOM (2004), *Como Gerir um Museu - Manual Prático*: Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

[acedido a 25.07.2011]

IMC (s.d.), *Categorização das Casas Museu*, Disponível em: <<http://pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Casas-Museu/Casas-MuseuCategorizacao.pdf>>.

[acedido a 29.01.2012]

INFOPEdia (2003), *Aquilino Ribeiro*: Disponível em: <[URL: http://www.infopedia.pt/%Aquilino-ribeiro](http://www.infopedia.pt/%Aquilino-ribeiro)>.

[acedido a 20.11.2011]

LIRA, Sérgio (2000), *Do museu de elite ao museu para todos: públicos e acessibilidades em alguns dos museus portugueses*, comunicação apresentada ao Seminário *Museus: a*

Arquitectura e o Público, Porto, APOM: Disponível em:
<<http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/domuseudeeliteaomuseuparatodos.htm>>.

[acedido a 06.09.2011]

MATOS, Alexandre (s.d.), *A Importância da Documentação e Gestão das Coleções na Qualidade e Certificação dos Museus*, Disponível em:
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8932.pdf>>.

[acedido a 24.02.2012]

MARQUES, António Joaquim (2002), *Fundações Públicas e Privadas em Portugal*, Revista de Doutrina Tributária, Disponível em:
<http://www.doutrina.net/p/Revista_de_Doutrina_Tributaria/rdt_04/antonio_marques.htm>

[acedido a 17.01.2012]

MARQUES, Paula Alexandra Cassiano (2002), *Nova Museologia e Museus Locais: Contributo para a Organização de um Museu Local em Alvaiázere*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Disponível em:
<http://www.museologia-portugal.net/images/stories/disser_pdf2/paulamarquesi.pdf>.

[acedido a 1.05.2012]

MINEIRO, Clara (2004), *Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade*, Disponível em:
<<http://www.scribd.com/collections/3432460/MUSEOLOGIA>>.

[acedido a 16.04.2012]

MIRANDA, João Abreu (s.d.), *Benefícios Fiscais a Fundações Triplicam*: Disponível em:
<<http://invirtus.net/in/story.php?title=benef%c3%adcios-funda%c3%a7%c3%b5es-triplicam>>.

[acedido a 22.02.2012]

PONTE, António (2007), *Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Letras do Porto: Disponível em:
<<http://nomundodosmuseus.wordpress.com/2010/01/26/tese-de-mestrado-casas-museu-em-portugal-teoria-e-pratica/>>.

[acedido a 06.09.2011]

QUEROL, Lorena Sancho (2010), “Do Coração do Museu: Inventário e Património Imaterial em 11 Museus Portugueses”, *Informação ICOM.pt*, nº9, série II, Jun-Ago, ICOM, pp. 2-10: Disponível em:
<http://www.academia.edu/1610023/_DO_CORACAO_DO_MUSEU_INVENTARIO_E_PATRIMONIO_IMATERIAL_EM_11_MUSEUS_PORTUGUESES_Newsletter_ICOM._Pt_>.

[acedido a 05.08.2011]

RENDEIRO, Humberto Filipe Simões (2010), *Parcerias, Receitas Próprias e Mecenato: Desafios para a Gestão Museológica - O Museu de Francisco Tavares Proença Junior: Um*

Estudo de Caso, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra: Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17574/1/Tese.pdf>>.

[acedido a 23.01.2012]

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2012), *Relatório de Avaliação das Fundações*, Disponível em:

<http://www.portugal.gov.pt/media/673521/relat_rio_de_avaliao.pdf>.

[acedido a 15.08.2012]

APÊNDICES

APÊNDICE A

REGULAMENTO DA BAR - NORMAS E PROCEDIMENTOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

O presente regulamento visa dar a conhecer aos utilizadores orientações e procedimentos a seguir para uma otimização dos recursos disponíveis na Biblioteca de Aquilino Ribeiro.

1. Informação Geral

1.1. Localização

Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, Rua da Capela, Soutosa, 3620-443 Peva, Moimenta da Beira.

1.2. Localização

Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, Rua da Capela, Soutosa, 3620-443 Peva, Moimenta da Beira.

1.3. Horário

A Biblioteca de Aquilino Ribeiro está aberta ao público de Segunda a Sábado das 10h às 12h e das 14h às 17h, com exceção dos domingos, feriados fixos e feriados móveis de Carnaval, Páscoa e Corpo de Deus, que estarão todos os seus serviços encerrados.

1.4. Tipo de Utilizadores

A biblioteca de Aquilino Ribeiro é uma biblioteca de leitura de presença e acesso condicionado, podendo aceder às suas coleções e serviços qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, maior de 16 anos. Todavia, por se tratar de uma biblioteca especializada serão utentes preferenciais os investigadores, historiadores, bem como estudantes dos cursos de letras.

1.5. Fundo Documental

Esta conta com um espólio documental de cerca de oito mil volumes, entre os quais: livros escritos por Aquilino Ribeiro, livros antigos e modernos de outros autores, obras de referência, publicações periódicas, entre outros.

2 Sala de Leitura

Local de acolhimento e orientação dos utilizadores com capacidade para 20 lugares e um computador que estará munido de base de dados, para que qualquer utilizador possa efetuar pesquisas no catálogo.

Neste espaço situa-se também um balcão de atendimento com um profissional, onde é possível ser esclarecido sobre o funcionamento da Biblioteca, requisição de obras para consulta na mesma, solicitar apoio para pesquisas bibliográficas, entre outros.

Por se tratar de uma biblioteca particular, os utilizadores não poderão consultar livremente qualquer documento existente na sala de leitura da mesma, à exceção das Publicações Periódicas, nem proceder ao empréstimo domiciliário e inter-bibliotecário das mesmas (em caso algum) podendo no entanto, serem consultadas quando tal for solicitado, através de um pedido de informação dirigido ao técnico da sala de leitura, que fornecerá a documentação pretendida.

Na sala de leitura não é permitido fumar, comer, beber ou falar em voz alta, nem usar telemóveis ou outros equipamentos suscetíveis de perturbar o ambiente de trabalho, bem como alterar a colocação dos móveis ou equipamentos.

2.1 Pesquisa em Base de Dados e Internet

Os computadores disponíveis na Biblioteca para consulta de bases de dados e Internet destinam-se exclusivamente a facultar o acesso a informação online devendo ser entendido como uma extensão ao serviço de consulta documental.

Para ter acesso aos mesmos o utilizador deverá solicitar junto do técnico as respetivas passwords. Não é permitida a instalação e execução de programas nos computadores e caso observe alguma avaria deverá comunicá-la ao técnico responsável.

Os utilizadores têm também à sua disposição, em todo o espaço da Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca, rede Wireless, que permite o acesso fácil e gratuito à Internet.

3. Reprodução de documentos

O utilizador tem ao seu dispor um serviço de fotocópias e impressões, cujo preçário está afixado na sala de leitura.

Quando o leitor desejar utilizar o serviço de fotocópias, a execução do mesmo, não deve infringir as normas legalmente estabelecidas quanto a direitos de autor, ou seja, 25 páginas por publicação. Além disso, terá de preencher uma requisição onde conste a sua identificação, fonte bibliográfica e as páginas que deseje fotocopiadas.

Atendendo aos riscos de degradação progressiva das espécies, a Biblioteca de Aquilino Ribeiro como ação de conservação preventiva, não fornecerá fotocópias nos seguintes casos: espécies bibliográficas editadas até 1900; publicações encadernadas de grande valor bibliográfico e documental e outros materiais que pelas suas características possam ser danificados ao efetuar a mesma.

3.1. Preçário

Fotocópias	A4- 0,05 euros A3- 0,10 euros
Impressões	A4- 0,05 euros Cores- 0,25 euros
Digitalizações	A4- 0,25 euros A3- 0,50 euros

4. Condições de acesso

4.1. Condições gerais de acesso

A Biblioteca de Aquilino Ribeiro é uma biblioteca de leitura de presença e acesso condicionado, podendo aceder às suas coleções e serviços qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, maior de 16 anos.

Todos os utilizadores podem consultar o fundo documental, á exceção dos fundos raros e especiais (Livro Antigo), mediante preenchimento de um formulário dirigido ao técnico da sala de leitura, tendo acesso ao catálogo *online* e à Internet. No caso dos livros raros e especiais, só a direção da Fundação Aquilino Ribeiro é que poderá dar a referida autorização.

Não é permitida a entrada aos utilizadores na sala de leitura com sacos, embrulhos, guarda-chuvas; equipamentos fotográficos ou de digitalização, reprodução áudio; alimentos ou bebidas

NORMAS E PROCEDIMENTOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

1. Normas e Procedimentos

Entende-se por normas e procedimentos o conjunto de orientações e boas práticas destinadas a garantir a preservação e proteção dos bens existentes. A implementação de normas reduz as probabilidades de risco, alertando para questões de conservação preventiva.

2. Preservação e Conservação

É devido ao processo de preservação e conservação de documentos e o acesso ao espólio cultural deixado pelas gerações anteriores que a sociedade conhece o seu passado, as suas origens e o espaço que ocupam sócio-historicamente.

Ao conceito de preservação entende-se «o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais». (Cassares, 2000:12)

Por outro lado, entende-se por conservação «um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controlo ambiental e de tratamentos específicos», (Cassares, 2000:12), como por exemplo a higienização.

Em suma, ao processo de preservação e conservação estão associados uma série de procedimentos que tendem ao adiamento dos estragos dos documentos.

3. Fatores Externos de Deterioração

Os fatores externos de deterioração do material bibliográfico estão relacionados com as condições ambientais onde o mesmo é guardado. Deste modo, deve ser feito um controlo sistemático do meio ambiente da deterioração do papel, (causado por fatores internos).

3.1. Fatores Ambientais

Os fatores ambientais são aqueles que encontramos no ambiente físico do acervo, ou seja: a temperatura, a humidade, a radiação da luz e a qualidade do ar.

3.2. Temperatura e Humidade

O calor e a humidade contribuem significativamente para a destruição dos documentos, principalmente dos documentos em suporte-papel.

Independentemente do tipo de fibra que o compõe, todo o papel tem uma característica comum que é o seu carácter higroscópico, ou seja, a forma como absorve a água.

No entanto, toda a fibra de papel absorve e perde água conforme a taxa de humidade existente no local onde estão depositados. É essa oscilação de humidade que faz com que as fibras se dilatem ao absorver a água e se contraíam ao perder a mesma causando assim fissuras e o enfraquecimento do papel. O não controlo da temperatura e humidade favorece a proliferação dos agentes biológicos, tais como: fungos, bactérias, insetos, roedores, (quando muito baixa), e apresse a degradação ácida, (quando muito elevada).

O controlo da humidade pode ser feito através de desumidificadores nos locais húmidos e humidificadores nos locais secos. Em relação ao controlo da temperatura, o ideal é a utilização dos equipamentos de ar-condicionado. No entanto, a humidade relativa do ar e a temperatura nunca poderão ser muito baixas, porque isso danificará os documentos, distorcendo-os e ressecando-os.

Em suma, o mais recomendado é manter a temperatura o mais próxima possível dos 20°C e a humidade relativa entre os 45% e os 50%, utilizando para esse efeito o termohigrómetro que é um equipamento que mede em simultâneo a humidade e a temperatura.

3.3. Radiação da Luz

Toda a fonte de luz seja ela natural ou artificial emite radiação (ultravioleta e infravermelha) que provoca danos consideráveis no papel.

O papel torna-se frágil, quebradiço, amarelecido e escurecido. Em relação às tintas, estas desbotam ou mudam de cor, alternando a legibilidade dos documentos textuais, dos iconográficos e das encadernações.

A ação da radiação ultravioleta (UV) sobre o papel é a que merece maior atenção, porque se prolonga mesmo terminado o período de irradiação, contribuindo para a oxidação da celulose. No entanto, qualquer exposição à luz, mesmo que por pouco tempo causa danos irreversíveis. A luz pode ser de origem natural (sol) e artificial, proveniente de lâmpadas incandescentes e fluorescentes. As lâmpadas incandescentes emitem uma grande quantidade de calor, as fluorescentes, bem como a luz natural, emitem radiação ultravioleta. A intensidade da luz é medida através de um aparelho denominado luxímetro ou fotómetro.

Resumindo, é necessário tomar algumas medidas para proteger os acervos deste tipo de deterioração, tais como: utilização de cortinas, persianas e filtros absorventes de radiação ultravioleta.

3.4. Poluição Atmosférica

A poluição atmosférica é gerada pela poeira acumulada, no dia-a-dia, bem como pela emissão de gases tóxicos produzidos por automóveis, fábricas, queima de lixos, entre outros.

O constante depósito de poeiras sobre os documentos torna favorável o desenvolvimento de microrganismos, e os resíduos que a poeira contém acelera a deterioração dos materiais de

bibliotecas e arquivos. É natural que apareçam manchas castanhas nos documentos fruto da acumulação de poeiras juntamente com a humidade relativa elevada. Estas causam grandes danos estéticos, ao suprimirem áreas do documento e afetando a estrutura das fibras.

4. Agentes Biológicos

Os agentes biológicos de deterioração são, entre outros, os fungos, as bactérias, os insetos de superfície (peixe prata, barata, piolho de livro), os insetos de interiores (térmita, broca e mosca) e os roedores. Deste modo, a FAR deverá proceder á monitorização do aparecimento ou desenvolvimento de organismos nocivos aos bens existentes. Assim deve-se proceder à certificação da boa manutenção da área circundante, evitar a acumulação de lixo perto do edifício e gerir adequadamente as zonas de vegetação.

4.1. Higienização

A sujidade é o agente de deterioração que mais afeta os documentos, e quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todo o acervo.

No sentido de prevenir e preservar o espólio existente, deve-se proceder à limpeza regular do espaço, equipamentos e acervo

4.2. Espaços e Equipamento

A Biblioteca deve ser limpa com regularidade (a fundo pelo menos 2 vezes por ano), de forma a evitar o aparecimento e proliferação de organismos. Os equipamentos (estantes, mesas) devem ser limpas diariamente, com flanelas secas ou panos macios bem limpos, para a retirada de pó. Esta deve ser acompanhada de respiração adequada.

4.3. Acervo

A higienização do acervo deve ser feita de forma cuidada, sempre com as mãos limpas e luvas descartáveis.

Existem dois métodos de higienização, uma corresponde à higienização a seco, ou seja, remoção do pó das lombadas e partes externas dos livros com aspirador de pó com proteção de sucção (baixa potência). Para a limpeza das folhas utilizam-se trinchas, escovas macias e flanelas de algodão.

O outro método que se pode utilizar para fazer uma limpeza mais eficiente e sem riscos corresponde á utilização de pó de borracha, em pequenas quantidades, fazendo suaves movimentos circulares sobre as superfícies desejadas.

4.4. Malefícios do Homem

O homem, consciente ou inconscientemente, é um dos maiores agressores do papel. Após a entrada de um documento no arquivo, este pode ser objeto de numerosas manipulações. Todavia, aquando do seu inventário, classificação ou da sua comunicação, o documento pode ser inconscientemente (ou não) mal tratado.

As principais alterações nos documentos têm várias origens, como por exemplo, uma impressão de má qualidade; uma má etiquetagem, que em certos casos podem originar uma degradação pontual das lombadas; um restauro amador; e nomeadamente o manuseamento incorreto por pessoas incultas, descuidadas ou desinformadas, que maltratam os documentos.

Exemplos:

- Abrir um volume forçando as dobradiças da lombada e perturbar o verso;
- Escrever nos documentos;
- Fazer traços ou manchas por contacto;
- Rasgar o papel;
- Colocar *post-its* em matérias ácidas que permitirá marcas a médio ou longo prazo;
- Usar uma fotocopiadora;
- Comer ou beber para cima dos documentos;
- Atos de vandalismo voluntários, (roubar ilustrações, etc.);
- Etc.

Em suma, estas atitudes são comuns entre pessoas que não pensam na preservação do documento, importando-se apenas com a informação que este contém, não tendo em consideração os danos, (muitas das vezes irreversíveis), que estão a causar.

APÊNDICE B

REGULAMENTO DA MARATONA FOTOGRÁFICA

Maratona Fotográfica Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 18 | Abril | 2012

Regulamento

1. Entidade Organizadora

A Maratona fotográfica é um evento organizado pela Fundação Aquilino Ribeiro em parceria com Câmara Municipal de Moimenta da Beira e insere-se nas Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - 18 de Abril de 2012.

O resultado desta maratona terá visibilidade numa mostra expositiva, que decorrerá de 18 de Abril a 18 de Maio, na Galeria Municipal, na qual serão exibidas as fotos selecionadas.

2. Objetivos

A maratona fotográfica “Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança” pretende envolver a população local com a riqueza patrimonial do concelho, tendo como objetivo despertar para o património histórico existente no Município de Moimenta da Beira. Trata-se de uma proposta de experiência pessoal e artística que vá de encontro com a herança e o legado, numa perspetiva de enaltecer o processo criativo. Pretende-se que a imagem fotográfica, enquanto fragmento da realidade, revele um olhar individual sobre o tema proposto. Um olhar singular e astuto, sem preconceitos ou imposições, possibilitará a obtenção de imagens fotográficas inéditas que expressem novos olhares sobre os monumentos e sítios, novas paisagens para os mesmos locais simbólicos, novos ângulos para os mesmos panoramas históricos.

3. Tema

As fotografias deverão cingir-se ao tema geral “Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança”, e incidir no espaço geográfico do concelho de Moimenta da Beira.

4. Destinatários

Maiores de 18 anos

5. Inscrições

As inscrições decorrerão até dia 7 de Abril de 2012, em impresso próprio, disponível em www.cm-moimenta.pt, podendo ser solicitado por e-mail para fundacaoaquilinoalbuquerque@gmail.com ou requerido no Posto de Turismo / Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro, à qual será anexo o presente regulamento.

Para mais informações tel. 254 520 080

6. Modalidades e Apresentação

Cada participante poderá concorrer com o máximo de 2 fotografias, apresentadas em suporte de papel fotográfico, no formato 20x30. A(s) foto(s) devem ser entregues ou enviadas (data de carimbo dos CTT) em envelope fechado com o nome da iniciativa, até 7 de Abril de 2012, para o seguinte endereço: **Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro**, Terreiro das Freiras - Casa das Guedes, 3620-356 Moimenta da Beira.

A(s) foto(s) concorrentes deverão ainda ser entregues em formato digital (TIF ou JPEG) via Internet (fundacaoaquilinoalbuquerque@gmail.com / biblioteca@cm-moimenta.pt).

Estas devem ser identificadas no verso com os seguintes elementos: designação da iniciativa, identificação da imagem, localização, identificação do autor (nome, idade, morada, nº de telefone e e-mail para contacto). Estes elementos devem ser acompanhados pelo boletim de inscrição, devidamente preenchido.

Constituem critérios de apreciação e seleção das fotos apresentadas a obediência ao tema e ao espaço geográfico, a criatividade, a qualidade técnica e artística e a originalidade da abordagem ao tema.

7. Júri

O Júri será composto por profissional(is) de fotografia, convidado(s) pelo Município de Moimenta da Beira e por elementos da organização.

Reserva-se ao Júri o direito de não atribuir a totalidade dos prémios, quando as fotos não apresentarem qualidade mínima.

Das deliberações do Júri não haverá recurso.

8. Exposição dos Trabalhos

A exposição das fotografias selecionadas ocorrerá de 18 de Abril a 18 de Maio, na Galeria Municipal.

9. Prémios

Ao 1º, 2º e 3º Classificados e Menção Honrosa do Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira.

A lista de premiados é divulgada no Portal do Município (www.cm-moimenta.pt) e os concorrentes premiados serão avisados por carta ou e-mail, para o endereço constante da Ficha de Inscrição. A entrega dos prémios será realizada no dia 18 de Abril pelas 18h30, no Átrio dos Paços do Concelho.

10. Futura utilização das fotografias

Ao participar na iniciativa, os participantes garantem ser os seus autores e, nessa qualidade, cederem o direito de reprodução das suas obras à Entidade Organizadora, bem como, a divulgação e publicitação das mesmas em exposições ou qualquer outro evento que se venha a organizar.

11. Disposições Finais

A Entidade Organizadora não se responsabiliza por qualquer extravio ou dano causado durante o transporte ou apresentação pública das fotografias.

Os prémios são pessoais e intransmissíveis, não podendo ser reembolsados ou trocados pelo equivalente em dinheiro.

A participação na maratona implica a aceitação integral das normas de participação.

O desrespeito por qualquer das condições previstas neste regulamento implica a sua exclusão.

Todas as situações não contempladas no presente regulamento serão decididas caso a caso pelo júri.

A decisão do júri e os resultados desta maratona fotográfica serão tornados públicos e divulgados nos locais mencionados anteriormente, a partir do dia 18 de Abril de 2012.

APÊNDICE C

ROTA AQUILINIANA E EXEMPLO DE UMA PLANIFICAÇÃO DE VISITA ÀS «TERRAS DO DEMO»



ROTA AQUILINIANA

“Uma vez um homem travou do bordão e partiu a correr as sete partidas do Mundo. Andou, andou, até que foi dar a uma terra de que ninguém faz ideia.”

(Aquilino Ribeiro)

Aquilino apelidou as terras, onde nasceu e por onde andou sempre em menino e também depois de homem feito, de «Terras do Demo», o mesmo que chamar-lhe *Terra-Mater*, ou seja, *Terra do Princípio*, aquela que aos homens se destinou, depois do Éden, por herança. Essas terras situam-se nos concelhos de Sernancelhe, Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva.

(Alberto Correia)

Eis em síntese a região que Aquilino Ribeiro tão bem descreveu nas suas obras literárias e que com esta atividade pretendemos recordar...

Concelho de Sernancelhe

Carregal da Tabosa (Aldeia natal do Mestre Aquilino)

➤ ***Pátio Aquilino***

“Retrocedendo nos limbos do passado até onde a minha memória é como lanterna de um mineiro perdido de fundo de uma galeria, que vejo? Vejo no grande e desmantelado pátio fidalgo a nossa casa, de lojas para animais e habitação com sua obsequiosa escada de pedra e um esgrouviado sabugueiro a bater atónito nas vidraças, que deitavam para o povo, sempre que o vento suão soprasse mais forte”.

(Cinco Réis de Gente)

O «Pátio Aquilino» é a última casa do lado esquerdo, assinalada por uma placa alusiva ao centenário do nascimento do escritor, sita no interior do magnífico pórtico de granito que dá entrada para um largo rodeado por habitações de arquitetura típica da região.

Lapa

➤ **Senhora da Lapa**

É ainda hoje, santuário de peregrinação, tendo chegado a ser, a par com Santiago de Compostela, um dos mais importantes da Península Ibérica, recebendo peregrinos das sete partidas do mundo. Contíguo ao Santuário foi erigido no final do século XVI o Colégio da Lapa, onde Aquilino estudou e que está presente na sua obra.

Para além de visitar o Santuário da Lapa, poderá visitar também o Colégio e o Museu recheado de valias que estiveram e estão ligadas a este santuário e ao seu colégio, como por exemplo, peças devocionais, decorativas e funcionais.

Concelho de Moimenta da Beira

Soutosa

“Os veros habitantes da aldeia figuram nas páginas dos meus romances, retocados ou em carne viva, descritos parcialmente ou na íntegra, debaixo de uma leve mascarilha. Os próprios - já tive a prova - reconhecem-se no leve farricoco. Não vale a pena, pois, levar o seu retrato ou água-forte mais longe ou reescrever a crónica dos seus feitos. Esta rememoração é apenas mais objetiva e concentrada. Porque os trago à colação? Porque estou sozinho a representar e a minha vilegiatura na aldeia foi mais que um monólogo. Contracenem comigo. Quando me vim embora, trazia a aldeia nos poros, no sangue e no cérebro.” (Um Escritor Confessa-se)

➤ **Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca**

Situada em Soutosa, onde viveu, acolhe memórias do escritor e o seu ambiente está presente em muitas das suas obras. A visita a esta quinta ajudará a compreender o mundo retratado pelo mestre e, quem sabe, despertar a curiosidade de ler ou reler algumas das suas obras.

Além de visitar a Casa-Museu, poderá também visitar a Biblioteca de Aquilino Ribeiro, sita, na Casa de São João, que acolhe obras de variadíssimos autores, publicações periódicas e brevemente a obra de Aquilino Ribeiro e também um museu etnográfico denominado de Casa do Aldeão, contíguo à Casa de São João, cujo recheio é constituído por utensilagem, outrora usual nos pequenos burgos do interior da Beira.

➤ **Penedo de Aquilino**

Dormitório de Aquilino Ribeiro, em plena serra, aquando da sua evasão da prisão do Fontelo, em Viseu.

Moimenta da Beira

- Vila com história... Num passeio pelo centro histórico poderá descobrir um núcleo arquitetónico formado por casas populares, moradias de gosto burguês e edifícios senhoriais, em que o elemento dominante é o granito.

Concelho de Vila Nova de Paiva

Alhais

➤ **Igreja Matriz**

“A torre da igreja, altaneira, guia os mais resistentes até ao local onde Aquilino foi batizado, em 7 de Novembro de 1885.”

No seu interior resta apenas a talha renascentista no altar e o pé da pia onde o Mestre foi batizado.

Vila Nova de Paiva

➤ **Parque Botânico *Arbutus do Demo***

É um ambiente único, designado por Aquilino Ribeiro como «Terras do Demo», que representa o cerne da Beira mais interior. Surge num ambiente natural, onde as paisagens de montanha, os vales que acompanham o percurso dos rios, as praias fluviais e a floresta, se integram com paisagens caracterizadas pela vegetação rasteira dominante de urze e carqueja a rodear os calhaus e blocos de granito.



ROTA AQUILINIANA - VISITA GUIADA

Dia 14 de janeiro de 2012

CONCELHO DE SERNANCELHE

9h30 - Visita guiada ao santuário da Lapa

(GPS 40°52'12"N - 7°34'32"O)

É ainda hoje, santuário de peregrinação, tendo chegado a ser, a par com Santiago de Compostela, um dos mais importantes da Península Ibérica, recebendo peregrinos das sete partes do mundo.

Preço: 3 € por pessoa

11h00 - Visita guiada à aldeia natal do Mestre Aquilino, Carregal da Tabosa

(GPS 40°54'33"N - 7°34'41"O)

“Retrocedendo nos limbos do passado até onde a minha memória é como lanterna de um mineiro perdido de fundo de uma galeria, que vejo? Vejo no grande e desmantelado pátio fidalgo a nossa casa, de lojas para animais e habitação com sua obsequiosa escada de pedra e um esgrouviado sabugueiro a bater atónito nas vidraças, que deitavam para o povo, sempre que o vento suão soprasse mais forte”. (Cinco Réis de Gente)

CONCELHO DE MOIMENTA DA BEIRA

12h00 - Almoço serrano em Ariz

(GPS 40°54'24"N - 7°39'17"O)

Ementa:

- Sopa: Feijão-verde
- Prato principal: Feijão escoado com couves-galegas
- Sobremesa: Papas de milho com açúcar
- Bebida: Vinho da região, sumos e água

Preço: 15€ por pessoa

14h00 - Visita guiada à Fundação Aquilino Ribeiro

(GPS 40°53'15"N - 7°40'05")

Situada em Soutosa, onde viveu, acolhe memórias do escritor e o seu ambiente está presente em muitas das suas obras. A visita a esta quinta ajudará a compreender o mundo retratado pelo mestre e, quem sabe, despertar a curiosidade de ler ou reter algumas das suas obras.

Além de visitar a Casa Museu, poderá também visitar a Biblioteca de Aquilino Ribeiro, sita, na Casa de São João, que acolhe obras de variadíssimos autores, publicações periódicas e brevemente a obra de Aquilino Ribeiro e também um museu etnográfico denominado de Casa do Aldeão, contíguo à Casa de São João, cujo recheio é constituído por utensilização, outrora usual nos pequenos burgos do interior da Beira

Preço: 2 € por pessoa

CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA

15h45 - Visita guiada ao Parque Botânico *Arbutus do Demo*

(GPS 40°49'20"N - 7°45'46"O)

É um ambiente único, designado por Aquilino Ribeiro como «Terras do Demo», que representa o cerne da Beira mais interior. Surge num ambiente natural, onde as paisagens de montanha, os vales que acompanham o percurso dos rios, as praias fluviais e a floresta, se integram com paisagens caracterizadas pela vegetação rasteira dominante de urze e carqueja a rodear os calhaus e blocos de granito.

17h00 - Visita guiada a Igreja Matriz de Alhais

(GPS 40°51'47" - 7°42'30"O)

“A torre da igreja, altaneira, guia os mais resistentes até ao local onde Aquilino foi baptizado, em 7 de novembro de 1885”.

DE VOLTA AO CONCELHO DE MOIMENTA DA BEIRA

17h45 - Visita guiada ao Centro histórico

(GPS 40°58'52"N - 7°36'41"O)

Vila com história... Num passeio pelo centro histórico poderá descobrir um núcleo arquitetónico formado por casas populares, moradias de gosto burguês e edifícios senhoriais, em que o elemento dominante é o granito.

18h30 - Fim da visita

APÊNDICE D

REGULAMENTO CARTÃO AMIGO



Cartão Individual

AMIGO DA FAR

- I. O Cartão Individual AMIGO DA FAR constitui uma distinção proferida a todos os amigos da Fundação Aquilino Ribeiro (FAR) que pretendam aderir às condições presentes no regulamento.
- II. Constituem direitos do aderente ao Cartão Individual AMIGO DA FAR:
 - a) Receber o cartão comprovativo da sua condição de titular;
 - b) Usufruir dos benefícios inerentes, nos termos do presente regulamento.
- III. O Cartão Individual AMIGO DA FAR confere aos seus titulares os seguintes benefícios exclusivos:
 - a) Entrada gratuita na Casa Museu / Casa do Aldeão / Biblioteca e Espaços Exteriores;
 - b) Informação sobre iniciativas;
 - c) Convites para Visitas Orientadas exclusivas para Amigos;
 - d) Convites para eventos;
 - e) Desconto em atividades diversas;
 - f) 10% na aquisição de obras do Mestre Aquilino Ribeiro;
 - g) 10% de desconto em todas as compras na Loja da FAR.
- IV. Os benefícios exclusivos que assistem a cada titular do Cartão Individual AMIGO DA FAR, mediante a sua apresentação, para efeitos de descontos, incidem sobre um único bilhete individual.
- V. Constituem deveres do titular do Cartão Individual AMIGO DA FAR:
 - a) Pagar uma jóia de admissão no valor de 20€;
 - b) Pagar uma anuidade no valor de 5€.
- VI. O Cartão Individual AMIGO DA FAR é pessoal e intransmissível.
- VII. Para poderem beneficiar das respetivas regalias, os titulares do Cartão Individual AMIGO DA FAR deverão ter em dia as suas quotizações, nos termos do presente regulamento.



- VIII. O pagamento das referidas quotizações deverá ser feito:
- a) Na Fundação Aquilino Ribeiro em numerário;
 - b) Por transferência bancária para a conta nº 0894.006203.030 da Caixa Geral de Depósitos, enviando depois o comprovativo para o email da FAR, com indicação do respetivo nome, morada e número de titular do Cartão Individual AMIGO DA FAR.
- IX. Perderão a qualidade de titulares do Cartão Individual AMIGO DA FAR:
- a) Os que a ela renunciarem, por comunicação escrita à Direção da Fundação Aquilino Ribeiro;
 - b) Os que tiverem quotas em atraso (há mais de três meses) e que, notificados por carta registada com aviso de receção para pagarem esse montante, acrescido de uma indemnização moratória correspondente a dez por cento da dívida, o não façam no prazo de trinta dias a contar da receção dessa comunicação.
- X. A adesão ao Cartão Individual AMIGO A FAR é feita mediante preenchimento do Boletim de Inscrição anexo ao presente regulamento, que poderá ser fornecido na Fundação Aquilino Ribeiro ou através do nosso email fundacaoaquilinoalbuquerque@gmail.com.
- XI. Os benefícios previstos no presente regulamento entram em vigor no ato de entrega do Boletim de Inscrição devidamente preenchido na Fundação Aquilino Ribeiro e da regularização do pagamento previsto, independentemente do posterior envio do respetivo cartão ou, no caso das inscrições e pagamentos que tenham sido efetuados por transferência bancária, após a receção do mesmo.

APÊNDICE E

PARTE DO RELATÓRIO E CONTAS, PLANO E ORÇAMENTO

4. ATIVIDADES REALIZADAS

A Fundação Aquilino Ribeiro tentou cumprir na globalidade o Plano de Atividades relativo ao ano de 2011, tendo realizado as atividades nele previstas consubstanciando, deste modo, a sua missão.

4.1. Intervenção Cultural

4.1.1. Serviço Educativo da Fundação Aquilino Ribeiro

Durante o ano de 2011 visitaram a Fundação Aquilino Ribeiro - Casa Museu - Biblioteca 115 alunos e professores integrados em visitas escolares.

4.1.2. Visitas Guiadas

Para além do serviço educativo a FAR continuou a realizar visitas guiadas à Casa Museu. Durante o ano de 2011, visitaram a FAR 471 pessoas oriundas de todo o País. Conforme se pode verificar no gráfico abaixo, destes 471, 115 eram alunos e professores integrados em visitas escolares e 119 usufruíram de entrada gratuita.

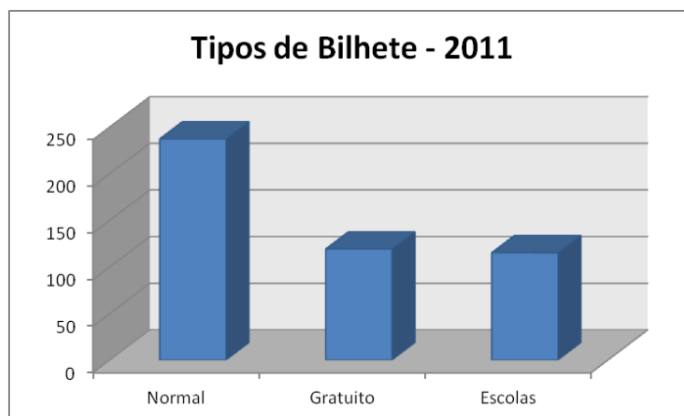


Gráfico 1

Pela análise do gráfico abaixo apresentado pode-se constatar que no período de cinco anos a Fundação apresenta uma situação instável no que respeita ao número de visitantes, ou seja, no ano de 2006 visitaram a FAR 433 pessoas, sofrendo um aumento de visitantes no ano seguinte (2007), cerca de 700 pessoas. Todavia, no ano de 2008 este volta a diminuir para cerca de 440 visitantes. Em 2009 o número aumenta novamente para 796 visitantes, sofrendo um decréscimo nos últimos dois anos (2010 - 654 visitantes e 2011 - 470 visitantes).



Gráfico 2



Durante o ano de 2011 a Fundação recebeu ainda alguns grupos de visitantes, nomeadamente:

A **6 de Março** visitaram a FAR 33 alunos da Universidade Sénior do Porto.

A **14 de Março** visitaram a FAR 32 pessoas, numa visita organizada pela Câmara Municipal de Moimenta da Beira.

A **28 de Maio** visitaram a FAR 49 elementos da Confraria da Fogaça.

A **10 de Junho** visitaram a FAR 25 elementos do Partido Comunista do Algarve.

A **13 de Junho** visitaram a FAR 24 pessoas que integravam um Passeio de Auto Caravana.

A **2 de Julho** visitaram a FAR 15 professores.

A **13 de Julho** visitaram a FAR 24 professores de Coimbra.

A **24 de Setembro** a FAR recebeu dois grupos distintos:

O primeiro constituído por 8 elementos do Grupo de Cister e o segundo constituído por 22 pessoas de Cacia (Aveiro).

4.1.3. Exposições

- “Aquilino... Desconhecido”

Exposição Itinerante do Centro Cultural de Paredes de Coura.

4.1.4. Atividades Promocionais e outras

4.1.4.1. Lançamentos

- Lançamento Livro “As Paisagens das Terras do Demo” de Isabel Queiroz (Público em Geral)

4.1.4.2. Conferências

- Comemorações do Nascimento de Aquilino Ribeiro

No dia 13 de Setembro assinalaram-se os 126 anos do nascimento do Mestre Aquilino Ribeiro. No âmbito desta cerimónia realizou-se uma conferência subordinada aos temas «Aquilino Ribeiro - Símbolo unificador de um território» e «Eros: A Lídima Fonte», proferida pelo Dr. Alberto Correia e pelo Dr. António Augusto Fernandes.



RELATÓRIO DE CONTAS 2011

RECEITAS

1	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES		
1.1	Juros de Depósito em Instituições Bancárias:		
	À Ordem	<u>0,00 €</u>	
	A Prazo	<u>6.003,85 €</u>	
	Juros de Certificados e Obrigações	<u>0,00 €</u>	
	Dividendos e Participações em Lucros	<u>0,00 €</u>	
1.2	Rendas de Prédios (rústicos)	<u>0,00 €</u>	
1.3	Cedência Temporária de Direitos (pat., ecl., e out.)	<u>0,00 €</u>	
1.4	Direitos de Autor	<u>1.198,71 €</u>	<u>7.202,56 €</u>
2	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
	Do Sector Público:		
2.1	Da Administração Central	<u>0,00 €</u>	
2.2	Do Governo Civil do Distrito e Assembleia Distrital	<u>0,00 €</u>	
2.3	Da Câmara Municipal de Moimenta da Beira	<u>0,00 €</u>	
	Do Sector Privado:		
2.4	De Instituições	<u>0,00 €</u>	
2.5	De Empresas	<u>0,00 €</u>	
2.6	De Particulares	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
3	VENDA DE BENS		
	Bens Duradouros:		
3.1	Venda de Livros	<u>561,00 €</u>	
3.2	Venda de Objectos e Bens Patrimoniais de Consumo Corrente	<u>0,00 €</u>	
3.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>561,00 €</u>
	Bens não Duradouros:		
3.4	Boletins- Assinaturas e Vendas Avulso	<u>0,00 €</u>	
3.5	Plantas, Árvores e Flores, etc	<u>100,00 €</u>	
3.6	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>100,00 €</u>
4	VENDA DE SERVIÇOS		
	Rendas e Alugueres:		
4.1	Renda de Habitações	<u>0,00 €</u>	
4.2	Renda de Outros Edifícios	<u>0,00 €</u>	
4.3	Renda de Outros Bens (bens de equipamentos)	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>



4.4	Visitas à FAR	<u>568,00 €</u>	
	Fornecimentos e Serviços Externos		
4.5	Estorno Viatura Ligeira	<u>0,00 €</u>	<u>568,00 €</u>
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		<u>8.431,56 €</u>
RECEITAS DE CAPITAL			
5	VENDA DE BENS DE EQUIPAMENTOS		
5.1	Terrenos	<u>0,00 €</u>	
5.2	Habitações	<u>0,00 €</u>	
5.3	Outros Edifícios	<u>0,00 €</u>	
5.4	Maquinaria e Equipamentos	<u>0,00 €</u>	
5.5	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
6	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL:		
	Do Sector Público:		
6.1	De Q. R. N. P.ºNORTE	<u>0,00 €</u>	
6.2	Do Governo Civil do Distrito e Assembleia Distrital	<u>0,00 €</u>	
6.3	Da Câmara Municipal de Moimenta da Beira	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	Do Sector Privado : (legados, subsídios, donativos)		
6.4	De Instituições (Seg. Social)	<u>2.515,32 €</u>	
6.5	De Empresas	<u>0,00 €</u>	
6.6	De Particulares	<u>0,00 €</u>	<u>2.515,32 €</u>
7	ACTIVOS FINANCEIROS		
7.1	Venda e Reembolso de Obrigações (IRS)	<u>1.248,74 €</u>	
7.2	Venda e Reembolso de outros Títulos de Participação	<u>0,00 €</u>	
7.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>1.248,74 €</u>
8	PASSIVOS FINANCEIROS		
8.1	Empréstimos Contraídos a Médio e Longo Prazo	<u>0,00 €</u>	
8.2	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
9.1	Activos Incorpóreos (vendas de bens físicos, marcas, patentes, direitos de autor e análogos)	<u>0,00 €</u>	
9.2	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		<u>3.764,06 €</u>

**Resumo:**

Total das Receitas Correntes	<u>8.431,56 €</u>
Total das Receitas de Capital	<u>3.764,06 €</u>
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTAL	<u>12.195,62 €</u>

RELATÓRIO DE CONTAS 2011**DESPESAS****ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS GERAIS**

1	PESSOAL		
1.1	Pessoal do Quadro	<u>17.664,66 €</u>	
1.2	Pessoal em qualquer outra situação	<u>0,00 €</u>	<u>17.664,66 €</u>
	Outras Despesas com o Pessoal:		
1.3	Deslocações e Ajudas de Custo	<u>0,00 €</u>	
1.4	Trabalho Extraordinário	<u>0,00 €</u>	
1.5	Alimentação e Alojamento	<u>0,00 €</u>	
1.6	Outras	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	Abonos Diversos:		
1.7	Por Acidentes Acidentais ou Senhas de Presença	<u>0,00 €</u>	
1.8	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	Segurança Social:		
1.9	Encargos com a Saúde (seguro, higiene e segurança no trabalho)	<u>0,00 €</u>	
1.10	Prestação Complementares	<u>0,00 €</u>	
1.11	Contribuições para a Segurança Social	<u>5.801,60 €</u>	
1.12	Seguros do Pessoal	<u>0,00 €</u>	
1.13	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>5.801,60 €</u>
2	BENS DURADOUROS		
2.1	Material de Educação, Cultura e Recreio	<u>0,00 €</u>	
2.2	Material Honorífico e de Representação	<u>0,00 €</u>	
2.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
3	BENS NÃO DURADOUROS		
3.1	Combustíveis e Lubrificantes	<u>129,00 €</u>	
3.2	Alimentação, Roupas e Calçado	<u>0,00 €</u>	
3.3	Consumos de Secretária	<u>13,25 €</u>	
3.4	Água, Luz e Telefone Comunicações	<u>1.581,32 €</u>	<u>1.723,57 €</u>
	Outros:		
3.5	Limpeza (detergentes, sabão, esfregões, etc.)	<u>26,03 €</u>	
3.6	Lâmpadas Elétricas, Ferragens, Cargas de Extintores	<u>66,98 €</u>	
3.7	Materiais para pequenas Obras de Conservação	<u>0,00 €</u>	
3.8	Outros	<u>21,17 €</u>	<u>114,18 €</u>



4	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
4.1	Encargos de Instalações (seguros, prosegur)	<u>2.118,52 €</u>	
4.2	Locação de Bens Transportes e Comunicações	<u>0,00 €</u>	
4.3	Transportes e Comunicações (CTT)	<u>24,52 €</u>	
4.4	Despesas de Representação	<u>0,00 €</u>	
4.5	Pequenas Reparações e Conservações	<u>0,00 €</u>	
4.6	Encargos com Tipografia	<u>0,00 €</u>	
4.7	Encargos com Viaturas (seguro do carro)	<u>521,93 €</u>	<u>2.664,97 €</u>
	Outras:		
4.7	Pessoal Assalariado Acidentalmente	<u>100,00 €</u>	
4.8	Taxas, Impostos e Emolumentos a Repartições	<u>937,84 €</u>	
4.9	Prémios de Seguros de Material	<u>0,00 €</u>	
4.10	Outros (despesas de notário, etc.)	<u>327,80 €</u>	<u>1.365,64 €</u>
5	ENCARGOS FINANCEIROS		
5.1	Empréstimos Bancários (juros)	<u>0,00 €</u>	
5.2	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
6.1	Actividades Culturais	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		<u>29.334,62 €</u>
	DESPESAS DE CAPITAL		
7	INVESTIMENTO		
7.1	Terrenos	<u>0,00 €</u>	
	Habitação		
7.2	Construção	<u>0,00 €</u>	
7.3	Aquisição	<u>0,00 €</u>	
7.4	Grandes Reparações e Beneficiações	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	Outros Edifícios:		
7.5	Instalações de Serviços	<u>0,00 €</u>	
7.6	Outros (projectos de arquitectura)	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	Maquinaria e Equipamento:		
7.7	Mobiliário para a Secretária, Biblioteca e outras Instalações	<u>0,00 €</u>	
7.8	Aparelhos, Máquinas e Equipamento para a Secretária e outras Instalações	<u>1.151,70 €</u>	
7.9	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>1.151,70 €</u>



8	ACTIVOS FINANCEIROS		
8.1	Subscrição e Aquisição de Obrigações:		
	Sector	<u>0,00 €</u>	
8.2	Subscrição e Aquisição de outros Títulos	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
9	PASSIVOS FINANCEIROS		
9.1	Amortizações de Empréstimo a Médio e Longo Prazo	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
10	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
10.1	Activos Incorpóreos (aquisição de privilégios, patentes, marcas e outros)	<u>0,00 €</u>	
10.2	Restituição (importância de capital indevidamente recebidas)	<u>0,00 €</u>	
10.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		<u>1.151,70 €</u>
	Resumo:		
	Total das Despesas Correntes		<u>29.334,62 €</u>
	Total das Despesas de Capital		<u>1.151,70 €</u>
	TOTAL DE DESPESA ORÇAMENTAL		<u>30.486,32 €</u>

Resumo das Contas de Gerência

Ano Financeiro de 2011

Receitas	Valor	Despesas	Valor
SALDO G. ANT.	379.608.85€	CORRENTES	29.334.62€
CORRENTES	8.431.56€	DE CAPITAL	1.151.70€
DE CAPITAL	3.764.06€	SALDO P/G.SEG.	361.318.15€
TOTAL	391.804.47€	TOTAL	391.804.47€

Figura 33: Relatório e Contas. Fonte: Ana Albuquerque

Proposta de Actividades

Concerto de Verão

Descrição: Em parceria com as Câmaras Municipais de Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, irá decorrer nos espaços da Fundação Aquilino Ribeiro o primeiro Concerto de Verão.

A anteceder o concerto irá decorrer nos espaços da mesma um beberete recheado com iguarias da região.

Convidados possíveis (por ex.):

- Orquestra Ligeira de Moimenta da Beira;
- Isabel Silvestre;
- Paulo de Carvalho;
- ...

Data do evento: Junho/Julho

Público-alvo: Sociedade em geral

Custos: Beberete e convidado

Receitas: Custo do ingresso

Dia Mundial da Criança (Projecto com as escolas)

Descrição: Neste dia as crianças do nosso concelho fariam uma visita à FAR (Casa Museu - Biblioteca), assistiriam à peça de teatro e desfrutariam dos espaços da mesma com muita animação à mistura.

Actividades possíveis:

- Apresentação de uma peça de teatro adaptada de uma obra de Aquilino Ribeiro, por alunos do Curso Profissional de Animação Sociocultural ou grupos de teatro das escolas, etc..
- Actividades Radicais;
- Peddy Paper Cultural (sobre Aquilino Ribeiro);

Ana Albuquerque 1

Atividades 2012

- Insufláveis;
- Pinturas Faciais;
- ...

Data do Evento: 1 de Junho de 2012

Público-alvo: Comunidade Educativa

Almoço: pic-nic

Custos: Custos inerentes ao transporte e aluguer de material para a realização das diferentes actividades

Percurso Pedestre

Descrição: Percurso realizado pela Rota da Nave, com a ajuda de um Guia para as explicações referentes à Fauna e Flora existente no local.

Distância em metros: 26500m

Grau de dificuldade: Médio

Desnível acumulado: 357m

Tempo estimado: 8h

Período aconselhável: Primavera

Ponto de partida: Fundação Aquilino Ribeiro

Ponto de chegada: Fundação Aquilino Ribeiro

Fim de Semana Cultural da Juventude

Descrição: O fim de semana cultural da Juventude tem por objectivo reunir o maior número de estudantes do país, na Fundação Aquilino Ribeiro, para deste modo dar a conhecer/relembrar o Mestre Aquilino Ribeiro, sua vida e obra, de uma forma mais descontraída, visto que compreenderá outras actividades para além da iniciativa Cultural.

Este seria programado da seguinte forma:

Ana Albuquerque 2

Atividades 2012

→ Sábado

- Visita à FAR
- Almoço Aquiliniano
- Tertúlia Aquiliniana
- Concerto

→ Domingo

- Percurso pedestre pela Rota da Nave
- Almoço Aquiliniano

Data do Evento: Primavera

Público - alvo: Comunidade académica e secundário

Oradores: Não definido

Alojamento: Acampamento na FAR (ver questão dos banhos)

Receitas: Valor da inscrição

Jornadas Aquilinianas

Descrição: É sempre bom recordar Aquilino Ribeiro e tudo o que a ele está associado. Deste modo, a FAR organizará as Jornadas Aquilinianas, onde serão debatidas algumas questões históricas relacionadas com o Mestre Aquilino Ribeiro.

Oradores possíveis:

- Celina Arroz (escritora portuguesa que recentemente editou o livro *Aquilino Ribeiro: Evolução do Homem Republicano*);
- António dos Santos Pereira (Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade da Beira Interior)
- João Silva de Sousa (Director da Confraria Aquiliniana)

Data do Evento: A designar

Público - alvo: Comunidade em Geral

Ana Albuquerque 3

Atividades 2012

À Mesa com Aquilino Ribeiro...

«Cabrito, trutas, primores da terra, mimos da salgadeira, caça na época própria...» (Cinco Réis de Gente)

Descrição: Este projecto tem por objectivo primordial a divulgação da gastronomia Aquiliniã. Todavia, não se pretende uma recriação fiel das iguarias apresentadas nas obras do Mestre Aquilino Ribeiro, mas sim, dar o mote para que criem as ementas com alguma criatividade.

Ficará á responsabilidade da FAR a elaboração de 3 ou 4 ementas (entradas, sopa, prato principal e sobremesa) a constar no cardápio e a divulgação do mesmo junto dos três Municípios responsáveis pelos órgãos executivos da FAR, que servirão de mensageiros do projecto junto dos restaurantes (locais) aderentes.

Entidade Organizadora: Fundação Aquilino Ribeiro

Duração: 1 mês

Entidades Envolvidas: Restaurantes dos três Municípios que pretendam aderir ao projecto

Custos: Divulgação e elaboração do cardápio *À Mesa com Aquilino Ribeiro...*

Nota: No fim será pedido um feedback da iniciativa junto dos restaurantes aderentes.

I Passeio de Cicloturismo pelos Trilhos Aquiliniãos

Se gosta de aventura e de desporto ao ar livre, a Fundação Aquilino Ribeiro desafia-o a fazer uma harmoniosa viagem, por alguns dos sítios emblemáticos, mencionados nas obras do Mestre Aquilino Ribeiro.

Entidade Organizadora: Fundação Aquilino Ribeiro

Tipo de Percurso: Cicloturismo

Data do Evento: Março/Abril/Maio

Percurso com diversos pontos de interesse:

Carregal:

Ana Albuquerque 4

Atividades 2012

Aldeia Natal do Mestre Aquilino Ribeiro.

«Retrocedendo nos limbos do passado até onde a minha memória é como lanterna de um mineiro perdido de fundo de uma galeria, que vejo? Vejo no grande e desmantelado pátio fidalgo a nossa casa, de lojas para animais e habitação com sua obsequiosa escada de pedra e um esgrouviado sabugueiro a bater atônito nas vidraças, que deitavam para o povo, sempre que o vento suão soprasse mais forte». Cinco Reis de Gente

Lapa:

«Aprendiz de padre ou de doutor, com dez anos ainda por fazer, Aquilino parte para o Colégio da Lapa a cavalo na égua Inácia que o criado Monge trará de volta a casa de seus pais.» Viajar com Aquilino Ribeiro

Freixinho:

«Descendo à beira do Távora, Aquilino leva-nos a Freixinho, terra abençoada, de hortas frescas, pomares, vinha e olival.» Viajar com Aquilino

«Estrada fora marginando o Távora»

Fonte Arcada

Barragem

Faia

São Francisco:

«Ali estão aquelas ruínas clamorosas do Convento de São Francisco de Caria, a dobrar para o Vale do Távora».

Alhais:

«A torre da igreja, altaneira, guia os mais resistentes até ao local onde Aquilino foi batizado, em 7 de Novembro de 1885.» (Itinerário Aquilino)

Ana Albuquerque 5

Atividades 2012

Vila Nova de Paiva:

Até 1883 foi aldeia rústica, de nome Barrelas. «Barrelas afonsina e ensonada. Depois do juiz de meias amarelas o Malhadinhas. Carvalhas que deram sombra ao rei Vamba. Um mestre-escola dos bons velhos tempos.» Itinerário Aquilíniano

Soutosa:

«Soutosa é, na Beira, o lugar paradigmático de criação. Primeiro enquanto casa paterna. Aquilino regressa ali aos dezanove anos, chamado pelo pai, depois do abandono do seminário e da primeira breve experiência de Lisboa.»

Soutosa tornasse o seu segundo lar, o lugar de inspiração, voltando todos os anos, durante o Verão por um período nunca menos de três meses.

Ponto de Partida: Carregal (partida em frente à casa onde Aquilino nascera)

Ponto de Chegada: Soutosa

Itinerário 1: CARREGAL; LAPA; Granjal; FREIXINHO; Fonte Arcada; Barragem; Faia; Prados; Vila da Rua; SÃO FRANCISCO; Senhor dos Aflitos; Lamosa; Águas Boas; Fortes; Segões; ALHAIS; VILA NOVA DE PAIVA; Póvoa; São Martinho; Peva; Soutosa.

Distância: 80kms

Grau de Dificuldade: Alta

Cartografia:



Ana Albuquerque 6

Atividades 2012

Itinerário 2: LAPA; CARREGAL; Adebarros; FREIXINHO; Fonte Arcada; Barragem; Faia; Prados; Vila da Rua; SÃO FRANCISCO; Senhor dos Aflitos; Lamosa; Covelo; Casfreires, VILA NOVA DE PAIVA; Alhais; S. Martinho; Peva; SOUTOSA.

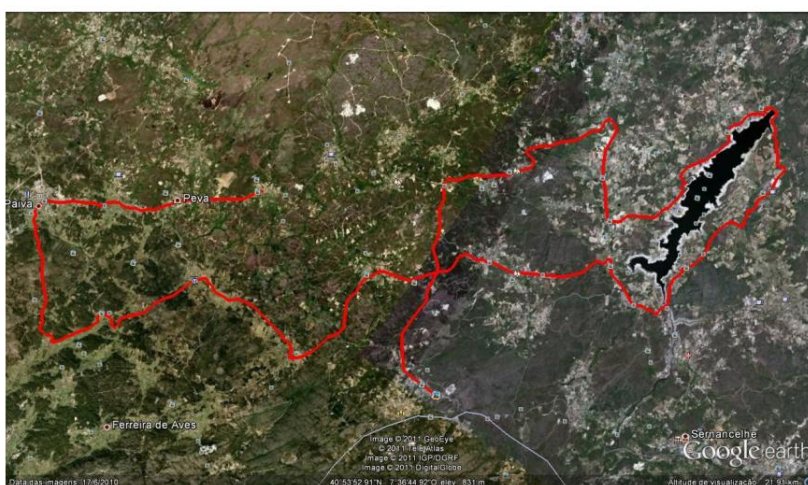
Ponto de Partida: Lapa

Ponto de Chegada: Soutosa

Distância: 68kms

Grau de Dificuldade: Média/Alta

Cartografia:



Itinerário 3: CARREGAL; LAPA; Granjal; FREIXINHO; Fonte Arcada; Barragem; Faia; Prados; Vila da Rua; SÃO FRANCISCO; Senhor dos Aflitos; Granja do Paiva; Ariz; SOUTOSA.

Ponto de Partida: Carregal

Ponto de Chegada: Soutosa

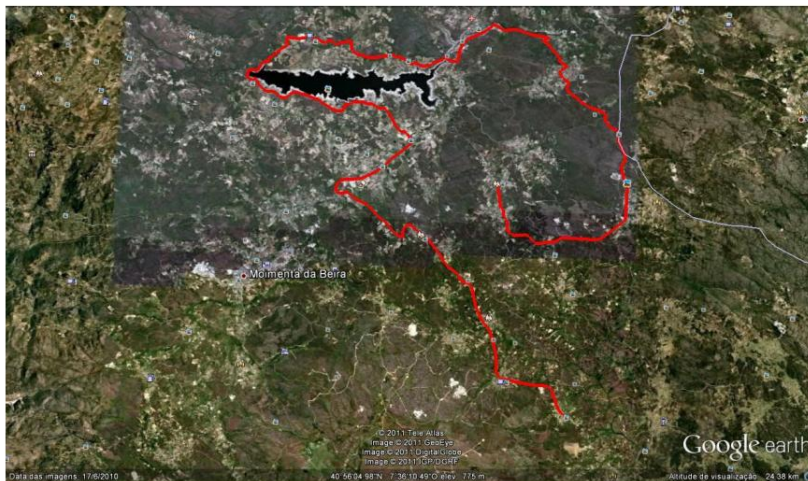
Distância: 50kms

Grau de Dificuldade: Média

Ana Albuquerque 7

Atividades 2012

Cartografia:



Itinerário 4: LAPA; CARREGAL; Adebarros; FREIXINHO; Fonte Arcada; Barragem; Faia; Prados; Vila da Rua; SÃO FRANCISCO; Senhor dos Aflitos; Granja do Paiva; Ariz; SOUTOSA.

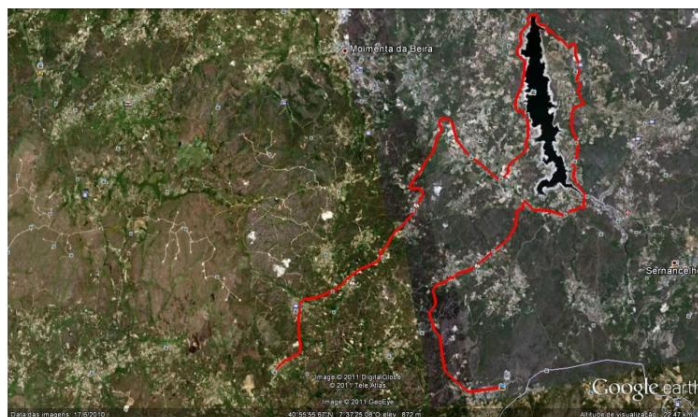
Ponto de Partida: Lapa

Ponto de Chegada: Soutosa

Distância: 45kms

Grau de Dificuldade: Média

Cartografia:



Ana Albuquerque 8

Atividades 2012

BTT - Rota Aquiliniana

Entidade Organizadora: Fundação Aquilino Ribeiro

Tipo de Percurso: BTT

Data do Evento: Março/Abril/Maio

Ponto de Partida: Carregal

Ponto de Chegada: FAR

Itinerário: Carregal; Mileu; Vila da Rua; São Francisco; Quinta da Boavista; Carapito; Serra da Nave; Moinhos de Ariz; Ponte Romana; Penedo do Aquilino; FAR.

Distância:

Grau de Dificuldade: Média



ORÇAMENTO PARA O ANO 2012

RECEITAS

1	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES		
1.1	Juros de Depósito em Instituições Bancárias:		
	À Ordem	<u>1.000,00 €</u>	
	A Prazo	<u>15.000,00 €</u>	
	Juros de Certificados e Obrigações	<u>0,00 €</u>	
	Dividendos e Participações em Lucros	<u>0,00 €</u>	
1.2	Rendas de Prédios (rústicos)	<u>0,00 €</u>	
1.3	Cedência Temporária de Direitos (pat., ecl., e out.)	<u>1.000,00 €</u>	
1.4	Direitos de Autor	<u>2.000,00 €</u>	<u>19.000,00 €</u>
2	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
	Do Sector Público:		
2.1	Da Administração Central	<u>0,00 €</u>	
2.2	Do Governo Civil do Distrito e Assembleia Distrital	<u>0,00 €</u>	
2.3	Da Câmara Municipal de Moimenta da Beira	<u>0,00 €</u>	
	Do Sector Privado:		
2.4	De Instituições	<u>0,00 €</u>	
2.5	De Empresas	<u>0,00 €</u>	
2.6	De Particulares	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
3	VENDA DE BENS		
	Bens Duradouros:		
3.1	Venda de Livros	<u>1.000,00 €</u>	
3.2	Venda de Objectos e Bens Patrimoniais de Consumo Corrente	<u>0,00 €</u>	
3.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>1.000,00 €</u>
	Bens não Duradouros:		
3.4	Boletins- Assinaturas e Vendas Avulso	<u>100,00 €</u>	
3.5	Plantas, Árvores e Flores, etc	<u>200,00 €</u>	
3.6	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>300,00 €</u>
4	VENDA DE SERVIÇOS		
	Rendas e Alugueres:		
4.1	Renda de Habitações	<u>0,00 €</u>	
4.2	Renda de Outros Edifícios	<u>0,00 €</u>	
4.3	Renda de Outros Bens (bens de equipamentos)	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>



4.4	Visitas à FAR	<u>1.500,00 €</u>	
	Fornecimentos e Serviços Externos		
4.5	Estorno Viatura Ligeira	<u>0,00 €</u>	<u>1.500,00 €</u>
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		<u>21.800,00 €</u>
RECEITAS DE CAPITAL			
5	VENDA DE BENS DE EQUIPAMENTOS		
5.1	Terrenos	<u>0,00 €</u>	
5.2	Habitacões	<u>0,00 €</u>	
5.3	Outros Edifícios	<u>0,00 €</u>	
5.4	Maquinaria e Equipamentos	<u>0,00 €</u>	
5.5	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
6	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL:		
	Do Sector Público:		
6.1	De Q. R. N. P.ºNORTE	<u>0,00 €</u>	
6.2	Do Governo Civil do Distrito e Assembleia Distrital	<u>0,00 €</u>	
6.3	Da Câmara Municipal de Moimenta da Beira	<u>20.000,00 €</u>	<u>20.000,00 €</u>
	Do Sector Privado : (legados, subsídios, donativos)		
6.4	De Instituições (Seg. Social)	<u>0,00 €</u>	
6.5	De Empresas	<u>0,00 €</u>	
6.6	De Particulares	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
7	ACTIVOS FINANCEIROS		
7.1	Venda e Reembolso de Obrigações (IRS)	<u>2.000,00 €</u>	
7.2	Venda e Reembolso de outros Títulos de Participação	<u>0,00 €</u>	
7.3	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>2.000,00 €</u>
8	PASSIVOS FINANCEIROS		
8.1	Empréstimos Contraídos a Médio e Longo Prazo	<u>0,00 €</u>	
8.2	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
9.1	Activos Incorpóreos (vendas de bens físicos, marcas, patentes, direitos de autor e análogos)	<u>0,00 €</u>	
9.2	Outros	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		<u>22.000,00 €</u>




Resumo:

Total das Receitas Correntes	<u>21.800,00 €</u>
Total das Receitas de Capital	<u>22.000,00 €</u>
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTAL	<u>43.800,00 €</u>

Figura 34: Plano e Orçamento. **Fonte:** Ana Albuquerque

APÊNDICE F

INQUÉRITO AOS VISITANTES DA FAR

 <p>Fundação Aquilino Ribeiro</p>	Data: _____/_____/_____ Funcionário: _____
Inquérito aos visitantes da Fundação Aquilino Ribeiro	
1. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
2. Área de residência: _____	
3. Grupo etário: <input type="checkbox"/> < 26 anos <input type="checkbox"/> 26-40 anos <input type="checkbox"/> 41-45 anos <input type="checkbox"/> > de 65 anos	
4. Nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Primário <input type="checkbox"/> Secundário <input type="checkbox"/> Superior	
5. Estatuto sócio-profissional: <input type="checkbox"/> a) Empregado Operário <input type="checkbox"/> b) Quadro superior, profissional liberal, diretor de empresa <input type="checkbox"/> d) Professor <input type="checkbox"/> c) Quadro médio, técnico especializado, comerciante, artesão <input type="checkbox"/> e) Estudante <input type="checkbox"/> f) Reformado <input type="checkbox"/> g) Sem profissão	
6. Com quem visitou a Fundação Aquilino Ribeiro: <input type="checkbox"/> Só <input type="checkbox"/> Casal <input type="checkbox"/> Familiares <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Grupo	
7. Tinha conhecimento da existência da Fundação Aquilino Ribeiro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 7.1 Se a sua resposta foi sim, diga-nos como é que teve conhecimento da existência da mesma: _____	
8. A visita à Fundação Aquilino Ribeiro Foi uma visita: <input type="checkbox"/> Programada <input type="checkbox"/> Imprevista	
9. Objetivo da sua visita? <input type="checkbox"/> a) Rever as coleções <input type="checkbox"/> d) Fazia parte de uma visita mais alargada <input type="checkbox"/> b) Aprofundar conhecimentos <input type="checkbox"/> e) Conviver com familiares e amigos <input type="checkbox"/> c) Ver uma exposição temporária <input type="checkbox"/> f) Curiosidade <input type="checkbox"/> g) Outras razões: _____	


Avaliação dos Serviços da Fundação Aquilino Ribeiro				
[1] Acolhimento – Diz respeito aos conhecimentos e comportamento dos funcionários e pretende analisar a sua competência no relacionamento com o público.				
	BOM	SUF	INSUF	INEX
Os funcionários são facilmente identificáveis e em número suficiente				
Os funcionários são prestáveis e simpáticos				
Os funcionários comunicam de forma satisfatória				
Os funcionários estão bem informados e sabem responder às questões colocadas pelos visitantes				
O horário da Fundação Aquilino Ribeiro é apropriado				
[2] O Edifício e as Coleções – Diz respeito às características físicas do lugar.				
	BOM	SUF	INSUF	INEX
Os edifícios museológicos estão em boas condições e são atrativos				
Os edifícios museológicos estão limpos				
Os espaços são atrativos e acolhedores				
Os espaços mantêm autenticidade				
A sinalética no interior dos edifícios é clara				
A Casa Museu possui coleções com muito interesse				
[3] A Comunicação – Neste ponto analisa-se a qualidade e a minúcia da informação apresentada.				
	BOM	SUF	INSUF	INEX
As brochuras possuem informação suficiente e são fáceis de ler				
A informação sobre a FAR é suficientemente detalhada				
Os visitantes são bem informados acerca dos diferentes equipamentos e atrações existentes				
Existem brochuras em línguas estrangeiras				
<p>- Cientes da importância que Aquilino Ribeiro tem na Cultura Portuguesa, agradecemos pela sua participação, pois só assim poderemos efectuar substanciais melhorias, indo de encontro com as expectativas dos admiradores do Mestre Aquilino Ribeiro.</p> <p>- Se achar conveniente, poderá deixar a sua opinião no espaço que se segue.</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>				

- Obrigado pela sua colaboração.

Figura 35: Inquérito aos Visitantes da FAR. Fonte: Ana Albuquerque

APÊNDICE G

FICHA DE INVENTÁRIO



Fundação
Aquilino Ribeiro

Edifício:
N.º de Inventário:

I - Identificação (denominação)		N.º de Inventário Anterior	
II - Caracterização			
Peça Completa <input type="checkbox"/>	Materia	Altura (cm)	Largura (cm)
	Datação da Peça	Comprimento (cm)	Profundidade (cm)
Peça Incompleta <input type="checkbox"/>	Marca da Peça	Diâmetro (cm)	Espessura (cm)
	Autor	Capacidade	Peso (500g)
Peça Fragmentada <input type="checkbox"/>	Registo Oficial	Potência	Moldura / Outros
III - Descrição			
IV - Estado de Conservação			
Muito Bom <input type="checkbox"/>	Bom <input type="checkbox"/>	Regular <input type="checkbox"/>	Deficiente <input type="checkbox"/>
Intervenções de Conservação e Restauro			
V - Entrada na FAR			
Proveniência:		Data: ____/____/____	
Forma de Entrada:	Compra <input type="checkbox"/>	Doação <input type="checkbox"/>	Depósito <input type="checkbox"/> Achado/Recolha <input type="checkbox"/>
Identificação:			
Local de Aquisição:			
Custo / Avaliação:			
Saídas / Empréstimos:			
VI - Historial			
Função:			
História da Peça:			
Bibliografia:			
VII - Registo da Imagem Principal			
Preenchido por: _____		Data: ____/____/____	

Nome: _____
 Autor: _____
 Data de Registo: _____
 Tipo: _____
 N.º de ... _____
 Localização: _____

Rua Júlio Constantino Antunes Aquilino Ribeiro, Souto
 Tel. (Fax): 221 927 200 - E-mail: fundacao@arq.ribeiro@gmail.com

Figura 36: Ficha de Inventário. Fonte: Ana Albuquerque

ANEXOS

ANEXO A

TIPO DE FUNDAÇÕES EXISTENTES EM PORTUGAL EM 2012

9. Tipo de fundações

Artigo 2.º
Definições

1 — Para efeitos da presente lei, consideram -se:

(...) b) «**Fundações públicas de direito público**» as fundações criadas exclusivamente por pessoas coletivas públicas, bem como as fundas personalizadas criadas exclusivamente por pessoas coletivas públicas nos termos da lei quadro dos institutos públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e que usam a designação «Fundação, I. P.», regendo -se pela respetiva lei orgânica e pela legislação geral aplicável aos institutos públicos;

c) «**Fundações públicas de direito privado**» as fundações criadas por uma ou mais pessoas coletivas públicas ou com pessoas de direito privado, desde que aquelas, isolada ou conjuntamente, detenham uma influência dominante sobre a fundação;

d) «**Fundações público-privadas**» as fundações criadas conjuntamente por uma ou mais pessoas coletivas públicas e por pessoas de direito privado, desde que aquelas, isolada ou conjuntamente, não detenham uma influência dominante sobre a fundação;

e) «**Fundações privadas**» as fundações criadas por uma ou mais pessoas de direito privado.

2 — Considera -se existir «**influência dominante**» nos termos do número anterior sempre que exista:

a) Afetação exclusiva ou maioritária dos bens que integram o património inicial da fundação; ou

b) Direito de designar ou destituir a maioria dos titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização da fundação.

3 — Caso a influência dos instituidores de direito privado e de direito público sobre a fundação seja idêntica, em virtude de ambos os critérios referidos no número anterior, a mesma fundação assume natureza pública ou público-privada consoante a qualificação que lhe tenha sido atribuída pelos instituidores no ato de instituição.

Fonte: Lei n.º 1/2012, de 3 janeiro

No que respeita às fundações de solidariedade social (IPSS), nos termos do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com as alterações posteriores, estas são “*instituições constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:*

- a) Apoio a crianças e jovens;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio à integração social e comunitária;
- d) Proteção de cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição dos meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- e) Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- f) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- g) Resolução dos problemas habitacionais das populações.”

Tipologia das fundações

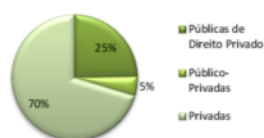
A maioria das fundações tem natureza privada.

Quadro n.º 1 – Tipologia das fundações

Públicas de Direito Público	0
Públicas de Direito Privado	99
Público-Privadas	20
Privadas	282

A terminologia utilizada é da Lei n.º 1/2012

Gráfico n.º 1 – Tipologia das fundações



Quadro n.º 2 – Tipologia das fundações não IPSS

Públicas de Direito Público	0
Públicas de Direito Privado	73
Público-Privadas	12
Privadas	142
Total	227

Fonte: IGF/DGAEP/SGPCM, segundo a Lei n.º 1/2012.

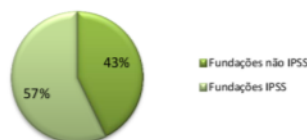
Quadro n.º 3 – Tipologia das fundações IPSS

Públicas de Direito Público	0
Públicas de Direito Privado	26
Público-Privadas	8
Privadas	140
Total	174

Estatuto de utilidade pública

Na resposta ao censo, 294 fundações (126 fundações não IPSS e 168 fundações IPSS) referiram deter o estatuto de utilidade pública⁹.

Gráfico n.º 2 – Estatuto de utilidade pública



Fonte: Resposta à questão n.º 6 do censo.

Por seu turno, 99 fundações não IPSS identificaram não deter estatuto de utilidade pública e 2 fundações não responderam à questão.

Artigo 1.º
Noção de pessoa coletiva de utilidade pública
1 - São pessoas coletivas de utilidade pública as associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a administração central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de utilidade pública.

⁹ No caso das fundações IPSS, o estatuto de utilidade pública é atribuído automaticamente após o registo (Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com as alterações posteriores).

Artigo 2.º n.º 1:
(...) só podem ser declaradas de utilidade pública quando, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos:
a) Desenvolverem, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevância social tais como a promoção da cidadania e dos direitos humanos, a educação, a cultura, a ciência, o desporto, o associativismo jovem, a proteção de crianças, jovens, pessoas idosas, pessoas desfavorecidas, bem como de cidadãos com necessidades especiais, a proteção do consumidor, a proteção do meio ambiente e do património natural, o combate à discriminação baseada no género, raça, etnia, religião ou em qualquer outra forma de discriminação legalmente proibida, a erradicação da pobreza, a promoção da saúde ou do bem-estar físico, a proteção da saúde, a prevenção e controlo da doença, o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento económico, a preservação do património cultural;
b) Estarem regularmente constituídas e regerem-se por estatutos elaborados em conformidade com a lei;
c) Não desenvolverem, a título principal, atividades económicas em concorrência com outras entidades que não possam beneficiar do estatuto de utilidade pública;
d) Não serem enquadráveis em regimes jurídicos especiais que lhes reconheçam a natureza ou, em alternativa, o gozo das prerrogativas das pessoas coletivas de utilidade pública;
e) Possuírem os meios humanos e materiais adequados ao cumprimento dos objetivos estatutários;
f) Não exercerem a sua atividade, de forma exclusiva, em benefício dos interesses privados quer dos próprios associados, quer dos fundadores, conforme os casos.
2 - As associações que funcionem primariamente em benefício dos associados podem ser declaradas de utilidade pública se pela sua própria existência fomentarem relevantemente atividades de interesse geral e reunirem os requisitos previstos no número anterior.
Fonte: Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, com alterações posteriores

Figura 1: Tipo de Fundações existentes em Portugal. Fonte: Governo Português

ANEXO B

BIBLIOGRAFIA ATIVA DE AQUILINO RIBEIRO

As indicações quanto a géneros e conteúdos seguem, sempre que possível, o que consta nos volumes a seguir mencionados.

- 1915 - Jardim das Tormentas (contos).
- 1918 - A Via Sinuosa (romance).
- 1919 - Terras do Demo (romance).
- 1920 - Filhas de Babilónia (novelas).
- 1922 - Estrada de Santiago (novelas); incluía O Malhadinhas.
- 1922 - Recreação Periódica (tradução de Amusement Périodique, do Cavaleiro de Oliveira).
- 1924 - Romance da Raposa (romancinho infantil).
- 1926 - Andam Faunos pelos Bosques (romance).
- 1930 - O Homem que Matou o Diabo (romance).
- 1931 - Batalha sem Fim (romance).
- 1932 - As Três Mulheres de Sansão (novelas).
- 1933 - Maria Benigna (romance).
- 1934 - É a Guerra (diário).
- 1935 - Alemanha Ensanguentada (caderno dum viajante).
- 1935 - Quando ao Gavião Cai a Pena (contos).
- 1936 - O Galante Século XVIII (compilação e tradução de textos do Cavaleiro de Oliveira).
- 1936 - Anastácio da Cunha, o Lente Penitenciado (vida e obra).
- 1936 - Arca de Noé III Classe (contos para as crianças).
- 1936 - Aventura Maravilhosa de D. Sebastião (romance).
- 1937 - S. Banaboião Anacoreta e Mártir (romance).
- 1938 - A Retirada dos Dez Mil (tradução da Anábase, de Xenofonte).
- 1939 - Mónica (romance).
- 1939 - Por Obra e Graça (estudos).
- 1940 - Oeiras (monografia).
- 1940 - Em Prol de Aristóteles (tradução do texto latino de André de Gouveia).
- 1940 - O Servo de Deus e a Casa Roubada (novelas).
- 1942 - Os Avós dos Nossos Avós (história).
- 1943 - Volfrâmio (romance).
- 1945 - Lápides Partidas (romance).
- 1945 - O Livro do Menino Deus (o Natal na história religiosa e na etnografia).

- 1946 - Aldeia (terra, gente e bichos).
- 1947 - O Arcanjo Negro (romance).
- 1947 - Caminhos Errados (novelas).
- 1947 - Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia (história).
- 1948 - Cinco Réis de Gente (romance).
- 1948 - Uma Luz ao Longe (romance).
- 1949 - Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais (estudos de crítica histórico-literária).
- 1949 - O Malhadinhas (edição autónoma).
- 1950 - Luís de Camões, Fabuloso, Verdadeiro (ensaio).
- 1951 - Geografia Sentimental (história, paisagem, folclore).
- 1951 - Portugueses das Sete Partidas (viajantes, aventureiros, troca-tintas).
- 1952 - Leal da Câmara (vida e obra).
- 1952 - O Príncipe Perfeito (tradução da obra Kirou Paideia, de Xenofonte).
- 1952 - Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias (história).
- 1953 - Arcas Encoiradas (estudos, opiniões, fantasias).
- 1954 - O Homem da Nave (serranos, caçadores e fauna vária).
- 1954 - Humildade Gloriosa (romance).
- 1955 - Abóboras no Telhado (crónica e polémica).
- 1957 - A Casa Grande de Romarigães (crónica romanceada).
- 1957 - O Romance de Camilo (biografia e crítica).
- 1958 - Quando os Lobos Uivam (romance).
- 1959 - Dom Frei Bertolameu. As três desgraças teológicas (legenda).
- 1959 - D. Quixote de la Mancha (versão da obra de Cervantes).
- 1959 - Novelas Exemplares (versão da obra de Cervantes).
- 1960 - No Cavalo de Pau com Sancho Pança (ensaio).
- 1960 - De Meca a Freixo de Espada à Cinta (ensaios ocasionais).
- 1963 - Tombo no Inferno. O Manto de Nossa Senhora (teatro).
- 1963 - Casa do Escorpião (novelas).
- 1967 - O Livro de Marianinha (lengalengas e toadilhas em prosa rimada).
- 1974 - Um Escritor Confessa-se (memórias).
- 1988 - Páginas do Exílio. Cartas e crónicas de Paris (recolha de textos e organização de Jorge Reis).

ANEXO C

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA FAR

Averbamento nº 1 - Rectifica-se o tipo de escrita, no sentido de passar a escrita, que no número dois do artigo onze onde se lê: conselho de Administração, deve ler-se: conselho Fiscal, conforme resulta do conteúdo do referido artigo, e demais documentos apresentados a instruir esta escritura.
Em 15 de Abril de 2011.
A Notária,
Registado sob o nº 61/263 /2011

Moin da Conceição	
Eusébio Marques	
1	1
Linhas	Fólios

MODIFICAÇÃO DE ESTATUTOS DE FUNDAÇÃO

No dia trinta e um de Março de dois mil e onze, perante mim, Maria da Conceição Eusébio Marques, Notária do Cartório Notarial sito na Rua Lugar da Sarzeda, Bloco A, Loja Dois, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, compareceram: -----

A) CARLOS ARTUR TRINDADE DE SÁ FURTADO, casado, natural da freguesia de Abiul, concelho de Pombal, habitualmente residente na freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, NIF 146 222 202, titular do bilhete de identidade número 0668241 de 30/10/1986 emitido, em Lisboa, pelo Centro de Identificação Civil e Criminal; e -----

B) KARL HEINZ PAUL DELILLE, casado, natural de Oberhausen, Alemanha, de nacionalidade alemã, habitualmente residente na Rua Padre Américo, número 79, dita freguesia de Santo António dos Olivais, NIF 173 756 654, titular do cartão de residência permanente número 010727 de 08/05/2008, válido até 31/05/2012 emitido, em Coimbra, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Ministério da Administração Interna. -----

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus, bilhete de identidade e cartão de residência permanente. -----

Pelos outorgantes foi dito: -----

Que outorgam neste acto na qualidade de membros do Conselho de Administração, em representação da Fundação, denominada "FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU BIBLIOTECA", com sede na antiga Casa sito na Rua da Capela, Lugar da Soutosa,

freguesia de Peva, concelho de Moimenta da Beira, pessoa colectiva número 502 022 370, qualidade e poderes para a prática deste acto que verifiquei pelos respectivos estatutos, cuja certidão se encontra arquivada neste Cartório Notarial sob o número noventa e quatro, no maço referente ao livro de notas para escrituras diversas número Trinta e Dois, e, foram alterados por escritura também lavrada neste Cartório, a folhas cento e treze e seguintes do referido livro de notas, e, por certidões das actas do Conselho de Administração números, vinte e dois do dia vinte e sete de Março de dois mil e quatro, quarenta e nove de vinte de Fevereiro de dois mil e dez, cinquenta de vinte e sete de Março de dois mil e dez, e, cinquenta e um de dezassete de Abril do ano findo, e, ainda, por certidão da acta de tomada de posse, em vinte e sete de Março de dois mil e quatro, deles outorgantes como membros do Conselho de Administração. -----

Pelos outorgantes, nas qualidades em que outorgam, foi dito: -----

Que por escritura lavrada em vinte e cinco de Julho de mil novecentos e oitenta e oito, de folhas dezoito verso a dezanove verso do livro de notas para escrituras diversas número Quatrocentos - B, do extinto Cartório Notarial Público do concelho de Moimenta da Beira, foi instituída a referida "FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU BIBLIOTECA", que se rege pelos respectivos estatutos compostos por trinta e um artigos, constantes de um documento organizado nos termos do artigo setenta e oito, do Código de Notariado vigente à data, que faz parte integrante da dita escritura e se encontra arquivado no maço de documentos referente ao livro de notas para escrituras

Maria da Conceição
Eusébio Marques
L. 1 5 1
Livro 238

153

diversas, referido, sob o número dezanove, tendo sido, posteriormente, declarada e reconhecida, por despacho do Primeiro-Ministro de vinte e quatro de Outubro de mil novecentos e oitenta e nove, a utilidade pública da identificada Fundação, conforme, declaração publicada em dez de Novembro de mil novecentos e oitenta e nove no Diário da República número duzentos e cinquenta e nove, Segunda Série, estatutos esses que foram alterados por escritura lavrada neste Cartório Notarial, no dia onze de Maio de dois mil e sete, a folhas cento e treze e seguintes, do Livro de notas para escrituras diversas número Trinta e Dois.

Que por reunião realizada no dia dezassete de Abril do ano findo, foi deliberado modificar os estatutos da identificada Fundação, deliberação essa devidamente aprovada e constante da referida acta número cinquenta e um, tendo, nos termos da lei, a proposta de deliberação de modificação de estatutos sido submetida à aprovação da autoridade administrativa competente para o reconhecimento, o que ocorreu por despacho de autorização de quatro de Fevereiro de dois mil e onze, do Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo Ministro da Presidência, que autorizou a modificação dos Estatutos da Identificada Fundação, modificação essa que se traduz na alteração de redacção dos artigos quinto, décimo, décimo segundo, décimo quinto, e, décimo sexto, e, na eliminação dos artigos décimo primeiro, décimo quarto e vigésimo nono.

Que desta forma, vêm pela presente escritura formalizar a modificação

2017/05/11

164

dos Estatutos da identificada Fundação, eliminando os artigos, décimo primeiro, décimo quarto e vigésimo nono, e, alterando a redacção dos artigos quinto, décimo, décimo segundo, décimo quinto, e, décimo sexto, de acordo com o dito despacho de autorização de quatro de Fevereiro de dois mil e onze, do Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo Ministro da Presidência, os quais passam a ter a redacção adiante referida, e, em consequência da eliminação, diferente numeração, passando, os anteriores artigos décimo segundo, décimo quinto e décimo sexto, a corresponder, após a modificação, aos artigos décimo primeiro, décimo terceiro e décimo quarto, respectivamente, mantendo todos os restantes artigos, aqui não referidos, a sua actual redacção: -----

----- ARTIGO QUINTO -----

(Conselho de Administração)

Um - O Conselho de Administração será composto pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, o Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, o Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira e por dois vogais designados pelo Conselho de Administração, um dos quais exercerá as funções de secretário executivo. -----

Dois - A presidência do Conselho de Administração cabe aos Presidentes dos três Municípios mencionados no número anterior, assumindo o cargo em regime de rotatividade, por mandatos de dois anos, segundo ordem alfabética (Moimenta da Beira, Sernancelhe e

Muni de Condição	
Eusébio Marques	
1/1	3/5
Live	Faltas

1651

Vila Nova de Paiva),
Três - No caso de falta, ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assume funções o representante legal do Município em causa.

----- ARTIGO DÉCIMO -----

(Secretário Executivo)

O Secretário Executivo, cujo perfil deverá corresponder à natureza e objectivos da Fundação, terá as competências que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração.

----- ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO -----

(Conselho Fiscal)

Um - O Conselho Fiscal é composto por três membros, designados pelo Conselho Técnico-Consultivo, que entre si elegerão um Presidente.

Dois - O mandato dos membros do conselho de Administração é de dois anos, renováveis.

----- ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO -----

(Conselho Técnico-Consultivo)

Um - O Conselho Técnico-Consultivo será composto pelo Presidente da Fundação, que a ele preside com voto de qualidade, e por um número variável de conselheiros, não inferior a quinze.

Dois - O cargo de conselheiro é vitalício.

Três - O Conselho de Administração da Fundação designará livremente outros conselheiros de entre individualidades marcantes na vida cultural, política, económica ou social, que pela sua

3/10/2011

166
8

especialização técnica, manifestam interesse pelos objectivos da Fundação e a apoiam calorosamente. -----

Quatro - O Conselho Técnico-Consultivo reúne ordinariamente em plenário uma vez por ano e, extraordinariamente, as vezes que o Presidente da Fundação ou o Conselho de Administração considerarem oportuno. -----

----- ARTIGO DÉCIMO QUARTO -----

(Competências do Conselho Técnico-Consultivo)

Um - O Conselho Técnico-Consultivo é um órgão consultivo a quem cabe dar parecer sobre as orientações genéricas que fião-de presidir à actividade da Fundação e sobre todas as outras questões a esta respeitantes, relativamente às quais o Conselho de Administração deseje ouvir a opinião dos conselheiros. -----

Dois - No âmbito dos fins sectoriais da Fundação, cabe ao conselho técnico-consultivo, individualmente ou em conjunto: -----

- a) Dar parecer, até quinze de Dezembro de cada ano, sobre o orçamento e o plano de actividades da Fundação para o ano seguinte, o qual deverá ser apresentado pelo Conselho de Administração até quinze de Novembro; -----
- b) Formular críticas e sugestões relativas à orientação gestonária; -----
- c) Participar, sempre que solicitado, sem direito a voto, nas reuniões do conselho de administração; -----
- d) Dar parecer sobre iniciativas específicas cujo projecto lhe seja apresentado para o efeito; -----
- e) Dar parecer sobre a modificação dos estatutos ou extinção da

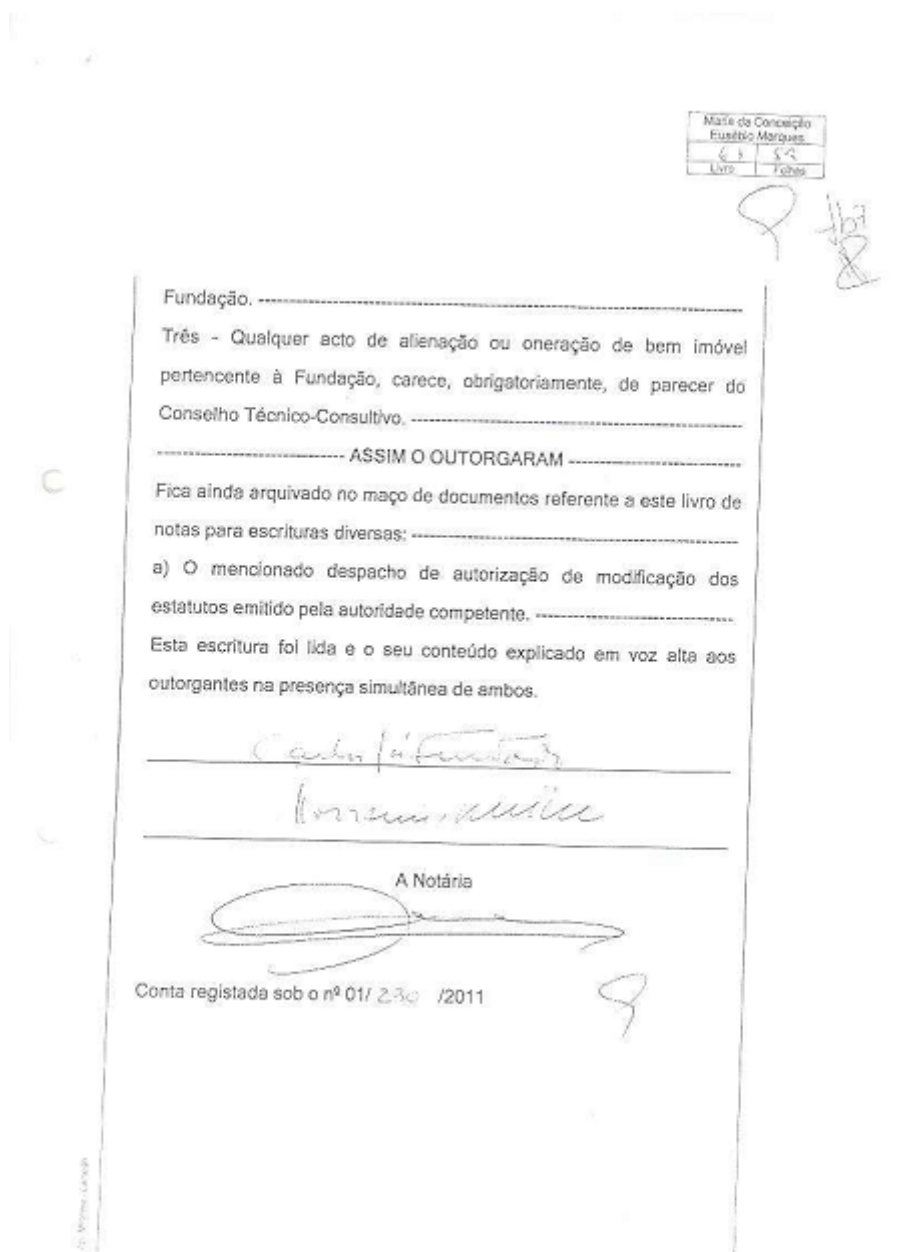


Figura 3: Alteração dos Estatutos da FAR. Fonte: FAR

ANEXO D

INSTITUIÇÃO DA FAR

13 978

DIÁRIO DA REPÚBLICA — III SÉRIE

N.º 185 — 11-8-1988

ARTIGO 7.º

No que estes estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Alandroal, 31 de Maio de 1988. — A Ajudante, *Rosa Maria de Oliveira Aparício*. 1-0-18 895

FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO — CASA MUSEU-BIBLIOTECA

Cópia extraída da escritura exarada de fl. 18 v.º a fl. 19 v.º do livro n.º 400-B do Cartório Notarial de Moimenta da Beira.

Instituição de Fundação

No dia 25 de Julho de 1988, no Cartório Notarial de Moimenta da Beira, perante mim, o notário licenciado Adolfo Cardoso de Gouveia, compareceu o Dr. Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro, que também assina só Aníbal Aquilino Ribeiro, juiz-conselheiro emérito do Supremo Tribunal de Justiça, solteiro, maior, residente na Praça do General Vicente de Freitas, 10, 3.º, direito, em Lisboa, e natural da cidade de Paris, França, contribuinte n.º 139083081. Verifiquei a sua identidade por ser do meu conhecimento pessoal.

E declarou que por esta escritura institui a Fundação Aquilino Ribeiro — Casa Museu-Biblioteca, que tem a sua sede no lugar de Soutosa, freguesia de Peva, deste concelho, na casa sita na Rua da Capela, em cujas dependências adaptadas se realizarão exposições permanentes e temporárias, quer de arte (pintura, escultura e cerâmica), quer de obras literárias antigas e modernas, quer bibliográficas, quer etnográficas.

A Fundação durará por tempo indeterminado a partir de hoje. Tem os objectivos culturais e sociais de tornar acessível ao público interessado e aos estudiosos as obras de arte e a biblioteca, contendo livros antigos e modernos, que pertenceram a Aquilino Ribeiro, e exercerá a sua acção nas dependências actuais e ampliadas da sede, através de exposições permanentes e temporárias, também na publicação de uma revista de feição bibliográfica, sempre inspirada na preocupação de fomentar a cultura em geral e a leitura e gosto pela arte entre as camadas jovens da população, em especial.

Com o objectivo cultural e social de proporcionar tais exposições ao público em geral e aos estudiosos e investigadores em particular, a Fundação disporá de colecções de arte, de livros que pertenceram à biblioteca de Aquilino Ribeiro e de manuscritos das suas obras.

Para assegurar a criação, manutenção e desenvolvimento da Fundação, o instituidor dota-a com os seguintes bens:

a) Móveis, a colecção de arte e os livros da biblioteca;
b) Os direitos de autor das obras do escritor, ou seja, o respectivo conteúdo patrimonial na proporção de 50%, que é a parte que pertence ao instituidor;
c) Os imóveis de que o instituidor é proprietário na freguesia de Peva e que são os constantes de uma relação organizada nos termos do artigo 78.º do Código do Notariado.

A Fundação rege-se-d pelos estatutos constantes de um documento organizado nos termos do referido artigo 78.º do Código do Notariado.

Arquivo no maço de documentos deste livro, sob os n.ºs 18 a 21, a relação de bens atrás referida, o documento donde constam os estatutos da Fundação e duas certidões de teor das inscrições matrículas dos prédios com que é dotada a Fundação, passadas na Repartição de Finanças deste concelho em 1 de Julho corrente e 25 de Janeiro deste ano.

Foram-me exibidos os seguintes documentos: certificado do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, passado em 29 de Abril do ano corrente, donde consta a admissibilidade da denominação da Fundação, válido por 120 dias e duas certidões da Conservatória do Registo Predial de Moimenta da Beira, donde constam os teores das descrições e inscrições dos prédios no Registo Predial, passadas em 8 de Julho e 1 de Fevereiro do ano corrente.

Esta escritura foi por mim lida e o seu conteúdo explicado em voz alta, ao outorgante.

(Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro. — O Notário, *Adolfo Cardoso de Gouveia*.)

Relação de bens organizada nos termos do artigo 78.º do Código do Notariado e respeitante à escritura outorgada a fl. 18 v.º do livro de escrituras diversas n.º 400-B do Cartório Notarial de Moimenta da Beira.

Bens situados na freguesia de Peva, concelho de Moimenta da Beira.

1) Casa de habitação, sita na Rua da Capela, na povoação de Soutosa, com a área de 85 m², que parte: do norte, com caminho; do

herdeiros de Aquilino Gomes Ribeiro, inscrita na matriz sob o artigo 291, com o rendimento colectável de 865\$ e o valor matricial de 12 975\$, descrita na Conservatória do Registo Predial de Moimenta da Beira sob o n.º 48, Peva, e registada a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro sob os n.ºs G-1 e G-3;

2) Casa térrea para arrumações, sita no Campo de São João, lugar de Soutosa, com a área de 56 m², que parte do norte, do sul, do nascente e do poente com herdeiros de Aquilino Gomes Ribeiro, inscrita na matriz sob o artigo 683, com o rendimento colectável de 66\$, e o valor matricial de 990\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 49, Peva, e registada a favor de Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro pela inscrição G-2;

3) Casa térrea com quintal, sita na Rua da Capela, lugar de Soutosa, com a superfície coberta de 25 m² e quintal com a área de 300 m² que parte de todos os lados com herdeiros de Aquilino Gomes Ribeiro, inscrita na matriz sob o artigo 894, com o rendimento colectável de 3480\$ e valor matricial de 52 200\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 47, Peva, e registada a favor de Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro pela inscrição G-2;

4) Terra de cultura, pinhal, pomar, pastagem, castanheiros, videiras, uma pocilga, um alpendre e uma arcação, no sítio de São João, lugar de Soutosa, com a área de 30 640 m², que parte: do norte, com a estrada; do nascente, com caminho e herdeiros de Aquilino Gomes Ribeiro, e do sul e do poente, com caminho, inscrita na matriz sob o artigo 8517, com o rendimento colectável de 3381\$ e o valor matricial de 67 620\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 51, Peva, e registada a favor de Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro pela inscrição G-2;

5) Terra de pinhal, no sítio do Outeiro Alto, com a área de 600 m², que parte do norte, com António Alexandre Novo, João Lisboa e João Ribeiro; do nascente, com caminho público; do sul, com Aníbal Aquilino Ribeiro, e do poente, com Leonel de Jesus, inscrita na matriz sob o artigo 11 738, com o rendimento colectável de 32\$ e valor matricial de 640\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 51, Peva, e registada a favor de Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro pela inscrição G-2;

6) Metade de uma terra de cultura e lameiro, no sítio da Bajonca, com a área de 3080 m², que parte: do norte, com Luís Ribeiro; do nascente e do sul, com caminho, e do poente, com Cecílio de Almeida e outro, inscrita na matriz sob o artigo 8533, com o rendimento colectável de 280\$ e o valor matricial de 5600\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 24 735, e registada (metade) a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro pela inscrição n.º 3620, a fl. 171 do livro G-6;

7) Terra de cultura, no sítio do Casal, com a área de 160 m², que parte: do norte, com Cecília de Almeida; do nascente, com João Lisboa; do sul, com Carlos Gomes Botelho, e do poente, com carreiro, inscrita na matriz sob o artigo 9395, com o rendimento colectável de 15\$ e o valor matricial de 300\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 24 727, e registada a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro pela inscrição n.º 3620, a fl. 171 do livro G-6;

8) Metade de uma terra de cultura, no sítio do Campo, com a área de 336 m², que parte: do norte, com António Monteiro; do poente, com caminho; do sul, com Adelino Gomes Natário, e do nascente, com José Lopes, inscrita na matriz sob o artigo 9864, com o rendimento colectável de 31\$ e o valor matricial de 620\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 24 728, e registada (metade) a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro pela inscrição n.º 3620;

9) Terra de pinhal e mato, no sítio do Outeiro da Forca ou Outeiro Alto, com a área de 2700 m², que parte: do norte, com Narciso de Jesus Pereira; do nascente, com António Francisco Afonso; do sul, com caminho, e do poente, com Mário Lopes, inscrita na matriz sob o artigo 11 417, com o rendimento colectável de 143\$ e o valor matricial de 2860\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 24 731 e registada (metade) a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro pela inscrição 3620, a fl. 171 do livro G-6;

10) Terra de pinhal e mato, no mesmo sítio do Outeiro da Forca ou Outeiro Alto, com a área de 2010 m², que parte: do norte, com caminho; do nascente, com António João; do sul, com José Ribeiro Carvalho e outro, e do poente, com Georgina Gomes Miguel, inscrita na matriz sob o artigo 11 457, com o rendimento colectável de 370\$ e valor matricial de 7400\$, descrita na mesma Conservatória sob o n.º 24 732 e registada a favor de Aníbal Aquilino Ribeiro pela inscrição n.º 3620, a fl. 171 do livro G-6.

As prédios discriminados na alínea 1) é atribuído o valor de 100 000\$; ao prédio discriminado na alínea 2) é atribuído o valor de 1000\$; ao prédio discriminado na alínea 3) é atribuído o valor de 53 000\$; ao prédio discriminado na alínea 4) é atribuído o valor de 100 000\$; ao prédio discriminado na alínea 5) é atribuído o valor de 1000\$; ao prédio discriminado na alínea 6) é atribuído o valor de 10 000\$; ao prédio discriminado na alínea 7) e atribuído o valor de 1000\$; ao prédio discriminado na alínea 8) e atribuído o valor

de 1000\$; ao prédio discriminado na alínea 9) é atribuído o valor de 3000\$, e ao prédio discriminado na alínea 10) é atribuído o valor de 8000\$.

Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro. — O Notário, Adolfo Cardoso de Gouveia.

Documento organizado nos termos do artigo 78.º, n.º 2, do Código do Notariado.

Estatutos

CAPÍTULO I

Fins da Fundação

ARTIGO 1.º

A Fundação ora instituída tem os objectivos culturais e sociais de tornar acessível ao público interessado e aos estudiosos obras de arte, livros antigos e modernos, de temática diversa, parte dos quais pertencentes à Biblioteca de Aquilino Ribeiro, e manuscritos deste e de outros escritores.

ARTIGO 2.º

Para efectivação dos seus fins específicos, em que se incluem propósitos de contribuir para debelar atrasos seculares consequentes da chamada «interioridade» das regiões beirãs e de incentivar o fomento da cultura, em geral, e da leitura e gosto pela arte, em especial, da população jovem do País, a Fundação orientar-se-á pela prática da interacção persistente e contínua com as administrações central e locais, designadamente Instituto Português do Património Cultural, Instituto Português do Livro e da Leitura, Governo Civil de Viseu, Câmaras Municipais de Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva.

ARTIGO 3.º

Tendo a sua sede em Soutosa, Moimenta da Beira, na antiga casa da Rua da Capela, nas dependências actuais e ampliadas, a Fundação exercerá a sua acção cultural e social nas exposições permanentes e temporárias de natureza artística, literária, biobibliográfica e etnográfica, entre outras, na existência de biblioteca contendo títulos literários, históricos, científicos, teológicos e, outrossim, na publicação de uma revista que, além de outros temas, será bibliográfica da vertente aquiliniiana.

CAPÍTULO II

Da estruturação da Fundação

ARTIGO 4.º

A Fundação compreende os seguintes órgãos: o conselho de administração, o conselho fiscal, o conselho técnico-consultivo e o secretariado.

CAPÍTULO III

Do conselho de administração

ARTIGO 5.º

O conselho de administração é constituído por três membros, sendo um deles o fundador, que será o seu presidente, e os dois outros eminentes personalidades, por este designadas por períodos renováveis de três anos; o presidente, no caso de falta ou impedimento, será substituído pelo primeiro dos membros designados; pode o presidente delegar as suas funções e competências em qualquer dos restantes membros; as vagas que venham a ocorrer serão preenchidas pela cooptação sucessiva dos membros do conselho fiscal, na sequência da deliberação do conselho de administração.

ARTIGO 6.º

São atribuições do conselho de administração:

- 1) Deliberar acerca do projecto do orçamento do ano imediato;
- 2) Discutir e aprovar o relatório, as contas e os actos da gerência do ano anterior e o parecer do conselho fiscal;
- 3) Analisar e aprovar o plano de actividades da administração;
- 4) Discutir e aprovar o regulamento interno;
- 5) Gerir os fundos da Fundação e administrar os seus haveres e manter actualizado o inventário geral;
- 6) Nomear o pessoal do quadro e advéntico segundo as conveniências dos serviços e os montantes orçamentados;

- 7) Delegar no secretariado a parte disponível da sua competência;
- 8) Deliberar sobre todos os assuntos não especificados;
- 9) Superintender na execução das suas decisões.

ARTIGO 7.º

O conselho de administração terá reuniões ordinárias e extraordinárias; realizar-se-ão as primeiras duas vezes por ano, isto é, em 31 de Março para efeitos de matéria da alínea 2) do artigo 6.º, e no decurso de Dezembro para efeitos da matéria da alínea 1) desse artigo; efectivar-se-ão as segundas para os fins constantes das restantes alíneas do artigo 6.º sempre que o presidente considerar necessário.

ARTIGO 8.º

As reuniões serão dirigidas pelo presidente e apenas terão validade as deliberações tomadas quando estiverem presentes todos os seus membros, efectivos ou substitutos (no caso de falta ou impedimento); o presidente terá voto de qualidade; as deliberações serão tomadas por maioria; de cada reunião será lavrada acta assinada pelos membros do conselho de administração; às reuniões poderão assistir, com voto consultivo, os membros do secretariado, conselho fiscal e conselho técnico consultivo.

CAPÍTULO IV

Da presidência e do secretariado

ARTIGO 9.º

Ao presidente do conselho de administração compete a gestão corrente da Fundação e, designadamente:

- 1) A organização dos serviços;
- 2) A elaboração do plano de actividade;
- 3) O projecto do orçamento anual;
- 4) O relatório e contas do exercício;
- 5) A proposta de nomeação e exoneração do pessoal;
- 6) A superintendência da exploração agrícola;
- 7) A autorização de despesas por delegação do conselho de administração;
- 8) A arrecadação de rendimentos;
- 9) A direcção do secretariado;
- 10) A representação da Fundação em todos os actos da vida civil.

ARTIGO 10.º

Junto da presidência funciona o secretariado, que se compõe de secretário e tesoureiro nomeados sob proposta do presidente.

ARTIGO 11.º

Compete ao secretário coadjuvar o presidente e executar as resoluções deste e do conselho de administração, redigir as actas de reuniões e encarregar-se de toda a correspondência e do expediente corrente. Compete ao tesoureiro orientar os serviços da tesouraria, arrecadar as receitas e pagar as despesas autorizadas. Para a movimentação de contas bancárias da Fundação é obrigatória a assinatura do presidente ou do seu substituto.

CAPÍTULO V

Do conselho fiscal

ARTIGO 12.º

O conselho fiscal é composto por três membros designados pelo conselho de administração, dos quais o primeiro será o seu presidente, por períodos renováveis de três anos.

ARTIGO 13.º

Compete ao conselho fiscal:

- 1) Fiscalizar os actos de administração;
- 2) Examinar a escrituração e respectiva documentação, quando considerar conveniente, pelo menos todos os seis meses;
- 3) Dar oportuno parecer sobre projecto do orçamento do ano seguinte e sobre os relatórios e contas do exercício anterior;
- 4) Elaborar as actas das respectivas reuniões;
- 5) Assistir quando o entender, ou seja convocado, às reuniões do conselho de administração. As funções do conselho fiscal, com exclusão das referidas na alínea 3), podem ser desempenhadas por qualquer dos seus membros.

ARTIGO 14.º

As vagas que ocorrerem no conselho fiscal serão preenchidas por deliberação do conselho de administração. O seu presidente, na falta ou impedimento, será substituído pelo segundo membro designado. No preenchimento das vagas recorrer-se-á à cooptação dos membros que integram o conselho técnico-consultivo.

CAPÍTULO VI

Do conselho técnico-consultivo

ARTIGO 15.º

O conselho técnico-consultivo será constituído pelas pessoas que, pela sua especialização técnica, manifestam interesse pelos objectivos da Fundação e a apoiam calorosamente, podendo ser indicadas por instituições públicas ou privadas serão como tal designadas pelo conselho de administração.

ARTIGO 16.º

Adentro dos fins sectoriais da Fundação, cabe ao conselho técnico-consultivo, individualmente ou em conjunto:

- 1) Emitir pareceres e estudos acerca dos planos de actividade da Fundação;
- 2) Formular críticas e sugestões relativas à orientação gestonária;
- 3) Participar nas reuniões do conselho de administração com voto consultivo.

CAPÍTULO VII

Das dotações patrimoniais e dos recursos anuais

ARTIGO 17.º

As dotações abrangem:

- 1) Todos os bens especificados, constituindo no seu todo global objecto da Fundação;
- 2) Todos os legados ou doações não onerosos.

ARTIGO 18.º

Integram os recursos anuais:

- 1) Os rendimentos dos direitos autorais do fundador, na proporção de 50%, relativamente às obras de seu pai, Aquilino Ribeiro;
- 2) Os rendimentos dos imóveis doados;
- 3) As subvenções oficiais;
- 4) O produto de liberalidades;
- 5) Produto de recursos eventuais.

CAPÍTULO VIII

Do regulamento interno e da mutação dos estatutos

ARTIGO 19.º

O regulamento interno elaborado pelo secretariado, sujeito à aprovação do conselho de administração, estabelecerá as condições necessárias à plena execução dos estatutos, além de estatuir sobre a conservação e vigilância dos bens afectos aos fins da Fundação.

ARTIGO 20.º

A todo o tempo, sob proposta do conselho de administração e sem alteração dos fins da Fundação, pode o Governo introduzir modificações nos estatutos.

CAPÍTULO IX

Das limitações gestonárias

ARTIGO 21.º

Não pode a administração assumir encargos que excedam os fundos disponíveis, para não dificultar ou impossibilitar os seus fins institucionais.

ARTIGO 22.º

Não são passíveis de alienação os bens da Fundação no perímetro considerado de interesse público e, outrossim, os bens integrando as colecções de arte e a biblioteca da sede.

CAPÍTULO X

Da extinção da Fundação

ARTIGO 23.º

No caso de extinção, por causa legalmente prevista, o conselho de administração providenciará, mediante aprovação prévia do Governo, sem lhe poder dar outro destino, pela transmissão do todo patrimonial, para efeito de ser assegurada a prossecução dos fins específicos:

- 1) Para o Estado, como apêndice do Museu Grão-Vasco;
- 2) Para a Câmara Municipal de Moimenta da Beira, sucessivamente.

ARTIGO 24.º

No caso de o conselho de administração não tomar tais medidas, o Governo supri-las-á nos termos aplicáveis do Código Civil.

CAPÍTULO XI

Disposições especiais

ARTIGO 25.º

Para destacar a acção meritória de individualidades e instituições em prol da Fundação, o conselho de administração pode conceder o título de membros de honra, tendo em atenção as circunstâncias especiais que nelas se conjugam.

ARTIGO 26.º

Os membros do conselho de administração são solidários quanto aos actos praticados no decurso da sua gestão.

ARTIGO 27.º

São inteiramente gratuitas as funções exercidas pelos membros do conselho de administração, conselho fiscal e conselho técnico-consultivo.

ARTIGO 28.º

As reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho de administração e conselho fiscal realizar-se-ão na sede da Fundação e a título excepcional em Lisboa ou Viseu, por decisão fundamentada dos presidentes dos conselho de administração e conselho fiscal.

ARTIGO 29.º

O fundador reserva o direito ao uso na casa-sede da Fundação de duas dependências e respectivos serviços, indispensáveis à sua estada e direcção.

ARTIGO 30.º

Nos termos do artigo 5.º dos estatutos, são designados membros do conselho de administração os Drs. Alberto Correia, director do Museu Grão-Vasco, de Viseu, e Manuel Machado Sá Marques, médico de Lisboa.

ARTIGO 31.º

Aos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes do Código Civil (máxime artigos 161.º, n.º 1, 185.º, n.º 5), e do Código Administrativo.

Aríbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro. — O Notário, *Adolfo Cardoso de Gouveia.*

Vai conforme o original.

Cartório Notarial de Moimenta da Beira, 26 de Julho de 1988. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 1-0-18 931

COELHOIRA — ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES E AGRICULTORES

Certifico que no Cartório Notarial de São Pedro do Sul, a cargo do notário licenciado Eugénio Fernando Rodrigues de Oliveira, por escritura de 6 de Julho corrente, exarada de fl. 55 v.º a fl. 56 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 447-A, foi constituída uma associação, que ficou a reger-se, além de outras cláusulas, pelas seguintes:

Denominação: — Coelhoira — Associação de Caçadores e Agricultores.

Sede: — No lugar da Coelhoira, freguesia de Candal, concelho de São Pedro do Sul.

Figura 4: Instituição da FAR. Fonte: Diário da República

ANEXO E

LOJA DE CONVENIÊNCIA



Figura 5: Alçado Oeste da Casa Museu (Loja de Conveniência). Fonte: DEP/CMMB

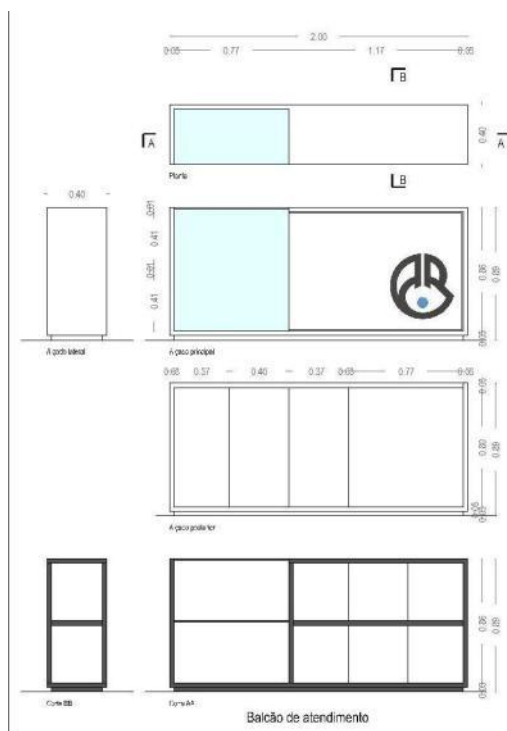


Figura 6: Pormenor do Balcão de Atendimento da Loja de Conveniência. Fonte: DEP/CMMB

ANEXO F

A CASA E A COLEÇÃO DE AQUILINO RIBEIRO



Figura 7: Fachada Principal da FAR. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 8: Fachada Interior da FAR. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 9: Sala de Jantar. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 10: Escritório de Aquilino Ribeiro. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 11: Sala de Entrada. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 12: Sala Sacra. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 13: Cristo do Século XVII. **Fonte:** Ana Albuquerque



Figura 14: Retrato de Aquilino Ribeiro. **Fonte:** Ana Albuquerque



Figura 15: Espaço Exterior da FAR. **Fonte:** Ana Albuquerque

ANEXO G

O MUSEU ETNOGRÁFICO: CASA DO ALDEÃO



Figura 17: Cozinha Aldeã. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 18: Quarto do Aldeão. Fonte: Ana Albuquerque

ANEXO H

A BIBLIOTECA DE AQUILINO RIBEIRO



Figura 19: Fachada exterior da BAR. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 20: Atual interior da BAR. Fonte: Ana Albuquerque

ANEXO I

CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS E ACERVO DA FAR

ACERVO	Porcelanas e Cerâmicas	- Limpas com tato e cuidado.	- Devem ser conservadas em vitrinas, ao abrigo de poeiras; - Não devem ser mergulhadas em água.	- Água e sabão de coco.	
	Bronze e Dourado	- Lavar com água e sabão de coco.	- Depois de lavados, devem ser secos imediatamente com flanela ou pano macio.	- Água e sabão de coco; - Flanela; - Pano macio.	
	Cobre	- Deve ser limpo regularmente.	- Muito sensível à humidade, ganhando facilmente verdete.		
	Marfim	- Devem ser limpas com panos ou pincéis finos; - Se necessário, podem ser lavados em água.		- Pano; - Pincéis finos.	
	Estante	- Deve ser limpo com panos macios, pele de camurça ou escova bem macia; - Se estiverem muito sujos, podem ser lavados em água quente e sabão de coco.	- Metal mole que deve ser limpo com muito cuidado.	- Pano macio; - Pele de camurça; - Escova macia; - Água e sabão de coco.	
	Metals	- Devem ser limpas com flanela limpa e seca; - Caso estejam muito sujos, devem ser lavados numa solução de álcool e amoníaco, em doses iguais (50% álcool e 50% amoníaco); - Após esta limpeza, os objectos devem ser secos ao sol.	- Oxida-se devido à poluição atmosférica e ao excesso de humidade.	- Flanela seca.	
	Pinturas	- Remover a poeira da superfície pintada com um espanador especial de plumas; - Depois de retirar a poeira da moldura e do verso da pintura com um pincel, deve-se passar uma flanela limpa e seca (nunca aspirador de pó).	- A remoção de poeiras deve ser feita com movimentos leves de cima para baixo; - Não passar nenhum tipo de líquido na tela ou na moldura; - Não usar água, uma vez que, é na madeira húmida que os fungos se reproduzem.	- Espanador de plumas; - Pincéis; - Flanelas limpas e secas.	- Líquidos (detergentes, água, etc.); - Aspirador de pó;

Manutenção	Procedimentos	Cuidados a ter	Materiais		Observações Gerais	
			Utilizar	Não Utilizar		
Espaços	- Lavagem do pavimento feita apenas com água;	- Limpeza cuidada dos espaços visíveis ao público, não esquecendo as áreas de serviço, pois estas também devem ser limpas com regularidade; - Ter em atenção os bens culturais que estejam em contacto directo com o pavimento, evitando assim a sua danificação pela água; - Evitar eventuais choques mecânicos ao utilizar o aspirador ou outro equipamento.	- Aspiradores com filtros que retenham eficazmente as partículas (os filtros dos aspiradores de uso corrente são de baixa qualidade, libertando novamente as poeiras); - Espanadores e esfregonas.	- Vassoura (contribui para a disseminação do pó).	- A manutenção dos espaços, equipamentos e acervo deve ser feita diariamente. Porém, quatro vezes por ano, deverá ser feita uma limpeza a fundo de todas as áreas (interior das gavetas, armários, janelas, portas, ou seja, todas as superfícies onde possa haver uma acumulação de poeiras e sujidade).	
Equipamentos	- Retirar os objectos antes das acções de limpeza; - Os vidros e os acrílicos devem ser limpos com água ou produtos adequados e igualmente bem secos.	- Limpos cuidadosamente, pois estão em contacto directo com os bens culturais; - Colocar os objectos nos seus locais, depois das superfícies estarem totalmente secas.	- Os materiais e utensílios de limpeza devem ser de boa qualidade, de modo a não libertarem fibras que se possam depositar nos objectos.	- Detergentes; - Pano embebido em água ou em produtos de limpeza, pois podem causar, de forma irreversível, alterações na estrutura e na superfície dos objectos.	- Todos os utensílios de limpeza (espanadores, panos de pó, esfregonas, etc.) devem ser lavados após cada utilização.	
ACERVO	Pó	- Deve ser limpo cuidadosamente, com a menor fricção possível.	- Deve-se ter em consideração as zonas vulneráveis dos objectos.	- Pano; - Pincel; - Trinchas de pelo suave.	- Qualquer procedimento de limpeza é irreversível, daí a ponderação da necessidade das acções, considerando a natureza do objecto, o seu estado de conservação e os métodos e produtos a utilizar. Assim sendo, deverá tomar todas as medidas de protecção, de maneira a poderem ser minimizadas as acções de limpeza directa dos objectos.	
	Papel	- Manuseá-lo com as mãos limpas e com luvas descartáveis; - Os livros devem ser folheados regularmente.	- Papéis, livros, desenhos, gravuras, devem ser expostos ou guardados em perfeitas condições de limpeza; - Se for o caso, devem ser embebidos individualmente em papel de PH neutro ou em papel manga, fechados apenas com elásticos (não utilizar cola).	- Pincel; - Pano; - Aspirador.		
	Imagens	- Limpas apenas com pincéis de pelos finos e curtos;	- Ter cuidado com o seu manuseamento; - Evitar colocar os dedos sobre a mesma.	- Pincéis de pelos finos e curtos.		
	Esculturas	- Devem estar sempre limpas; - Devem ser limpas apenas com escova suave ou pano macio.	- Para deslicar esculturas de peso e médio porte, deve-se usar sempre as duas mãos, uma a segurar por baixo, outra na lateral.	- Escova suave; - Pano macio.		
	Móveis	- Limpos diariamente com flanelas secas ou panos macios bem limpos, para a retirada do pó; - No caso de madeiras naturais, estas devem ser enceradas periodicamente com cera de carnaúba; - Madeiras pintadas devem ser limpas apenas com pincéis de pelos macios e curtos.	- São extremamente sensíveis às variações de temperatura e humidade, inchando e desinchando-se muito facilmente.	- Flanelas secas; - Pano macio bem limpo; - Pincéis de pelos macios e curtos.	- Detergentes.	- Evitar todo o tipo de acções que possam alterar ou agravar as condições de humidade relativa e de temperatura.

Figura 21: Quadro Explicativo. Fonte: Ana Albuquerque

ANEXO J

CELEBRAÇÕES DO NASCIMENTO DE AQUILINO RIBEIRO



Figura 24: Intervenção dos oradores convidados Fonte: Ana Albuquerque



Figura 25: Comemorações do Nascimento de Aquilino Ribeiro Fonte: Ana Albuquerque

ANEXO K

BOLETIM DE INSCRIÇÃO; CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO; CARTAZ DE DIVULGAÇÃO E CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Maratona Fotográfica Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança

Boletim de Inscrição

Nome (completo): _____

B.I / Cartão de Cidadão: _____

Contactos

Morada: _____

TEL: _____ TELM: _____ FAX: _____

E-mail: _____

Sítio na Internet: _____

Reservado aos Serviços:

Nº de entrada:

Data de entrada: ____/____/ 2012

Admissão: Sim Não Motivo: _____

Maratona Fotográfica Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança

Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação por parte do Júri para a seleção dos premiados serão os seguintes:

Pontuação total de **25 Valores** divididos em três critérios:

1. Qualidade Técnica da Fotografia - 5 Valores

Neste parâmetro avalia-se essencialmente a qualidade, o enquadramento, a focagem, a composição, entre outros.

2. Qualidade Artística da Fotografia - 10 Valores

Neste parâmetro avalia-se essencialmente a criatividade, a inovação, a originalidade, a perspectiva, entre outros.

3. Inserção da Fotografia no Tema Proposto - 10 Valores

Neste parâmetro avalia-se essencialmente o enquadramento com o tema proposto, a mensagem transmitida, entre outros.

As três Fotografias que obtiverem maior cotação serão as vencedoras.

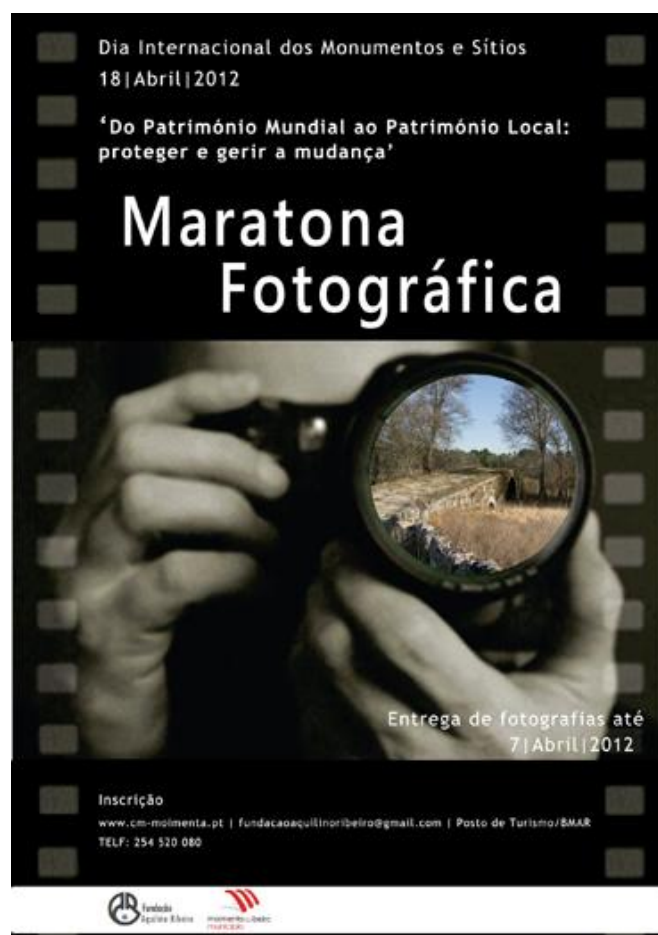


Figura 28: Cartaz Maratona Fotográfica 2012. Fonte: Ana Albuquerque



Figura 29: Certificado de Participação Maratona Fotográfica 2012. Fonte: Ana Albuquerque

ANEXO L

FORMULÁRIOS



Formulário para Marcação de Visita Guiada

NOME: _____

LOCALIDADE: _____ DISTRITO: _____

DATA / HORÁRIO EM QUE PRETENDE REALIZAR A VISITA: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____

NÚMERO DE PARTICIPANTES: _____

PARTICIPANTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS: SIM NÃO

→ SE RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR ESPECIFIQUE: _____

CONTACTOS:

TELEFONE: _____ TELEMÓVEL: _____

E-MAIL: _____

LOCAL/DATA: _____, ____/____/____

TÉCNICO FAR

FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU - BIBLIOTECA Contribuinte nº: 50202370
Rua Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, Sautosa * 3620-443 Peva, Moimenta da Beira TEL. e FAX: 232 607 293 * E-MAIL: fundacaoaquilnoribeiro@gmail.com

Figura 37: Formulário para Marcação de Visita Guiada. Fonte: Ana Albuquerque



Formulário para Marcação de Visita Guiada [ESCOLAS OU GRUPOS]

NOME DA ESCOLA OU INSTITUIÇÃO: _____

NOME DO RESPONSÁVEL PELA MARCAÇÃO: _____

DATA / HORÁRIO EM QUE PRETENDE REALIZAR A VISITA: _____

NÚMERO DE PARTICIPANTES: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____

PARTICIPANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: SIM NÃO

→ SE RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR ESPECIFIQUE: _____

CONTACTOS:

TELEFONE: _____ FAX: _____ TLM. RESPONSÁVEL: _____

E-MAIL: _____

LOCAL/DATA: _____, ____/____/____

TÉCNICO FAR

FUNDAÇÃO AQUILINO RIBEIRO - CASA MUSEU - BIBLIOTECA Contribuinte nº: 502022370
Rua Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, Sautosa * 3620-443 Peva, Moimenta da Beira TEL. e FAX: 232 607 293 * E-MAIL: fundacaoaquilinoalbuquerque@gmail.com

Figura 38: Formulário para Marcação de Visita Guiada para Escolas ou Grupos. Fonte: Ana Albuquerque



Requerimento
Pedido de Alteração Férias

Exmº. Senhor
Presidente da Fundação Aquilino
Ribeiro

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO
Registo N.º _____	<input type="checkbox"/> Defiro.
Em ____/____/____	<input type="checkbox"/> Indefiro.
O Trabalhador,	Em ____/____/____
_____	O Presidente da FAR,

INFORMAÇÃO DO REQUERENTE E/SOBRE AS FÉRIAS

Nome: _____

Categoria: _____ Contrato: _____

Solicita a Vª. Exª. que, se digne a autoriza-lo a alterar as suas férias marcadas no Plano:

Data de Início: ____/____/____ Data de Fim: ____/____/____

Para:

Data de Início: ____/____/____ Data de Fim: ____/____/____

Pelo Motivo: _____

Pede deferimento,

SOUTOSA, ____ de _____ de _____

O REQUERENTE,



Mapa Anual de Férias

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Categoria: _____ Contrato: _____

Férias a que tem direito: _____ dias.

	Data de Início	Data de Fim	N.º Total de Dias
1º Período			
2º Período			
3º Período			
4º Período			
5º Período			
6º Período			
7º Período			
8º Período			
Total de Dias Marcados:			

SOUTOSA, ____ de _____ de _____

O TRABALHADOR,

Atenção:

O mapa de férias deve ser elaborado até 15 de Abril e afixado nos locais de trabalho até ao dia 31 de Outubro (nº 7 artº. 176 da lei 59/08, de 11 de Setembro).

Um dos períodos de férias tem que ter, no mínimo, 11 dias úteis consecutivos (nº 6 artº. 176).

A duração de férias prevista no artº. 173 da citada lei é a seguinte: 25 dias úteis até o trabalhador completar 39 anos de idade; 26 dias úteis até o trabalhador completar 49 anos de idade; 27 dias úteis até o trabalhador completar 59 anos de idade e 28 dias a partir dos 59 anos de idade.

Os trabalhadores com Contrato por Tempo Indeterminado têm, além dos dias acima indicados, mais 1 dia por cada 10 anos de serviço.

Figura 40: Mapa Anual de Férias. Fonte: Ana Albuquerque



Exm. Senhor
Presidente da Fundação Aquilino Ribeiro

Boletim de Faltas

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO
Registo N.º _____	<input type="checkbox"/> Defiro.
Em ___/___/___	<input type="checkbox"/> Indefiro.
O Trabalhador,	Em ___/___/___
_____	O Presidente da FAR,
_____	_____

BOLETIM DE FALTAS

Nome: _____

Categoria: _____ Contrato: _____

Vem participar a Vª. Exª. que, pelos motivos abaixo mencionados, necessita/ teve que faltar ao serviço no (s) dia (s) ___/___/___, pelo que solicita, ao abrigo dos preceitos legais adiante indicados, todos da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, que essa(s) falta(s) seja(m) justificada(s).

X	Dias	Art.º	Motivos	X	Dias	Art.º	Motivos
		185º a)	Casamento			185º i)	Doação de sangue e/ou socorrismo
		185º b)	Falecimento conjugue, parente, afim			185º j)	Prova em procedimento concursal
		185º c)	Trabalhador-estudante			185º l)	Por conta do período de férias *
		185º d)	Doença			185º m)	Actividade sindical
		185º d)	Cumprimento obrigações legais			185º n)	Candidato a eleições p/ cargos públicos
		185º d)	Facto não imputável ao trabalhador			26º	Licença por maternidade
		185º e)	Assistência a familiares			27º	Licença por paternidade
		185º f)	Trat. Amb. Consultas e Exames			29º	Adopção
		185º nº3	Trat. Amb. Consultas e Exames Familiar			30º	Consultas pré-natais, amamentação...
		185º g)	Isolamento profiláctico			392º	Greve
		185º h)	Deslocação escola (filho menor)			185º o)	Outros legalmente previstos

* Pretendo que estas faltas sejam descontadas no período de férias: deste ano, do próximo ano.

OBS: _____

Verificados os condicionalismos referidos nos artigos 185º, 188º e 189º (e outros) da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, informa-se que esta falta pode / não pode ser justificada.

Em ___/___/___

O Presidente da FAR,

Tendo em conta o determinado pelo art.º. 188º, n.º3 (e outros), da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, considero existir / não existir inconveniente para o serviço.

Em ___/___/___

O Presidente da FAR,

Soutosa, ___ de ___ de ___
 O TRABALHADOR,

Figura 41: Boletim de Faltas. Fonte: Ana Albuquerque



Exm.º Senhor

Presidente da Fundação Aquilino Ribeiro

Requerimento
Pedido de Férias

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO
Registo N.º _____	<input type="checkbox"/> Defiro.
Em ____/____/____	<input type="checkbox"/> Indefiro.
O Trabalhador,	Em ____/____/____
_____	O Presidente da FAR,

INFORMAÇÃO DO REQUERENTE E/SOBRE AS FÉRIAS

Nome: _____

Categoria: _____ Contrato: _____

Solicita a V.ª. Ex.ª. que, se digne a autoriza-lo (a) a entrar no gozo de _____ (1) dias de férias, a partir do próximo dia ____/____/____.

Mais informa que, em cumprimento do art.º. 183º (regime), da Lei n.º. 59/2008, de 11 de Setembro, que poderá ser contactado (2) _____.

(1)- De acordo com o n.º 6, do art.º 176 (regime), da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro: um dos períodos deverá ter, no mínimo, 11 dias consecutivos;

(2)- Indicar a residência no período de férias, telefone ...

Pede deferimento,

SOUTOSA, ____ de _____ de _____

O REQUERENTE,

Figura 42: Pedido de Férias. Fonte: Ana Albuquerque

